

Programa Territorial de Desenvolvimento

para a

Sub-Região do Baixo Vouga

GRANDE ÁREA METROPOLITANA DE AVEIRO / UNIVERSIDADE DE AVEIRO

5 de Maio de 2008

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
A ESTRUTURA DO DOCUMENTO	4
A ESTRUTURAÇÃO DO ARGUMENTO	5
1 DIAGNÓSTICO-SÍNTESE DA SUB-REGIÃO DO BAIXO VOUGA	8
1.1 DINÂMICAS SOCIO-ECONÓMICAS E COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL	9
1.2 ESPAÇOS NATURAIS E AMBIENTE	21
1.3 SISTEMA URBANO, PATRIMÓNIO, EDUCAÇÃO E CULTURA	28
1.4 GOVERNAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO	33
1.5 - ANÁLISE SWOT	36
2 . ESTRATÉGIA PARA A SUB-REGIÃO DO BAIXO VOUGA	37
2.1 - ENQUADRAMENTO	37
2.2 - A "NOVA" AGENDA DA ESTRATÉGIA DE LISBOA	39
2.3 - A "NOVA" ABORDAGEM NA AFECTAÇÃO DE RECURSOS	48
2.4 - MOBILIZAÇÃO DOS ACTORES REGIONAIS E LOCAIS	49
2.5 - PERSPECTIVAR O PÓS-2013	50
3 PLANO DE INVESTIMENTOS PARA A SUBVENÇÃO GLOBAL DO BAIXO	
VOUGA	52
3.1 - AS ORIENTAÇÕES (4+1)	52
3.2 - DAS ORIENTAÇÕES À VISÃO ESTRATÉGICA	54
3.2.1 - <i>Baixo Vouga: Uma Comunidade e uma Região que valoriza o conhecimento e a Inovação.</i>	54
3.2.2 - <i>Baixo Vouga: Uma Comunidade e uma Região que valoriza o conhecimento para a sustentabilidade ambiental.</i>	57
3.2.3 - <i>Baixo Vouga: Uma Comunidade e uma Região que valoriza o conhecimento para a qualificação urbana e valorização do património e da vivência cultural.</i>	61
3.2.4 - <i>Baixo Vouga: Uma Comunidade e uma Região que valoriza a Coesão Social e Territorial.</i>	65
3.2.5 - <i>Baixo Vouga: Uma Comunidade e uma Região que valoriza a qualidade da governança e a cooperação internacional.</i>	67
3.3 - DA VISÃO ESTRATÉGICA ÀS OPORTUNIDADES DE INTERVENÇÃO	69
3.3.1 <i>Valorização das Dinâmicas Económicas e Competitividade Empresarial.</i>	69
3.3.2 <i>Valorização dos Espaços Naturais e da Nova Agenda para o Ambiente.</i>	70
3.3.3 <i>Qualificação Urbana e Valorização do Património e da Vivência Cultural.</i>	72
3.3.4 <i>Valorização da governação e da modernização administrativa.</i>	73
3.4 - DAS OPORTUNIDADES DE INTERVENÇÃO ÀS APOSTAS DA CONTRATUALIZAÇÃO	74
3.4.1 - <i>A Estratégia Global.</i>	74
3.4.2 - <i>Prosperidade económica - Investimentos no Eixo 1.</i>	76
3.4.3 - <i>Mobilidade Urbana e Sustentável – Investimentos no Eixo 2 e 3.</i>	78
3.4.4 - <i>Vivência Cultural – Investimentos no Eixo 3.</i>	80
3.4.5 - <i>Lazer e Qualidade Vivencial - Investimentos no Eixo 4.</i>	82
3.4.6 - <i>Capacitação Institucional - Investimentos no Eixo 5.</i>	85
3.5 - DAS APOSTAS DA CONTRATUALIZAÇÃO AO QUADRO FINANCEIRO	87
3.5.1 - <i>Síntese do Quadro Financeiro.</i>	87
3.5.2 - <i>Proposta de plano de investimentos por eixos.</i>	88
3.6 - ARTICULAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO	100
3.6.1 <i>Prosperidade Económica.</i>	100
3.6.2 <i>Mobilidade Sustentável.</i>	101
3.6.3 <i>Vivência Cultural.</i>	102
3.6.4 <i>Lazer e Qualidade Vivencial.</i>	102
3.7 - ARTICULAÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT-C	104

4	– DISPOSIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO	107
4.1	– ESTRUTURA DE GESTÃO.....	107
4.2	– SELECÇÃO E APROVAÇÃO DOS PROJECTOS.....	109
4.3	– PAGAMENTOS	110
4.4	– CONTROLO E RECUPERAÇÃO DE VERBAS INDEVIDAS.....	111
4.5	– RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO	112
5	– REGULAMENTAÇÃO E TIPOLOGIAS DE OPERAÇÕES DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	113
5.1	–REGULAMENTO SUBVENÇÃO – EIXO 1. -SISTEMA DE APOIO A ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA.....	114
5.2	– REGULAMENTO SUBVENÇÃO – EIXO 1. - PROMOÇÃO DA CULTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO	117
5.3	– REGULAMENTO SUBVENÇÃO – EIXO 1 - ECONOMIA DIGITAL E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO - EDSC.....	120
5.4	– REGULAMENTO SUBVENÇÃO – EIXO 1 - ENERGIA.....	122
5.5	– REGULAMENTO SUBVENÇÃO – EIXO 2 - MOBILIDADE TERRITORIAL.....	125
5.6	– REGULAMENTO SUBVENÇÃO – EIXO 3. - PATRIMÓNIO CULTURAL	127
5.7	– REGULAMENTO SUBVENÇÃO – EIXO 3. - REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS	130
5.8	– REGULAMENTO SUBVENÇÃO – EIXO 3. - EQUIPAMENTOS PARA A COESÃO LOCAL.....	133
5.9	– REGULAMENTO SUBVENÇÃO – EIXO 3. - MOBILIDADE TERRITORIAL.....	135
5.10	– REGULAMENTO SUBVENÇÃO – EIXO 4. - GESTÃO ACTIVA DE ESPAÇOS PROTEGIDOS E CLASSIFICADOS.....	138
5.11	– REGULAMENTO SUBVENÇÃO – EIXO 4. - PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO DO LITORAL.....	141
5.12	– REGULAMENTO SUBVENÇÃO – EIXO 4. - ACÇÕES DE VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	144
5.13	– REGULAMENTO SUBVENÇÃO – EIXO 4. - OPTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DE RESÍDUOS	147
5.14	– REGULAMENTO SUBVENÇÃO – EIXO 5. - PROMOÇÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL.....	150
6	BIBLIOGRAFIA	153

Introdução

A estrutura do documento

Este documento consagra um processo longo, participado sob múltiplas formas e em diferentes momentos por diversos agentes regionais, e conduzido em parceria pelas Câmaras Municipais da NUTS III do Baixo Vouga, congregados na Grande Área Metropolitana de Aveiro (Associação de Municípios que formalmente enquadra esta candidatura) e pela Universidade de Aveiro. O documento apresenta a proposta de suporte a uma candidatura à subvenção global, prevista no QREN 2007-13, que coordene intervenções do Programa Operacional da Região Centro no âmbito territorial da NUTS III Baixo Vouga, através de delegação de poder de gestão na respectiva Associação de Municípios.

A Grande Área Metropolitana de Aveiro, Associação de Municípios da Sub-Região do Baixo Vouga, realizou este trabalho em equipa com a Universidade de Aveiro, sendo que a Associação Industrial do Distrito de Aveiro (com ligações a outras Associações Empresariais da Região), subscreve este documento e sua parte do trabalho de parceria institucional que o vai concretizar, numa lógica de congregação dos poderes públicos locais, da Universidade e das empresas.

Para tal, o documento encontra-se estruturado em cinco capítulos, que vão desde a análise e diagnóstico da região do Baixo Vouga até à definição de estratégia que se considera pertinente para a região, analisando por último o plano de investimentos e a sua implementação.

O capítulo relativo ao diagnóstico-síntese da sub-região parte da análise das potencialidades e limitações da sub-região, em confronto com a evolução previsível das condicionantes externas, identificando os grandes desafios que se colocam ao Baixo Vouga, nomeadamente no quadro das áreas de intervenção abrangidas pelo QREN e pelo Programa Operacional Regional do Centro. No final do capítulo esta informação é resumida numa análise SWOT.

O capítulo seguinte desenvolve uma vertente analítica complementar à apresentada no diagnóstico-síntese. Reflecte essencialmente os resultados de um exercício conjunto de interpretação dos principais desafios e oportunidades de desenvolvimento para o Baixo Vouga que decorrem das dinâmicas globais da sociedade contemporânea, tendo designadamente como referência a forma como estão traduzidas nas diferentes agendas dos múltiplos níveis de governança que pautam hoje o quadro global da política pública. Neste âmbito, é definida uma agenda de intervenções que integra e compatibiliza as apostas fundamentais de desenvolvimento para a sub-região com, por um lado, os desígnios das Agendas de Lisboa e de

Gotemburgo e, por outro, com as orientações estratégicas regionais definidas no âmbito do PO Regional do Centro. Esta agenda é desenhada de forma a potenciar as sinergias dos diversos investimentos a realizar nos municípios do Baixo Vouga e a garantir que esses investimentos são social, ambiental e economicamente sustentáveis.

Os dois capítulos anteriormente referidos precedem e enquadram a definição de programa para a subvenção global do Baixo Vouga. Este programa, explicitado no Capítulo 3, contém as linhas de orientação e a visão estratégica que estruturam e dão coerência às grandes apostas de desenvolvimento dos municípios participantes, nomeadamente as susceptíveis de integrar a delegação de competências no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro. Nele se explicita também o grau de consonância, e até de reforço, que tais apostas reflectem em relação às orientações que tem vindo a ser consagradas no PROT-C, cuja elaboração ainda decorre.

O Capítulo 4 dá sequência ao anterior, assumindo um carácter mais operativo através da apresentação das disposições de implementação da Subvenção Global. Nele se enuncia o modelo de gestão proposto, cuja estrutura é desenhada com o intuito de se obter um elevado nível de rigor, eficiência e qualidade na gestão, no acompanhamento e na divulgação dos resultados do programa.

No Capítulo 5, numa perspectiva essencialmente regulamentadora, estabelece-se um conjunto de disposições que enquadram as tipologias de operações propostas, respeitando os respectivos Regulamentos Específicos e observando também, por um lado, os objectivos estratégicos assumidos para a subvenção global proposta e, por outro lado, o contributo da NUTS III do Baixo Vouga para a prossecução dos objectivos globais da Região Centro.

A estruturação do argumento

O processo de preparação da candidatura à subvenção global iniciou-se com elevadas expectativas, quer no que diz respeito ao volume financeiro a que seria possível ter acesso, quer em termos das potencialidades do exercício de pensar em conjunto a região e, através dele, de elevar significativamente o grau de eficácia na actuação sobre problemas e oportunidades estruturantes para o futuro da região. A parceria estabelecida entre a Associação de Municípios e a Universidade de Aveiro, simboliza bem as elevadas aspirações e grau de exigência que foram colocados neste exercício. A evolução global do processo da contratualização, e designadamente os baixos valores de financiamento expectáveis para a Região do Baixo Vouga, no âmbito da subvenção global, obrigam a que os Municípios revejam os pressupostos e as expectativas com que foram apresentados os projectos municipais, numa

fase inicial do processo de contratualização. Felizmente, a dimensão intangível deste exercício, permite uma abordagem positiva ao desenrolar deste processo.

A escassez de recursos financeiros reforça a exigência de provocar uma coerência, e até mesmo uma concertação forte, entre os investimentos municipais. Mais, tal escassez recomenda claramente que se dedique particular atenção às formas de potenciar mutuamente os diversos projectos de investimento, leia-se tipologias de operações (assim conjugando diferentes fontes de financiamento em torno de um conjunto de objectivos prioritários). Mais ainda, e no sentido de dar eficácia e aumentar o impacto de cada projecto, será absolutamente recomendável que se promovam activamente sinergias com outros investidores regionais (Empresas e Associações Empresariais, Universidade e outras Instituições do Sistema Científico e Tecnológico, Associações Cívicas, departamentos governamentais da área da saúde, da segurança social, do emprego e formação, etc.). A articulação entre as múltiplas lógicas de investimento será absolutamente decisiva para se cumprir uma das orientações mais veementes da Agenda de Lisboa, relativa à necessidade de se conseguir massa crítica (concentração de recursos) para alcançar eficácia na acção. Este foi um dos princípios claramente orientadores na formulação da proposta de suporte à candidatura para a subvenção global.

À luz deste princípio, os volumes financeiros a contratualizar deverão permitir avançar muito significativamente em projectos estruturantes para a região. Nomeadamente, existem condições para i) apoiar a criação e/ou requalificação das áreas de acolhimento empresarial, na perspectiva da “Zona Industrial de Nova Geração em rede”, que constituirá sem dúvida o “projecto estruturante” da contratualização, assim contribuindo para a renovação da base de prosperidade da região ii) consolidar e dar um novo alcance ao trabalho em rede (regional) no âmbito das actividades culturais, iii) intervir na fruição e valorização cultural, científica e económica das áreas ambientais, nomeadamente na Ria de Aveiro e das águas interiores iv) lançar as bases de um projecto de mobilidade regional com enfoque deliberado nos modos suaves e, globalmente, nos princípios da mobilidade sustentável e, não menos importante, v) fortalecer a capacidade institucional dos agentes regionais para identificar e orquestrar respostas conjuntas a problemas, oportunidades, prioridades e objectivos comuns, posicionando o exercício desenvolvido durante este processo em patamares institucionais mais alargados e ainda mais ambiciosos.

Desta constatação conclui-se que um dos aspectos essenciais, de ordem imaterial, que deve resultar deste exercício, é a (pré) formatação de um conjunto de ideias sobre os desafios e as prioridades para a região, e que sendo uma proposta para a definição de um “fio condutor comum” para os diversos investimentos na região pelos múltiplos agentes regionais, constitua uma plataforma a ser consolidada e potenciada no decorrer da própria subvenção global. Assumir esta postura significa, em primeiro lugar, aprofundar, problematizar e tanto quanto

possível consensualizar os contornos principais deste conjunto de ideias. Significa ainda, em segundo lugar, preparar e activar a discussão dessas ideias com outros agentes públicos e privados. Significa também repensar o posicionamento de cada autarquia (e a sua tradução no formato e no leque de projectos de investimento), e da Universidade de Aveiro, perante as dinâmicas de mudança que tais ideias poderão e deverão suscitar. Significa ainda dar atenção a outros exemplos nacionais e internacionais, onde exercícios análogos, de carácter global ou específico a áreas de actuação relevantes, estejam em curso com resultados positivos e/ou passíveis de ser enriquecedores em termos de aprendizagem institucional. O programa de cooperação territorial ganha assim uma particular pertinência para esta proposta de subvenção.

Este posicionamento conjunto, e a conjugação entre a “dimensão substantiva” e a “dimensão imaterial” da estratégia proposta, irá criar, curiosa mas inevitavelmente, condições altamente favoráveis para que cada município formule e apresente projectos candidatáveis a outros programas de financiamento. Cumprir-se-á assim, o objectivo que desde cedo foi unanimemente sublinhado, o de tornar a contratualização numa plataforma de acesso a apoios estruturais mais vastos, que permitam actuar de forma abrangente, eficaz e duradoura sobre desafios, problemas e oportunidades estruturantes para a região e para a comunidade do Baixo Vouga e também para a Região Centro

1 DIAGNÓSTICO-SÍNTESE DA SUB-REGIÃO DO BAIXO VOUGA

1. Neste capítulo pretende-se apresentar um diagnóstico-síntese que contribua para o desenvolvimento de apostas estratégicas para a sub-região do Baixo Vouga, assim como para as orientações e as áreas de intervenção. O diagnóstico recorre maioritariamente, sintetizando, ao conhecimento técnico desenvolvido anteriormente em análises territorializadas que incidiram sobre a região do Baixo Vouga. Os principais exercícios analíticos que servem de base a este diagnóstico são:
 - o O relatório do 'Plano intermunicipal de ordenamento da Ria de Aveiro' desenvolvido em Maio de 2006 pela CPU – Urbanistas e Arquitectos para a Associação de Municípios da Ria;
 - o A Proposta Final do 'Quadro de Referência Estratégico para a Região de Aveiro', realizado em Maio de 2006 pelo CEIDET para a Grande Área Metropolitana de Aveiro (GAMA);
 - o O Volume 3 – Competitividade, Coesão e Convergência: A Óptica Específica das Regiões Portuguesas – Região Centro do estudo temático para preparação do QREN 'Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social', de Julho de 2005 e desenvolvido por uma equipa liderada pela Augusto Mateus & Associados;
 - o A tese de doutoramento defendida pela Dra. Teresa Fidélis em 2000 'Sustentabilidade ambiental e diferenciação territorial no controlo do desenvolvimento na envolvente a áreas sensíveis – o caso da Ria de Aveiro'

2. O diagnóstico considera também orientações estratégicas para o Baixo Vouga desenvolvidas por três outros instrumentos de política pública, assumindo que o nível de coerência entre o Programa Territorial de Desenvolvimento para o Baixo Vouga, os respectivos projectos de investimento e estes instrumentos é requisito essencial para a prossecução dos objectivos de política pública e para a delegação de competências da gestão do Programa Operacional para a NUTIII Baixo Vouga:
 - o O Programa de Acção do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, cuja elaboração é da competência da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e que foi aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro;
 - o O Programa Operacional da Região Centro, desenvolvido e proposto pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e aprovado pela Comissão Europeia em 7 de Outubro de 2007.

- o O volume 1 do documento 'Diagnóstico e contributos para uma visão estratégica territorializada da Região Centro' do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROTCENTRO), de Janeiro de 2007;

3. O diagnóstico-síntese incide sobre quatro áreas principais:

- o Dinâmicas Económicas e Competitividade Empresarial;
- o Espaços Naturais e Ambiente;
- o Sistema Urbano, Património, Educação e Cultura;
- o Governação e Administração.

1.1 Dinâmicas Socio-económicas e Competitividade Empresarial

1. A região do Baixo Vouga tinha, em 2001, uma população residente de 385.724 hab. (tabela 1), apresentando um aumento da população de 14,6% entre 1981 e aquele ano. Para este aumento da população contribuíram principalmente sete concelhos: Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Ílhavo, Oliveira do Bairro, Ovar e Vagos. Pelo contrário, os concelhos de características mais rurais, Murtosa e Sever do Vouga, apresentaram um decréscimo em termos absolutos da sua população.

Tabela 1 – População residente 1981, 1991 e 2001

	1981	1991	2001	Variação 1991-		Variação 1981-	
				2001		2001	
				Absoluta	%	Absoluta	%
Portugal	9833041	9867147	10356117	488970	5.0%	523076	5.3%
Baixo Vouga¹	317332	332152	364973	32821	9.9%	47641	15.0%
Águeda	43216	44045	49041	4996	11.3%	5825	13.5%
Albergaria-a-Velha	21326	21995	24638	2643	12.0%	3312	15.5%
Anadia	29820	28899	31545	2646	9.2%	1725	5.8%
Aveiro	60284	66444	73335	6891	10.4%	13051	21.6%
Estarreja	26261	26742	28182	1440	5.4%	1921	7.3%
Ílhavo	31383	33235	37209	3974	12.0%	5826	18.6%
Murtosa	9816	9579	9458	-121	-1.3%	-358	-3.6%
Oliveira do Bairro	17517	18660	21164	2504	13.4%	3647	20.8%
Ovar	45378	49659	55198	5539	11.2%	9820	21.6%
Sever do Vouga	13783	13826	13186	-640	-4.6%	-597	-4.3%
Vagos	18548	19068	22017	2949	15.5%	3469	18.7%

Fonte: INE (1981, 1991 e 2001).

¹ Os valores para o Baixo Vouga não incluem o concelho da Mealhada, o qual pertence à região, mas não se insere no âmbito deste estudo.

2. Tal como as tendências internacionais, a sub-região do Baixo Vouga caracteriza-se por baixas taxas de natalidade. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, em 2004 a taxa de natalidade era de 9,6‰ e de 9,1‰ em 2006.

Tabela 2 – Projecção da população do Baixo Vouga para 2030

Grupos etários	2001	2005	2010	2015	2020	2025	2030
0 a 4	20904	19727	18900	18248	17099	16171	15904
5 a 9	20832	20983	19820	18933	18284	17103	16180
10 a 14	21844	21782	21933	20289	19404	18513	17333
15 a 19	26486	22728	22670	22371	20733	19622	18734
20 a 24	28520	26066	22341	22464	22173	20629	19524
25 a 29	27712	27080	24646	21609	21742	21791	20261
30 a 34	27157	27523	26911	24519	21503	21659	21721
35 a 39	29491	28623	28984	27564	25200	21801	21965
40 a 44	28086	30415	29531	29325	27935	25295	21928
45 a 49	25915	28632	30939	29622	29458	27875	25268
50 a 54	23910	26204	28876	30783	29550	29246	27707
55 a 59	21169	24176	26384	28632	30592	29244	29004
60 a 64	20471	21431	24351	26089	28394	30146	28910
65 a 69	20175	20410	21378	23730	25486	27514	29330
70 e mais	40989	48465	53363	58896	66177	74635	84976
Total	383661	394239	401025	403074	403731	401244	398744

Varição quinquenal		3%	2%	1%	0%	-1%	-1%
População Jovem	17%	16%	15%	14%	14%	13%	12%
População Activa	67%	67%	66%	65%	64%	62%	59%
População Idosa	16%	17%	19%	20%	23%	25%	29%
Índice de dependência	48%	50%	51%	53%	57%	62%	70%
Índice de envelhecimento	96%	110%	123%	144%	167%	197%	231%
Índice de Sustentabilidade Potencial	423%	382%	355%	318%	281%	242%	206% ²

Fonte: Marques/João – Universidade de Aveiro

3. Das projecções demográficas para a Região do Baixo Vouga, e à semelhança daquilo que se observa globalmente para o País, pode concluir-se que a região vai crescer moderadamente em termos populacionais (11%) nos próximos 25 anos. Numa análise mais detalhada, por grupo etário, é possível antecipar uma tendência bastante acentuada de envelhecimento populacional (crescimento expressivo do peso do escalão etário [65,+], na ordem dos 64%, entre 2005 e 2030), em prejuízo do crescimento do escalão etário jovem
4. Será indispensável relevar o facto, de acordo com as previsões apresentadas, que as pessoas com 70 e mais anos, que em 2001 eram cerca de 41 mil, mais do que duplicarão o

² Os valores para o Baixo Vouga incluem o concelho da Mealhada, Mealhada

seu número em 2030, passando a ser cerca de 85 mil. Globalmente, os “idosos” constituirão cerca de 30% do total da população. Torna-se fundamental construir e concretizar políticas de envelhecimento activo que possam ir ao encontro não apenas das necessidades de cuidados de saúde, mas que saibam potenciar todo o acervo de conhecimento e criatividade, e portanto toda a enorme capacidade de contribuir para a vida da comunidade que estes estratos sociais encerram -

5. A capacidade de atracção de população pela região Baixo Vouga é confirmada se observarmos que, relativamente a dados de 2005, apenas uma pequena fracção (0,07) do crescimento efectivo (0,58) é explicada pelo crescimento natural (nascimentos menos óbitos), sendo o restante crescimento resultante do saldo positivo da migração (ver tabela 2). Esta capacidade de atracção manifesta-se numa população menos envelhecida relativamente à Região Centro, e mesmo em relação à média do País nos casos dos concelhos de Albergaria-a-Velha, Aveiro, Ílhavo e Ovar. Será indispensável potenciar esta perspectiva, nomeadamente no que diz respeito à atracção de recursos humanos qualificados que possam apoiar o reforço e rejuvenescimento da base económica numa perspectiva de competitividade sustentada em actividades intensivas em conhecimento.

Tabela 3 - Indicadores de população por município, 2005

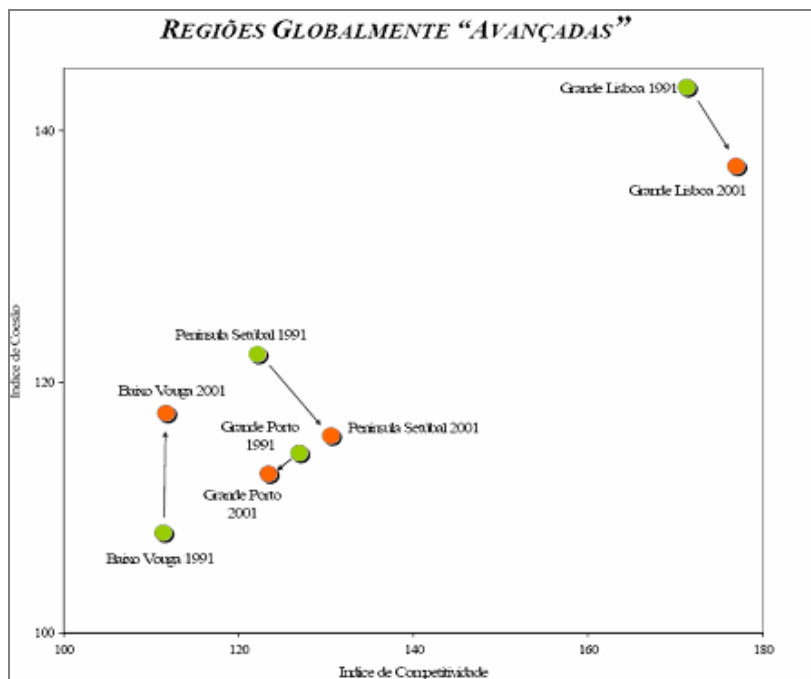
	Densidade populacional Hab/km ²	Taxa de crescimento efectivo %	Taxa de crescimento natural %	Índice de envelhecimento N.º
Portugal	114.8	0.38	0.02	110.1
Centro	84.5	0.25	-0.25	140.1
Baixo Vouga³	220.1	0.58	0.07	105.5
Águeda	148.8	0.38	0.08	110.4
Albergaria-a-Velha	165.5	0.86	-0.01	99.9
Anadia	146.2	0.03	-0.32	148.3
Aveiro	368.5	0.04	0.25	94.2
Estarreja	261.4	0.16	-0.10	111.8
Ílhavo	541.7	1.40	0.17	88.6
Murtosa	132.7	0.73	-0.08	107.8
Oliveira do Bairro	259.8	1.41	0.00	130.2
Ovar	387.7	0.76	0.23	79.6
Sever do Vouga	99.5	-0.31	-0.18	141.3
Vagos	142.3	1.11	-0.03	106.7

Fonte: INE (2006a)

³ Os valores para o Baixo Vouga incluem o concelho da Mealhada, o qual pertence à região, mas não se insere no âmbito deste estudo.

6. De acordo com a metodologia seguida por Augusto Mateus⁴, o Baixo Vouga tem seguido uma trajetória de “progresso limitado”, que se traduz numa melhoria da qualidade de vida e da coesão social e ganhos muito ligeiros de competitividade, afirmando-se, no contexto nacional, como um pólo industrial relevante, nomeadamente como uma das sub-regiões com maior contribuição para as exportações nacionais.

Figura 1 - A Evolução da Competitividade e Coesão (as trajetórias 1991-95 → 2000-02)



Fonte: AM&A (2005), Vol. 2, pp. 367.

7. Os valores do Produto Interno Bruto (PIB) mostram a importância do Baixo Vouga para a Região Centro: é a sub-região da Região Centro que mais contribui para os PIBs nacional e regional e uma das sub-regiões do Centro que apresenta maior PIB *per capita* e produtividade. No entanto, tanto o PIB pc como a produtividade encontram-se abaixo das respectivas médias nacionais e longe dos valores referentes a Grande Lisboa.

⁴ AM&A (2005), vol. 2, pp. 366.

Tabela 4 – Indicadores de contas regionais por NUTS III

Área Geográfica	PIB			
	Em % do total de Portugal	<i>per capita</i>		Produtividade (VAB/Emprego)
		Em valor	Índice de disparidade (Portugal=100)	
	%	milhares de euros	%	milhares de euros
Portugal	100.0	12.5	100	22.5
Centro	13.8	10.2	82	19.1
Baixo Vouga⁵	3.3	11.0	88	20.6
Baixo Mondego	3.0	11.8	94	21.1
Pinhal Litoral	2.4	12.3	99	20.2
Pinhal Interior Norte	0.8	7.4	59	15.9
Dão-Lafões	1.7	7.9	63	16.2
Pinhal Interior Sul	0.3	8.4	67	14.2
Serra da Estrela	0.3	7.0	56	15.0
Beira Interior Norte	0.8	8.8	71	15.1
Beira Interior Sul	0.6	11.1	89	18.4
Cova da Beira	0.6	9.1	73	16.6
Grande Lisboa	32.4	21.4	171	30.3

Fonte :INE (2005)

8. O tecido produtivo do Baixo Vouga tem uma larga tradição industrial, com uma tendência eminentemente exportadora e um elevado grau de abertura ao exterior, contribuindo com cerca de metade das exportações da Região Centro. O sector industrial é predominante mas, apesar de apresentar bons indicadores de produtividade face ao padrão nacional, é insuficientemente acompanhado por serviços de apoio à actividade produtiva⁶.
9. Devido à sua vocação internacional, o Baixo Vouga poderá desempenhar um papel determinante na valorização do papel estratégico do polígono policêntrico Leiria-Coimbra-Aveiro-Viseu e no reforço do seu potencial como pólo de internacionalização da Região Centro e do País.

⁵ Os valores para o Baixo Vouga incluem o concelho da Mealhada, o qual não se insere no âmbito deste estudo.

⁶ CEIDET (2006)

Tabela 5 – Grau de abertura ao exterior (GAE) ⁷, taxa de crescimento do GAE, exportações e importações, por NUT III

	Grau de Abertura ao Exterior (GAE)			Taxa de crescimento do GAE		Exportações (10 ³ €)	Importações (10 ³ €)
	1997	2001	2004	1997-2001	2001-2004	2004	
Portugal	27.7%	29.1%	28.4%	0.05	-0.02	29 576 450	45 861 484
Centro	21.3%	23.2%	24.7%	0.09	0.07	5 076 328	4 005 765
Baixo Vouga⁸	32.4%	37.3%	46.8%	0.15	0.26	2 240 032	1 832 967
Baixo Mondego	16.2%	18.2%	16.8%	0.12	-0.08	918 719	435 737
Pinhal Litoral	21.7%	20.5%	19.4%	-0.05	-0.05	567 599	681 645
Pinhal Interior Norte	14.7%	14.7%	9.3%	-0.01	-0.36	115 931	76 969
Dão-Lafões	26.0%	31.0%	36.5%	0.19	0.18	908 687	772 242
Pinhal Interior Sul	7.7%	4.9%	3.9%	-0.36	-0.20	20 969	7 943
Serra da Estrela	5.2%	4.3%	4.0%	-0.18	-0.06	14 185	13 777
Beira Interior Norte	7.8%	8.6%	7.8%	0.10	-0.09	80 085	78 231
Beira Interior Sul	8.1%	7.0%	5.1%	-0.14	-0.27	52 206	35 656
Cova da Beira	23.5%	20.5%	13.4%	-0.13	-0.35	157 914	70 598
Grande Lisboa	32.4%	35.2%	33.3%	0.09	-0.05	5 107 315	23 587 201

Fonte: CCDR-C (2007a)

10. O perfil de especialização da estrutura produtiva sub-regional do Baixo Vouga assenta basicamente em dois factores⁹:

- Um perfil que assenta no factor “recursos naturais”, incidindo nos segmentos iniciais das respectivas cadeias de valor (Agro-alimentar e Pasta de Papel), ou no factor “mão-de-obra”, de utilização intensiva de força de trabalho não qualificada (Têxtil e Madeira e Mobiliário), que tem experimentado uma expressiva perda de competitividade face a economias emergentes que conseguem oferecer menores custos de produção;
- Um perfil de diferenciação do produto, de significativo dinamismo industrial que apresenta forte capacidade exportadora e elevado valor acrescentado (Indústrias Metalúrgicas de Base; e Indústrias Metalúrgicas e Produtos Cerâmicos), mas que se encontra em desaceleração.

$${}^7 GAE = \frac{\frac{Exportações + Importações}{2}}{PIB}$$

⁸ Os valores para o Baixo Vouga incluem o concelho da Mealhada, o qual não se insere no âmbito deste estudo.

⁹ AM&A (2005).

11. A indústria sub-regional cresceu maioritariamente de acordo com uma lógica endógena dando origem a diversas áreas de especialização produtiva. De facto, em cada uma dessas áreas um número restrito de pioneiros deu lugar à multiplicação de empresas da mesma actividade, resultante de aprendizagem prévia nas empresas pré-existentes. Este processo permitiu a rápida industrialização, de uma forma difusa e favoreceu uma cultura de empreendedorismo¹⁰. Paralelamente, o processo de industrialização difusa resultou na proliferação de empresas que hoje em dia sentem necessidades de realocação, ao desenvolvimento de zonas industriais informais por vezes desqualificadas e num passivo ambiental relevante (temas a que voltaremos posteriormente).
12. A génese endogénica das empresas (de que resulta um conhecimento maioritariamente empírico e mais permeável à rotina do que à inovação por parte dos empregadores) juntamente com a reduzida qualificação da força de trabalho e a débil ligação entre os sistemas científico e produtivo têm resultado tanto numa dificuldade de apropriação e uso de novo conhecimento por parte dos recursos humanos como na dificuldade em gerar conhecimento passível de ser reproduzido com sucesso por outra empresa.
13. O Baixo Vouga tem experimentado um considerável dinamismo em termos de investigação científica e tecnológica, em sectores relevantes para a região, nomeadamente a Cerâmica e os Novos Materiais, o Ambiente e o Mar e a Química Alimentar, e também em sectores emergentes, como sejam as TIC, a Saúde e o Design. Para além dos centros de I&D integrados na Universidade de Aveiro (tabela 5), existem outros centros que se destacam pela sua adequação à especialização produtiva regional, e.g., a PT Inovação, o RAIZ (indústrias da floresta e do papel), etc.

Tabela 6 – Alinhamento da I&DT com os sectores produtivos relevantes

		Sectores produtivos								
		Habitat	Saúde	Agro-Alimentar	Floresta	Metal-Mecânica	Novos Materiais	Electrónica / Telec.	Ens. Distância Int. Artificial	Promoção Empresarial
Principais Estruturas I&D	Universidade de Aveiro	CICECO		OOPNA	OOPNA		CICECO	IEETA	IEETA	GrupUNAVE
		MIA	IEETA	CBC	CBC	TEMA	MIA	FSCOSD	CDTFF	
		CESAM			CESAM		FSCOSD			
	Ligação com outras entidades	IDAD		IDAD	RAIZ		IT	IT		
		IDAD		IDAD						

Fonte: CCDR-C (2007a)

14. Face aos pressupostos apresentados, existe a necessidade de proceder-se à renovação e dinamização dos sectores industriais, através:

¹⁰ CEIDET (2006).

- o Da aposta na qualificação das empresas existentes e criação de novas empresas com projectos inovadores e dotadas de recursos humanos adequadamente qualificados. Tal implica, entre outras medidas, a concentração da acção dos poderes públicos nas especializações produtivas de maior potencial da sub-região e a criação de condições contextuais de suporte à actividade empresarial;
- o Da aposta em novas relações com o Sistema Científico e Tecnológico, designadamente reforçando a incorporação de conhecimento nos produtos e nos processos produtivos dos sectores mais tradicionais com maior potencial diferenciador/exportador.

15. O desenvolvimento das actividades com maior potencial na sub-região deve passar pela promoção de aglomerações produtivas numa lógica de *cluster*, não só através da concessão de incentivos, mas também através da sensibilização dos actores e da formação de consensos.

16. No sentido de identificar as fileiras ou *clusters* produtivos mais relevantes para a sub-região procede-se à análise da divisão do emprego no sentido de obter um retrato da especialização produtiva do território do Baixo Vouga. Neste contexto, o Quociente de Localização¹¹ (Qlocal) permite identificar as actividades produtivas (organizadas numa lógica de integração produtiva, i.e., fileiras) nas quais o nível de especialização do Baixo Vouga é significativamente superior à média da Região Centro (Qlocal > 1,05), como se pode observar na tabela 6.

Tabela 7– Número e proporção dos trabalhadores em relação ao total do Baixo Vouga¹², e Quociente de Localização, das fileiras produtivas

Fileira Habitat			Fileira TIC			Fileira Automóvel			Fileira Saúde		
Nº trab	% Emprego	Qlocal	Nº trab	% Emprego	Qlocal	Nº trab	% Emprego	Qlocal	Nº trab	% Emprego	Qlocal
54228	32.5%	1.29	2215	1.3%	1.11	12048	7.2%	1.56	7897	4.7%	0.68

Fonte: CCDR-C (2007a)

¹¹ O QLocal permite avaliar o grau relativo de concentração de uma actividade j numa região i face a uma região r de

referência: $Qlocal = \frac{\frac{x_{ij}}{x_i}}{\frac{x_{rj}}{x_r}}$. Um Qlocal = 1 significa que existe um grau de concentração de uma dada actividade igual à

região de referência. Considera-se uma concentração significativa quando Qlocal > 1,05.

¹² Os valores para o Baixo Vouga incluem o concelho da Mealhada, o qual pertence à região, mas não se insere no âmbito deste estudo.

17. Identificam-se, assim, algumas fileiras produtivas com potencial para serem a base do desenvolvimento de estratégias de eficiência colectiva numa lógica de cluster/aglomeração produtiva:

- o A fileira do Habitat, que agrega um vasto número de actores, desde os construtores, os fabricantes de produtos intermédios, os serviços de arquitectura e design, até aos empreendedores imobiliários e construtores – apresenta desde logo um equilíbrio entre o potencial de investigação associado à Universidade de Aveiro (nomeadamente, no desenvolvimento de novos produtos e soluções no domínio da habitação) e a densidade empresarial (ambos significativos);
- o A fileira das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) é um dos sectores mais dinâmicos da região; com maior potencial de crescimento e com vantagem comparativa; a fileira tem uma grande capacidade de I&DT na região, destacando-se o Instituto de Telecomunicações da Universidade de Aveiro, a PT Inovação, a INOVARIA (Associação de Empresas de Telecomunicações da Região de Aveiro) e o pólo de investigação da NOKIA/SIEMENS instalado em Aveiro. É um sector transversal – componente de muitos produtos e elemento básico da grande maioria dos processos produtivos – para além de constituir um produto por si mesmo.

18. As fileiras com potencial de desenvolvimento – Ambiente e Energia, Saúde e Automóvel – são as fileiras que ainda não apresentam a totalidade das seguintes valências: capacidade de I&DT; dinamismo económico; potencial de desenvolvimento à escala global, mas que podem ter um impacto muito positivo se desenvolvidas eficazmente, também numa lógica de cluster/aglomeração produtiva:

- o A indústria automóvel, devido à complexidade do produto, induz efeitos multiplicadores e de arrastamento sobre os seus fornecedores, seja através da criação de economias de escala ou do estímulo à modernização empresarial e à melhoria quantitativa dos produtos e serviços a montante do sector. Entre as potencialidades da região neste domínio incluem-se: as indústrias de componentes/montagem automóvel (Renault-Cacia, Toyota, Salvador Caetano – Ovar), o capital científico e de I&D existente na Universidade de Aveiro, nomeadamente, no domínio dos novos materiais e electrónica; e a capacidade de inovação de algumas empresas desta área. Considera-se ainda que a criação desta fileira pode gerar o referido efeito multiplicador sobre a melhoria da competitividade e da capacidade de inovação das empresas da região;
- o O sector do Ambiente e Energias Renováveis apresenta um conjunto de potencialidades. Por exemplo, o conhecimento e a diversidade de serviços existentes na região, susceptíveis de serem aplicados a diferentes sectores de actividade e que deram origem a alguns projectos inovadores (Eco-Parque Empresarial de Estarreja). Também existe potencial empresarial na sub-região para a aposta nos serviços de fim

de linha ligados ao ambiente (tratamento de resíduos) e de uma fileira ligada à energia eólica (indústrias de componentes)¹³. O aproveitamento da biomassa pode ser importante não só pelo aproveitamento energético que poderá permitir e o potencial de desenvolvimento de novos produtos compostos isolantes, mas igualmente pelo seu papel na preservação da floresta;

- o O sector da Saúde, sendo um sector com grande impacto na qualidade de vida dos cidadãos e com potencial de desenvolvimento de serviços de carácter inovador, encontra na sub-região um conjunto de recursos importantes favoráveis ao desenvolvimento de áreas específicas do sector da saúde: a aplicação das TIC à saúde, a Gerontologia e Apoio Social à Terceira Idade e a indústria farmacêutica. No entanto, este sector ainda não apresenta representatividade

19. Existem igualmente na sub-região o que se podem denominar como fileiras identitárias – fileira da Cultura, Turismo e Ria, dos Oceanos e do Agro-alimentar – tratam-se de fileiras de carácter mais abrangente cujo enfoque principal reside na qualificação dos recursos endógenos da sub-região.

20. O fomento do empreendedorismo e a qualificação das empresas associadas ao património natural, construído e cultural devem ser perspectivados numa óptica de desenvolvimento integrado de actividades económicas de apoio ao turismo ligado à Ria e à Natureza, na qualificação do património construído e das zonas ribeirinhas, na valorização científica e económica dos recursos e saberes endógenos (gastronomia regional, vitivinicultura, azulejaria, por exemplo) e na oferta integrada de actividades culturais, tanto em termos temáticos como intermunicipais.

21. Estes recursos patrimoniais e culturais associados ao território encerram um importante potencial a explorar para o desenvolvimento turístico do Baixo Vouga, para a dinamização da economia de base local e para a diversificação da economia sub-regional, sendo ainda um importante atributo para a afirmação da identidade sub-regional no exterior. Importa, por isso, valorizá-los, quer através da inovação nos produtos e nos processos de comercialização e marketing, quer através da criação de redes que, articulando territórios, recursos, produtos e equipamentos, permitam ganhar massa crítica e favorecer economias de escala, potenciando novas oportunidades de negócio geradoras de emprego e de rendimento e promovendo uma maior integração dos espaços sub-regionais.

22. A dinamização e diversificação económica destes recursos endógenos assume relevância acrescida no contexto de territórios de baixa densidade demográfica. São factores de uma

¹³ Veja-se por exemplo o caso da Martifer.

nova atractivamente e competitividade económica, em combinação com a economia do turismo ou novas procuras residenciais, e aproveitando as potencialidades das telecomunicações, mormente o desenvolvimento de formas de tele-trabalho. Nesta óptica, investimentos nas infra-estruturas e no desenvolvimento de serviços empresariais de apoio para a micro ou pequena escala empresarial de base local podem contribuir para a revitalização económica destes espaços de baixa densidade. Neste contexto, a Universidade de Aveiro pode ter um papel importante a desempenhar, ao fixar e potenciar o talento e o empreendedorismo de natureza académica associado à investigação da universidade, assim como no desenvolvimento e prestação de serviços de apoio aos empreendedores da comunidade regional.

23. A desqualificação das áreas de localização empresarial também contribui para a perda de competitividade das empresas da sub-região e para a desqualificação do território. O Baixo Vouga é a sub-região da Região Centro que apresenta o maior número de áreas industriais (17), que no seu conjunto representam 20% do total da superfície industrial disponível na Região Centro. No entanto, cada município tem seguido isoladamente a sua política de localização empresarial, contribuindo para que as zonas empresariais se desenvolvam com medidas avulsas de investimento, sem selecção de empresas ou de sectores de actividade, limitando-se a incorporar empresas já existentes e finalmente não tirando partido das vantagens de co-localização. Adicionalmente, estas áreas de localização empresarial não reúnem as condições que as empresas mais inovadoras procuram: não disponibilizam na sua maioria serviços avançados às empresas, não têm uma estrutura de gestão profissional nem desenvolvem estratégias de marketing e imagem.

24. Dada a precariedade funcional registada numa grande parte das áreas de localização industrial da Região Centro em termos de ordenamento (arruamentos, equipamentos, estacionamento, espaços verdes, rede eléctrica, telecomunicações, gás, sinalética, combate a incêndios), de ambiente (tratamento dos efluentes industriais, sistema de recolha de resíduos sólidos industriais), e de serviços de manutenção e de logística, torna-se necessário, em primeiro lugar, requalificar e ordenar as existentes. Em segundo lugar, construir novas áreas, quando tal se mostre necessário, recorrendo a uma abordagem integrada e disciplinadora do funcionamento deste tipo de infra-estruturas. A requalificação ou construção de novas áreas empresariais deve ter em especial atenção as características e necessidades das empresas, bem como a definição da tipologia de empresas que pretende incluir.

- 25.** Nas áreas de localização industrial onde já existam condições de especialização produtiva e de massa crítica empresarial suficiente para promover o desenvolvimento diferenciado de inovação tecnológica e a sua afirmação a nível nacional, torna-se especialmente necessário dotá-las das condições estruturais avançadas e de serviços de apoio especializado. Também é necessário a articulação com o sistema científico e tecnológico e com a rede urbana regional, o estímulo ao surgimento de estratégias partilhadas de cooperação e a atracção de investimento directo estrangeiro (IDE) para a sub-região.
- 26.** A promoção institucional da sub-região é incipiente, não existindo uma aposta evidente e integrada na construção de uma imagem forte e atractiva, conducente à captação de investimento estrangeiro e à atracção de trabalhadores qualificados bem como ao reforço das dinâmicas de internacionalização das empresas da sub-região. Importa portanto equacionar a estratégia de internacionalização da economia sub-regional que contribua para o reforço da competitividade, nomeadamente através de:
- o Captação de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) – importa colocar a sub-região no “mapa” do investimento estrangeiro que tem convergido para Portugal desde a adesão à CEE, o que significa, antes de mais, colocá-la na “agenda” das instituições que se ocupam da captação de IDE para o país. Importa ainda encontrar outros meios de dar visibilidade à sub-região como destino possível de IDE, nomeadamente a projecção internacional da excelência de ensino e investigação que a Universidade encerra, a cooperação inter-territorial e o restabelecimento dos laços com empresários emigrantes no estrangeiro oriundos da Região Centro;
 - o Promoção das exportações – existem, a nível nacional, organismos (ICEP, ITP) que têm por missão específica promover o país e os seus produtos no estrangeiro, pelo que é a estas instâncias que cabe, antes de mais, realizar a promoção do Baixo Vouga e dos seus produtos de modo a permitir às empresas da região aumentar as exportações. Importa, portanto, assegurar uma presença adequada na agenda destes organismos e recorrer a outros meios, nomeadamente de âmbito regional, para complementar a promoção dos seus produtos;
 - o Cooperação inter-regional – importa promover a internacionalização da região, divulgando uma imagem de modernidade e dinamismo dos seus territórios, dos seus agentes e das suas instituições, e organizando a participação dos seus actores em redes internacionais.
- 27.** Existem lacunas no sistema de infra-estruturas logísticas na sub-região. Colmatá-las é condição essencial para o reforço do posicionamento atlântico da sub-região, nomeadamente na atracção de investimentos logísticos de relevância nacional e internacional e para promover a sua competitividade nas redes logísticas ibéricas e europeias. A título de exemplo poder-se-á mencionar a criação de uma nova plataforma

logística aproveitadora da nova estação da RAVE, que se prevê para Albergaria, a já prevista plataforma logística de Cacia associada ao complexo químico de Estarreja (combustíveis e granéis líquidos; ver o Plano Portugal Logístico) e ao Porto de Aveiro¹⁴, ou ainda o reforço das condições infra-estruturais, ambientais e de gestão do Porto de Aveiro.

28. Apesar da agricultura ter vindo a perder peso na estrutura produtiva e emprego locais, ainda é uma actividade importante, não apenas pela sua relevância económica, mas também pelos patrimónios cultural e paisagístico a ela associados. Em muitas situações, a agricultura é uma actividade complementar com a pesca, a apanha do moliço (que é utilizado como o adubo) ou outra actividade produtiva. O Baixo Vouga Lagunar, particularmente, é uma região com características muito próprias, resultantes de uma dinâmica de interface Ria/terra e da exploração secular e sustentável dos valores naturais. O Baixo Vouga Lagunar é também uma das áreas do país com maior potencial agrícola, cujo aproveitamento se encontra bastante aquém das suas potencialidades, devido às limitações e deficiências estruturais existentes (embora estejam previstas diversas intervenções para ultrapassar estas limitações e deficiências: ordenamento da propriedade e das infra-estruturas de drenagem, desenvolvimento de caminhos rurais e protecção contra o efeito das marés)¹⁵. A área, assim como a zona de montanha, apresenta também grande potencial de conservação e valorização do património que pode encontrar nos princípios da reforma da Política Agrícola Comum – respeito ambiental, segurança alimentar e bem-estar animal – enquadramento para iniciativas de desenvolvimento rural.

29. Ao nível da actividade pesqueira, regista-se uma significativa concentração de actividades relacionadas com a fileira do pescado (pesca, transformação e comercialização) na região, nomeadamente ligado ao bacalhau. Algumas das fragilidades desta actividade relacionam-se maioritariamente com: dificuldades sentidas por algumas empresas da região no acesso às quotas de pesca, nomeadamente na negociação institucional de cedência de quotas; o insuficiente quadro de apoios financeiros comunitários e nacionais e a falta de formação profissional em algumas áreas do sector. Refira-se também a importância do Laboratório Oceanográfico ligado à Universidade de Aveiro, dada a existência de um estuário atlântico significativo na região e à existência na plataforma continental da região de fundos oceânicos importantes, com recursos significativos em recursos naturais¹⁶.

1.2 Espaços Naturais e Ambiente

¹⁴ CCDR-C (2007b). Ver também o Plano Portugal Logístico.

¹⁵ CPU (2006). Estas intervenções estão previstas no Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Vouga.

¹⁶ CEIDET (2006).

1. A paisagem natural do Baixo Vouga apresenta zonas características únicas e de grande valor enquanto suporte e expressão das actividades tradicionais e culturais que caracterizam o território e as pessoas que nele vivem. A esta grande diversidade geográfica corresponde uma diferenciação cultural, de exploração de recursos e de organização territorial, da ocupação e povoamento humano que apresentam grande potencial de desenvolvimento das actividades relacionadas com o turismo e as actividades de lazer.
2. Algumas das zonas de maior valia ambiental encontram-se associadas à Ria de Aveiro: as diversas lagoas costeiras, as zonas de produção de sal e os aglomerados costeiros de pequena e média dimensão, a Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto e os sistemas dunares, e as extensas manchas de floresta de protecção. Ainda na região, a Pateira de Fermentelos, considerada uma zona húmida de elevada riqueza ecológica e a zona de montanha também apresentam notável qualidade e, conseqüentemente, elevado potencial turístico.
3. A Ria de Aveiro é o elemento natural mais representativo e marcante da região, podendo ser analisada segundo diversas perspectivas: como espaço de lazer e turismo; como espaço natural sensível; como suporte às pequenas economias locais; como base para a investigação científica e do desenvolvimento de serviços inovadores ligados ao ambiente (atente-se ao caso do Centro de Estudos do Ambiente e do Mar – CESAM da Universidade de Aveiro). Um dos principais desafios que se coloca consiste em perspectivar formas inovadoras de promoção, gestão e desenvolvimento dos seus diversos recursos tal que:
 - o Articulem uma política de conservação da natureza com a valorização económica/científica/cultural dos seus diferentes usos, nomeadamente:
 - a) O lazer e o turismo – implica uma especial atenção com a imagem da Ria, das suas margens e do Salgado, com a qualificação dos canais urbanos e com a oferta, sem prejuízo para o ambiente, de transportes fluviais, de turismo da natureza em articulação com recursos locais.
 - b) Os desportos náuticos, desde a prática amadora até a alta competição, sendo já considerável o número de instalações de apoio (ver tabela 7) que pretendem responder a uma crescente procura do sector da Náutica de Recreio¹⁷;
 - c) As actividades tradicionais (extracção do sal e pesca);
 - d) A aquacultura; e,
 - e) A investigação científica e a prestação de serviços ambientais.
 - o Contribuam para solucionar os principais problemas ambientais, nomeadamente a poluição, as cheias, a eutrofização e a salinização das águas.

¹⁷ CPU (2006).

Tabela 8 – Instalações de náutica de recreio na Ria de Aveiro

Instalação	Postos de	Postos de	Total
	amarração a nado	amarração a seco	
Porto de Recreio do Carregal	199	293	492
Fundeadoiro da Estalagem Vela Mar	0	0	0
Associação Náutica da Torreira	0	0	0
Ancoradouro da Vila da Torreira	0	0	0
Porto de Recreio da Torreira	97	80	177
Fundeadoiro do Clube Fim de Semana	3	0	3
Fundeadoiro Orbitur	0	0	0
Fundeadoiro Parque Campismo S. Jacinto	65	0	65
Ancoradouro de S. Jacinto	10	0	10
Porto de Recreio do Clube de Vela da Costa Nova	153	180	333
Porto de Recreio da Gafanha da Encarnação (ANGE)	112	18	130
Porto de Recreio da Gafanha da Encarnação (MCG)	80	200	280
Ancoradouro "Os amigos da Ria"	100	0	100
Ancoradouro da Associação Aveirense de Vela de Cruzeiro	16	0	16
Clube Naval de Aveiro	0	120	120
Sporting Clube de Aveiro	0	100	100
Os Galitos	0	0	0
Porto de Recreio da Gafanha da Nazaré	80	80	160
Clube Desportivo Náutico da Praia de Mira	0	0	0
Totais	915	1071	1986

Fonte: CPU (2006)

4. O Baixo Vouga regista níveis indesejados de poluição dos recursos hídricos decorrentes da actividade antropocêntrica – prática agrícola e industrial e resíduos domésticos. A sub-região tem de facto um elevado passivo ambiental cuja resolução integrada é imperiosa devido aos riscos sanitários que representa. Além do mais, a resolução do passivo ambiental pode assumir importante factor de revitalização da actividade económica, face aos novos modelos de aproveitamento dos recursos endógenos, e em especial aqueles relacionados com a qualidade ambiental e/ou paisagística.
5. O aumento da produção de resíduos industriais e a quase inexistência de infra-estruturas de deposição e tratamento determinam a implementação de um sistema integrado de gestão de resíduos industriais. A implementação de uma rede desta natureza (recolha, tratamento e posterior valorização) a nível sub-regional, associada às áreas de localização

industrial, seria um contributo importante para resolver os actuais problemas ambientais e implementar soluções de valorização inovadoras que, beneficiando de efeitos de escala, trariam vantagens económicas à sub-região.

Tabela 9 – Proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente, 2005

	Resíduos urbanos recolhidos (t) por tipo de recolha		Proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente (%)
	Recolha indiferenciada	Recolha selectiva	
Portugal	4411590	282046	6.0%
Centro	878954	43075	4.7%
Baixo Vouga	145224	8664	5.6%
Águeda	14565	887	5.7%
Albergaria-a-Velha	6812	387	5.4%
Anadia	9259	732	7.3%
Aveiro	35030	2096	5.6%
Estarreja	8486	532	5.9%
Ílhavo	18158	886	4.7%
Murtosa	4642	226	4.6%
Oliveira do Bairro	7114	374	5.0%
Ovar	24763	1292	5.0%
Sever do Vouga	2905	291	9.1%
Vagos	6452	414	6.0%

Fonte: INE (2006b)

6. A recolha e separação de resíduos domésticos e industriais não orgânicos constituem simultaneamente um problema – recolha selectiva dos diversos fluxos de forma a permitir a sua reutilização e reciclagem eficiente – e uma oportunidade – nichos de mercado relativos à recolha, transporte e tratamento. Não existindo dados disponíveis relativamente à produção e processos de valorização ou eliminação de resíduos industriais, os valores da recolha selectiva de resíduos urbanos para o Baixo Vouga demonstram que ainda existe muito espaço para aumentar a taxa de recolha selectiva e, conseqüentemente, a reconversão dos resíduos em novos produtos.

Tabela 10 – Principais fontes de emissões de efluentes líquidos de origem industrial

Indústria	Empresa	Concelho
Indústrias alimentares	Gelcampo	Murtosa
	Friopesca	Ílhavo
	Nestlé-Portugal	Estarreja
Fabricação de pasta, de papel e cartão	Portucel Industrial	Aveiro
Fabricação de Produtos Químicos	Anilina de Portugal	Estarreja
	Cires	Estarreja
	Dow Portugal	Estarreja
	Uniteca	Estarreja
	Bresfor - Indústria do Formol	Ílhavo
Indústrias metalúrgicas de base	FRUNFRAP	Aveiro
Fabricação de produtos minerais não metálicos	Diversas	Aveiro
	Diversas	Ílhavo
	Diversas	Oliveira do Bairro
Fabricação de veículos automóveis	Renault Portuguesa	Aveiro

Fonte: CPU (2006)

7. Importa assegurar a redução das descargas de águas residuais, urbanas e industriais, não tratadas, e da escorrência para os meios hídricos e para o solo de águas de lixiviação dos terrenos ou de rega contaminadas com adubos e/ou pesticidas. A ampliação e optimização das redes de abastecimento de água, de drenagem e de tratamento de águas residuais são cruciais neste domínio, especialmente nos casos em que as taxas de cobertura ficam muito aquém dos níveis mínimos estabelecidos pelas entidades responsáveis (ver tabela 9).

Tabela 11 – Indicadores dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, 2004¹⁸

	População servida por sistemas de abastecimento de água (%)	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)	População servida por estações de tratamento de águas residuais (%)	Proporção de águas residuais tratadas (%)
Portugal	92	76	64	86
Centro	97	73	63	93
Baixo Vouga	94	65	64	94
Águeda	93	58	53	62
Albergaria-a-Velha	100	70	70	100
Anadia	100	27	21	100
Aveiro	99	92	92	100
Estarreja	65	30	30	100
Ílhavo	100	68	68	100
Murtosa	98	66	66	100
Oliveira do Bairro	93	87	86	100
Ovar	99	70	70	100
Sever do Vouga	85	20	20	18
Vagos	85	42	42	100

Fonte: INE (2005)

8. O Baixo Vouga tem uma vasta orla costeira na qual se assiste a um intenso processo erosivo por acção do mar e consequente perda efectiva de território. Verifica-se, também, nos aglomerados e nas zonas contíguas um forte crescimento urbano-turístico e uma diminuição das actividades litorâneas tradicionais e sustentáveis. Estes factores têm contribuído para a degradação dos sistemas dunares e para a pressão sobre áreas de grande valor ecológico. Os desafios que se colocam passam pelo ordenamento e qualificação das áreas construídas, pela preservação e protecção do ambiente natural e biodiversidade, pela luta contra a erosão e pela valorização científica e empresarial das actividades tradicionais ligadas ao mar.
9. No que respeita ao meio florestal do Baixo Vouga, este divide-se em dois tipos: as matas de pinheiro bravo que datam do início do século XX que ocupam parte do sistema dunar e que encontram maior expressão e condições de conservação na costa de São Jacinto, e; o maciço florestal intensamente recortado por vales fluviais, em que se pode observar a

¹⁸ Os dados referentes aos sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais são resultantes de inquéritos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística aos municípios.

mudança gradual da agricultura da planície aluvial para uma agricultura em socacos. Os grandes desafios para este meio, nomeadamente o de carácter serrano, são:

- o A promoção, ambientalmente sustentável, de actividades económicas associadas ao turismo: desporto de aventura, percursos pedestres, aldeias tradicionais, produtos tradicionais com denominação de origem;
- o A produção de energia através de fontes alternativas como sejam a eólica, a solar ou a biomassa.

10. A produção de energia a partir da biomassa contribui também para a limpeza da floresta e consequente redução do risco de incêndio. Para além deste facto, de considerável importância no contexto de alterações climáticas, registam-se ainda dois factores que poderão tornar atractiva a aposta na biomassa: o aproveitamento para soluções inovadoras na construção civil (e.g., isolamentos e pavimentos) e ainda a integração no mercado de trabalho de segmentos populacionais com qualificação reduzida.

**Tabela 12 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento hoteleiro em
31.7.2005**

	Estabelecimentos				Capacidade de alojamento			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
	N.º							
Portugal	2 012	607	878	527	263 814	126 445	41 523	95 846
Continente	1 738	518	797	423	227 283	106 252	38 019	83 012
Centro	418	141	221	56	35 539	20 394	11 105	4 040
Algarve	433	93	99	241	99 982	27 546	4 404	68 032
Baixo Vouga	68	19	37	12	4 472	2 137	1 290	1 045
Águeda	6	-	2	4	322	-	80	242
Albergaria-a-Velha	3	-	2	1	98	-	62	36
Anadia	14	4	7	3	939	383	188	368
Aveiro	14	8	6	-	1 095	873	222	-
Estarreja	1	-	1	-	18	-	18	-
Ílhavo	6	2	4	-	326	200	126	-
Murtosa	3	-	1	2	150	-	36	114
Oliveira do Bairro	3	1	2	-	110	60	50	-
Ovar	3	1	2	-	241	108	133	-
Sever do Vouga	1	-	1	-	79	-	79	-
Vagos	2	-	2	-	94	-	94	-

Fonte: INE (2005)

11. Apesar de o Baixo Vouga não ser um dos destinos portugueses que mais turistas atraem e, consequentemente, não dispor de grande capacidade de alojamento hoteleiro (ver tabela

11), existem algumas tendências globais das quais a sub-região pode tirar partido e diferenciar-se: o aumento da população europeia em idade de reforma, com potencial económico e vontade de viajar, a oportunidade de transformar viagens de negócios ou de carácter científico em viagens com complemento lúdico, o turismo de fim-de-semana, nomeadamente proporcionado pelas óptimas ligações a Espanha (e.g. a A25) e pelas companhias aéreas de baixo custo a operar a partir do aeroporto do Porto, e uma exigência mais selectiva dos turistas na sua escolha de destinos. Como já foi referido, a qualidade da paisagem natural do Baixo Vouga Lagunar e da zona de montanha e o potencial de desenvolvimento de actividades turísticas associado a estes espaços podem também ser factores diferenciadores da oferta turística regional.

12. A sub-região tem um conjunto de problemas que podem prejudicar o aproveitamento do potencial turístico, designadamente: a poluição da ria; a fragmentação da oferta turística; a carência de infra-estruturas e equipamento de apoio à actividade turística; a insuficiente qualidade e diversidade das actividades complementares e de animação; a desqualificação da imagem urbana de algumas zonas periféricas; e a ineficiência dos transportes públicos da região.
13. Finalmente, a prevenção de riscos tecnológicos associados a unidades industriais deve merecer atenção por parte dos agentes públicos e privados através da elaboração de acções de prevenção, alerta e resposta, e gestão desses mesmos riscos.

1.3 Sistema Urbano, Património, Educação e Cultura

1. A sub-região do Baixo Vouga apresenta uma estrutura de povoamento relativamente dispersa, onde predominam as manchas de crescimento peri-urbano:
 - o O eixo urbano Aveiro-Ílhavo-Vagos, com cerca de 130 000 habitantes, composto pelas duas cidades e por uma área suburbana que se estende ao longo das principais vias e que, nalguns casos, tende para formas de crescimento em mancha de óleo;
 - o O eixo peri-urbano Ovar/Estarreja, com cerca de 83 000 habitantes e que é estruturado pelas duas cidades e pela lógica linear da EN 109 e da linha de caminho de ferro;
 - o O eixo peri-urbano de industrialização difusa centrado em Águeda e que se estende ao longo das vias que seguem para Oliveira do Bairro e Albergaria-a-Velha, com cerca de 95 000 habitantes;

- As zonas predominantemente rurais da Murtosa e Sever Vouga, com uma população de cerca de 9 500 e 13 000 habitantes, respectivamente.
- 2.** Esta estrutura de povoamento resulta maioritariamente de uma lógica não controlada de ocupação ao longo das vias de comunicação, cujas principais características são:
- Dispersão do crescimento residencial periférico, de baixa qualidade e caracterizada por uma heterogeneidade morfo-tipológica, e também por uma descaracterização da envolvente ao património construído e natural;
 - Falta de infra-estruturas, equipamentos e serviços urbanos condizentes com qualidade de vida. Para além disso, o padrão de povoamento referido anteriormente implica custos acrescidos de infra-estruturação e o recurso sistemático ao transporte individual para acesso a serviços e equipamentos de ordem superior;
 - Industrialização difusa, maioritariamente pouco qualificada e com carências em termos de infra-estruturação, facto que condiciona o potencial de competitividade da região;
 - Coexistência de usos residenciais e industriais, com impactos significativos ao nível da qualidade ambiental e paisagística.
- 3.** A estrutura de povoamento disperso do Baixo Vouga exige uma adequada acessibilidade e mobilidade intra e inter-urbana, sob pena de comprometer o acesso a funções e equipamentos urbanos e aos pólos de atracção da população. Deste modo torna-se necessário promover condições integradas de acessibilidade e desenvolver o sistema de mobilidade de pessoas e de mercadorias na região, na perspectiva do reforço da integração e coesão do espaço regional e da articulação deste espaço com o resto do país e com o estrangeiro. Essas acções poderão ser do seguinte teor:
- Promoção do transporte público de passageiros e da multi-modalidade, quer enquanto vectores estruturantes da mobilidade nos principais eixos urbanos, quer enquanto factores de integração sócio-territorial das áreas não urbanas;
 - Criação de percursos pedonais e cicláveis e promoção do transporte não motorizado;
 - Promoção da partilha de recursos do transporte particular nos percursos pendulares casa-emprego.
 - Desenvolvimento de projectos de mobilidade supra-municipal que considerem diversos aspectos: a mobilidade inter-urbana, o transporte de mercadorias e a construção de plataformas logísticas; a construção de variantes a centros urbanos como forma de desviar tráfego dos centros urbanos; os trajectos inter-municipais de lazer e fruição;
 - A prestação de serviços de interesse geral junto às populações residentes nas zonas de baixa densidade, através do recurso ao sistema ambulatório.

4. A região beneficia da existência de um eixo urbano (Aveiro-Ílhavo-Vagos) com uma importância demográfica considerável e que concentra serviços de nível hierárquico superior (Universidade, Hospital Distrital, Tribunal, etc.). Este eixo urbano dispõe de uma oferta significativa de equipamentos sociais, culturais e desportivos, de estabelecimentos comerciais e de serviços de consumo final e finalmente de uma larga oferta habitacional. As cidades de Ovar, Estarreja e Águeda podem igualmente servir como centros dinamizadores de áreas mais alargadas e capazes de atrair mais actividades económicas qualificadas¹⁹.

5. A relação dos aglomerados populacionais com a Ria de Aveiro permite verificar a existência de três tipos diferentes de imagem urbana, encarada ao nível funcional, paisagístico e imaginário:
 - o Os aglomerados urbanos consolidados com frente de Ria que apresentam uma relação pouco consistente com a Ria (Vagueira, Barra), ou cuja relação dos espaços urbanos com a Ria tem vindo a ser reforçada (Aveiro-Ílhavo, São Jacinto, Torreira, Vagos), ou que constituem “imagens de marca” da Ria (Costa Nova). É nestes espaços de relação entre núcleos urbanos e espelhos de água que se encontram algumas das zonas de maior potencial, mas que necessitam de intervenções urgentes. O reforço da relação da Ria com as frentes ribeirinhas deve ser o factor de qualificação e dinamização do espaço urbano, assim como elemento de aproximação dos habitantes à Ria;
 - o A ocupação urbana marginal e linear ao longo da Ria pouco expressiva (Canal de Mira-poente) e de costas para a Ria (Canal de Mira-Nascente). Existem também áreas com ocupação urbana significativa, mas descaracterizada pela mistura de texturas urbanas tradicionais com a construção de segundas residências (Canal de Ovar) e área de ocupação urbana intensa, também profundamente descaracterizada (Canal do Boco);
 - o Os aglomerados mais interiores de características predominantemente rurais, que mantém ainda um forte contacto com a Ria nas suas actividades quotidianas, embora em processo de contínuo abandono (margem nascente da Ria em Ovar, Estarreja, Murtoza e Aveiro), ou cuja relação com as zonas ribeirinhas é já mais vocacionada para o lazer, mas cujo espaço urbano é desqualificado e pouco infra-estruturado (margens do sistema Vouga-Águeda-Cértima). A nova procura destes territórios por parte da população que busca o recreio, o lazer e o contacto com a natureza representam potencialidades para estes espaços: os espaços de contacto com a Ria (cais, pontões, parques de merendas) podem ser reconvertidos em lugares apelativos, culturais, de apoio a actividades fluviais e de passeio e lazer ecológico,

¹⁹ CEIDET (2006).

abrindo oportunidades de negócio para pequenas empresas na prestação de apoio a estas actividades.

6. A região exhibe ainda outros espaços com imagem urbana de qualidade que apresentam uma panóplia de casas de arquitecturas barroca, maneirista, Arte Nova ou Arte Déco, designadamente em Aveiro e Ílhavo, assim como um vasto património edificado de fachada azulejar, nomeadamente em Ovar. Diversos monumentos e edificios de valor, alguns exemplares de arqueologia industrial de grande relevo – como sejam a Fábrica da Vista Alegre em Ílhavo e a Fábrica Jerónimo Pereira e Campos (Centro Cultural de Congressos de Aveiro), e a Universidade de Aveiro – com projectos assinados pelos melhores arquitectos nacionais, constituindo assim uma sala de exposições da arquitectura portuguesa contemporânea – marcam a imagem urbana e constituem, também, representações da memória e identidade colectivas.
7. A identidade do Baixo Vouga, necessária para potenciar estes recursos patrimoniais é, contudo, prejudicada pelo modo de distribuição espacial da população e pelas assimetrias existentes na qualificação das diferentes partes do território. A fragmentação do território e a dispersão destes recursos de carácter cultural e identitário fragilizam a região e dificultam o desenvolvimento de abordagens integradas à internacionalização da identidade do Baixo Vouga.
8. No que concerne a oferta cultural, esta revela-se significativa, existindo uma diversidade de manifestações culturais interessante em diversos sectores, desde os ligados às actividades mais tradicionais e à gastronomia regional, até aos sectores emergentes, como sejam o audiovisual e a moda. No entanto, a oferta encontra-se actualmente descoordenada, não existindo uma aposta clara no desenvolvimento integrado de intervenções orientadas para potenciar e valorizar a diversidade de recursos existentes nem a preocupação em fomentar complementaridades e economias de aglomeração. Existe portanto espaço para a integração da oferta cultural através do desenvolvimento de redes de programação cultural que permitam atingir a massa crítica necessária a uma oferta cultural de nível internacional que contribua para a atractividade regional.
9. Reconhece-se também potencial de desenvolvimento de novas ofertas culturais em actividades normalmente associadas apenas ao turismo. A tradição museológica da região (e.g., as casas Gandareza e a Casa Gafanhoe ou as casas-museu, como seja a do Nobel da Medicina Egas Moniz) é normalmente apenas considerada pelo seu potencial turístico, quando, de facto, tem potencial para constituir parte importante de uma oferta cultural integrada. Existem igualmente espaços nos quais escritores Portugueses renomeados passaram (e.g., o Museu Júlio Dinis) e que podem beneficiar da sua inclusão numa agenda

cultural regional ligada à literatura. Por outro lado, os possíveis rastros deixados pela actividade marítima na costa no tempo dos Descobrimentos permite considerar também o desenvolvimento de actividades de arqueologia marinha em conjunto com as escolas da região e com a Universidade de Aveiro.

10. Em termos do nível de instrução da população com mais de 15 anos empregada, a sub-região do Baixo Vouga apresenta uma situação bastante desfavorável: se os valores são apenas ligeiramente mais negativos do que os de Portugal e em linha com os dados da Região Centro, a comparação com os dados de alguns países seleccionados da União Europeia demonstra a situação desfavorável em que o Baixo Vouga – assim como Portugal – no que concerne a qualidade dos recursos humanos. Esta situação assume contornos mais preocupantes se considerarmos os dados dos outros países da coesão da UE15 (Grécia, Espanha e Irlanda) e os dados dos novos estados membros. Esta situação não pode ser considerada como satisfatória mesmo considerando o contexto nacional e tem impactos negativos na competitividade das empresas e da economia regional como um todo, assim como na capacidade destes recursos humanos de assegurar bons rendimentos através de empregos qualificados.

Tabela 13 – População residente com mais de 15 anos empregada, por nível de instrução 2000²⁰

Unidade Territorial	Até ao 9º ano	Ensino Secundário e Ensino Médio	Ensino Superior
EU27	26.1%	47.9%	21.2%
EU25	25.7%	47.3%	21.9%
EU15	27.8%	43.2%	22.9%
Novos Estados Membros	14.0%	69.7%	16.3%
Finlândia	22.7%	43.7%	33.5%
Suécia	20.4%	49.1%	30.2%
Espanha	52.8%	19.4%	27.8%
Reino Unido	12.0%	52.3%	26.9%
Grécia	42.8%	37.4%	19.7%
Irlanda	38.9%	32.9%	19.2%
Itália	34.0%	31.7%	9.0%
Portugal	78.7%	11.9%	9.4%
Centro	84.7%	10.4%	4.9%
Baixo Vouga	84.3%	10.5%	5.3%
Baixo Mondego	78.3%	13.7%	8.0%
Pinhal Litoral	85.0%	10.6%	4.4%
Pinhal Interior Norte	89.8%	7.6%	2.6%

²⁰ NOTA: a soma dos valores para alguns dos países apresentados não corresponde a 100% devido a duas razões: a não respostas aos inquéritos e o facto de a unidade dos dados-base ser 10³. No entanto, esta anomalia estatística não invalida a análise realizada.

Dão-Lafões	86.8%	8.8%	4.4%
Pinhal Interior Sul	91.0%	6.9%	2.1%
Serra da Estrela	88.8%	7.5%	3.7%
Beira Interior Norte	86.3%	9.2%	4.5%
Beira Interior Sul	84.9%	10.1%	5.0%
Cova da Beira	86.2%	9.6%	4.2%
Oeste	86.1%	9.9%	4.0%
Médio Tejo	83.7%	11.7%	4.6%

Fonte: Eurostat, INE (2001)

11. Outra situação preocupante – ou uma das causas dos valores discutidos anteriormente – pode ser observada ao nível do abandono escolar, saída antecipada e saída precoce do sistema de ensino. Como no resto do país, o Baixo Vouga apresenta taxas elevadas nestes indicadores que não se adequam às novas dinâmicas do desenvolvimento económico. A Universidade de Aveiro já se encontra a trabalhar com algumas escolas no desenvolvimento de programas para inverter esta situação e essa cooperação pode e deve ser reforçada e estendida a outras escolas da região. Existe, portanto, a necessidade de investir na melhoria dos sistemas de ensino e formação.

Tabela 14 – Taxas de abandono escolar, saída antecipada e saída precoce no Baixo Vouga, 2001

Unidade Territorial	Abandono escolar	Saída antecipada	Saída precoce
Portugal	2.7	24.0	44.0
Baixo Vouga	2.2	25.7	48.1
Águeda	2.0	25.6	48.4
Albergaria-a-Velha	3.3	29.5	53.7
Anadia	2.5	25.7	47.2
Aveiro	1.4	20.8	41.9
Estarreja	2.7	26.3	50.1
Ílhavo	2.0	23.9	47.5
Murtosa	6.6	43.4	64.5
Oliveira do Bairro	2.3	26.5	47.4
Ovar	2.7	29.3	52.5
Sever do Vouga	1.1	24.3	46.2
Vagos	2.1	29.4	51.5

Fonte: *GIASE (2003)*

1.4 Governação e Administração

1. A sub-região do Baixo Vouga não apresenta as características de uma desejável e necessária rede multipolar. De facto, embora se assista a algumas tendências emergentes que importa reforçar e consolidar, denota-se ainda um nível reduzido de relações funcionais

interurbanas, que ocorrem geralmente em sentido unidireccional, sendo mais densas e operativas no eixo Aveiro-Ílhavo, onde as principais funções urbanas da sub-região se localizam.

2. É de realçar o papel determinante que o Programa Aveiro Digital (PAD) assumiu como motor do desenvolvimento social, económico e cultural, impulsionando a modernização dos serviços e a qualificação das pessoas na região da Associação de Municípios da Ria. Este Programa enquadrava-se no âmbito do POSI – Programa Operacional da Sociedade da Informação e, mais recentemente, no âmbito do POSC – Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento e foi gerido conjuntamente pela AAD – Associação Aveiro Digital e pela AMRIA – Associação de Municípios da Ria.
3. O PAD 2003-2006 concretizou-se no desenvolvimento de 77 projectos, distribuídos por oito Áreas de Intervenção, envolvendo um total de 327 entidades. Dos projectos mais paradigmáticas, refira-se os relacionados com os instrumentos de gestão e monitorização do território e das infra-estruturas (Serviços SIG da Região da AMRia, por ex.) ou dos equipamentos colectivos (Serviços de Gestão e Administração da Rede Escolar), os projectos de Governo Electrónico (Serviços de BackOffice e de FrontOffice dos Municípios), ou os projectos de prestação de serviços públicos à distância (Serviços de Telediagnóstico e de Teleconsulta).
4. Refira-se também a importância do PAD no apoio a projectos de acesso público à Internet, com a criação de Espaços Internet Aveiro Digital nos 11 Municípios e nas 95 Freguesias da AMRia, permitindo o acesso de população a serviços de interesse geral.
5. O PAD e outras iniciativas de cooperação entre o tecido empresarial e as Autarquias permitem vislumbrar as virtudes de uma cooperação institucional mais ampla e sistemática, em oposição à situação actual.
6. Existe ainda espaço para aumentar os impactos positivos do Programa, nomeadamente no que concerne a relação da administração local com as empresas. Considera-se que o governo electrónico pode ter impactos positivos na competitividade empresarial, nomeadamente:
 - o Agilizar os processos de licenciamento de infra-estruturas relacionadas com actividades económicas locais;
 - o Informar e apoiar tecnicamente os promotores de investimentos e iniciativas empresariais, nomeadamente em relação a espaços de localização empresarial.

7. O aumento da penetração da banda larga e o incremento da apropriação económica e social das TIC devem ser consideradas como prioridades estratégicas para o futuro desenvolvimento da Região, incluindo a melhoria da acessibilidade, por esta via, das áreas mais frágeis do interior.

8. Outras tendências emergentes de cooperação que interessa reforçar encontram-se ao nível da cooperação entre a Universidade de Aveiro e a comunidade envolvente. Refira-se, por exemplo, o trabalho desenvolvido no âmbito do Quadro de Referência Estratégico para a região de Aveiro em 2006 (CEIDET, 2006) e o presente trabalho, ambos envolvendo as diversas autarquias da região, ou outros trabalhos pontuais envolvendo a universidade, as autarquias (através da Grande Área Metropolitana de Aveiro) e empresas (através da Associação Industrial do distrito de Aveiro).

9. A cooperação internacional tem também o potencial de acrescentar valor às acções de política pública realizadas na região, mediante o estabelecimento de parcerias inter-regionais que assegurem o acesso a informação relacionada com casos exemplares e boas práticas existentes noutras regiões. No anterior período de programação as oportunidades de cooperação inter-regional (designadamente o INTERREG) não foram totalmente aproveitadas. Importa, portanto, reforçar esta vertente e direccioná-la para as temáticas essenciais da estratégia de desenvolvimento.

1.5 - Análise SWOT

Forças
<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Dimensão demográfica da sub-região (quase 400 mil habitantes) ⇒ Elevada capacidade de atracção de população ⇒ Cultura forte de empreendedorismo ⇒ Dinamismo industrial e capacidade exportadora em sectores sustentados por um perfil de diferenciação de produto e com valor acrescentado ⇒ Propensão exportadora da sub-região que permite perspectivar um papel importante na valorização do seu papel estratégico do polígono policêntrico Leiria-Coimbra-Aveiro-Viseu e no reforço do seu potencial como pólo de internacionalização do País ⇒ Dinamismo de investigação científica e tecnológica em sectores relevantes para a região e em sectores emergentes a nível global. ⇒ Existência de centros de I&DT adequados às especializações produtivas sub-regionais ⇒ Desenvolvimento de capacidade produtiva e de investigação em sectores emergentes, como as telecomunicações, a electrónica e o ambiente ⇒ A Ria de Aveiro como espaço de qualidade para lazer e turismo e fonte ímpar de biodiversidade ⇒ Qualidade paisagística da zona de montanha e do espaço natural a ela associado ⇒ Riqueza natural e patrimonial da região em qualidade e quantidade ⇒ Tradição cultural fortemente enraizada e recentemente renovada por dinâmicas associadas sobretudo, mas não exclusivamente, à Universidade de Aveiro ⇒ Oferta regional de equipamentos físico-desportivos ⇒ Potencial agrícola do Baixo Vouga ⇒ Modernização e formação tecnológica na administração local e noutros sectores da sociedade (Programa Aveiro Digital)

Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Possíveis vantagens comparativas decorrentes da transição para tecnologias renováveis e alternativas (eólica, solar, biomassa) ⇒ Emergência de novos factores e dinâmicas de fixação de actividades de I&D e de pessoas altamente qualificadas com base em características locais - e.g., diversidade e qualidade ecológica e paisagística, qualidade do ambiente urbano, etc. ⇒ Realização de projectos nacionais de reforço da acessibilidade (TGV, Aeroporto) com impacto no posicionamento nacional e internacional da sub-região ⇒ Poupança financeira e económica resultante da implementação de sistemas de serviços públicos digitais ⇒ Aumento da população europeia em idade de reforma, com potencial económico e vontade de viajar - fornecimento de serviços para a faixa etária sénior (saúde/qualidade de vida/turismo) ⇒ Procura turística por regiões com forte identidade e recursos patrimoniais e culturais únicos

Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Relevante mas insuficiente ligação entre os sistemas científico-tecnológico e produtivo ⇒ Oferta sub-regional insuficiente em termos de serviços de apoio às empresas ⇒ Baixos níveis de formação da mão-de-obra e dos empregadores ⇒ Oferta de serviços e infra-estruturas nas áreas de localização empresarial insuficiente para as necessidades das empresas (ex. serviços avançados de telecomunicações, gestão, estratégia de marketing) ⇒ Inexistência de uma aposta clara e articulada no reforço do perfil de internacionalização da região ⇒ Lacunas no sistema logístico da sub-região ⇒ Rede regional de mobilidade insuficientemente articulada com a rede nacional ⇒ Povoamento difuso e pouco estruturado - com consequências na exiguidade de massa crítica urbana ou nos custos de manutenção de infra-estruturas e transportes ⇒ Forte crescimento urbano-turístico em zonas costeiras de elevada fragilidade e valor ecológico (e.g., dunas, margens da ria) ⇒ Estagnação económica de espaços tradicionais de actividade humana (simbióticos com espaços naturais), como o Salgado da Ria de Aveiro ⇒ Baixa produtividade do sector agrícola no Baixo Vouga ⇒ Inexistência de uma abordagem estratégica conjunta para a resolução do passivo ambiental, com consequências para a qualidade de vida e para a oferta de produtos turísticos de qualidade ⇒ Dotação de infra-estruturas básicas insuficiente em determinados concelhos de região face aos níveis europeus ⇒ Oferta cultural fragmentada, sem uma aposta clara em intervenções orientadas que potenciem e valorizem a diversidade de recursos existentes ou fomentem complementaridades e economias de aglomeração ⇒ Reduzida taxa de utilização dos equipamentos culturais e de prática desportiva. ⇒ Inexistência de uma cultura/prática de baixa intensidade energética ou de reutilização de recursos ⇒ Cooperação institucional de âmbito relativamente restrito e não sistemático

Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Perda de competitividade das actividades produtivas baseadas no factor recursos naturais ou no factor mão-de-obra intensiva e consequente risco de deslocalização para economias com menores custos de produção. ⇒ Ascensão de economias concorrenciais a nível global ⇒ Perda de recursos humanos qualificados para outras regiões Portuguesas e Europeias (provocada por falta de condições locais de atractividade/permanência) ⇒ Tendência para o aumento dos preços dos combustíveis e da energia (pondo em risco a competitividade empresarial, especialmente das indústrias intensivas na utilização de combustíveis fósseis) ⇒ As alterações climáticas podem provocar o aumento da frequência e intensidade de fenómenos extremos (incêndios florestais, inundações, etc.) ⇒ Crescente processo erosivo costeiro (tendência para a elevação do nível médio do mar) ⇒ Egradação ambiental irrecuperável da sub-região, especialmente da Ria, como consequência de um turismo de massas desregrado e baseado na depredação dos recursos naturais.

2 . Estratégia para a Sub-Região do Baixo Vouga

2.1 - Enquadramento

“The analysis of the factors which will drive economic growth in the future shows the increasing role of innovation, which already today is responsible for more than 50% variation in the levels of regional GDPs. As a result more and more weight needs to be given to resources at local level, to research institutions, clusters of enterprises, innovative businesses and the skills of the work force. The rationale linking economic efficiency with subsidiarity and decentralisation, with the involvement of local and regional actors in the design and implementation of development strategies, will, therefore, be reinforced”²¹

Hubner, D. (2007a), p.6.

A nova Política Regional e de Coesão assume deliberadamente uma nova agenda. A citação acima transcrita, da autoria da Comissária Europeia responsável pela Política Regional Danuta Hubner, resume, de um modo geral, as razões porque a Estratégia de Lisboa e os seus objectivos assumiram um papel central no âmbito da reforma da política de coesão. Embora a Estratégia de Lisboa e a política regional possam parecer ‘estranhos aliados’, na realidade já estão a trabalhar para os mesmos objectivos – crescimento, empregos e competitividade – (Hubner, 2005) e este elo será provavelmente reforçado futuramente:

“(...) a política de coesão em todas as suas dimensões deve ser vista como parte integrante da Estratégia de Lisboa. Por outras palavras, a política de coesão tem de integrar os objectivos de Lisboa e Gotemburgo e tornar-se um instrumento fundamental para a respectiva concretização através dos programas de desenvolvimento nacionais e regionais. O reforço da ligação entre a política de coesão e a Estratégia de Lisboa tem sido o aspecto central da reforma da política de coesão acordada em 2006” (Comissão Europeia, 2007, p. 126).

A nova agenda da política de coesão resulta da constatação de que a competitividade das regiões menos desenvolvidas da Europa e o estreitamento das disparidades geográficas dependem, em grande parte, da capacidade dessas regiões de promoverem processos de

²¹ “A análise dos factores que fomentarão o crescimento económico no futuro demonstram o papel crescente da inovação, que é já hoje responsável por mais de 50% da variação nos níveis de PIBs regionais. Como consequência, mais e mais importância tem de ser dada aos recursos a nível local, às instituições de investigação, aos clusters de empresas, às empresas inovadoras e às competências da mão-de-obra. O racional que liga eficiência económica com subsidiariedade e descentralização, através do envolvimento dos actores regionais e locais no desenho e implementação de estratégias de desenvolvimento, será, portanto, reforçado.”

renovação e reestruturação que permitam posicionar-se para tirar partido das dinâmicas globais. Por outro lado, existe a convicção política e técnica de que a inovação é o meio mais eficaz para a adaptação das regiões menos desenvolvidas às condições da economia global e de que existe uma relação positiva entre o desempenho inovador de um território e o seu desempenho económico (European Commission, 2002). Deste modo, as temáticas da Agenda de Lisboa têm assumido uma nova centralidade na política de coesão, levando ao reconhecimento do papel central da inovação na performance das economias regionais. Paralelamente, pretende-se que o reforço da competitividade das regiões Europeias contribua para a estratégia de Lisboa de crescimento e emprego.

A experiência adquirida ao longo de quatro anos de implementação da estratégia de Lisboa, assim como a constatação na Avaliação Intermédia da estratégia (European Commission, 2004), de que os progressos realizados pela União Europeia nesses quatro anos eram insuficientes para atingir os objectivos então fixados, fizeram sobressair a necessidade de assumir uma nova postura perante o território. Esta nova postura decorre do reconhecimento de que houve, por parte dos diferentes parceiros – nomeadamente a nível regional e local –, falta de identificação com a estratégia e falta de compromisso e investimento para fazer avançar os objectivos da estratégia. Deste modo, considerou-se que seria necessário descentralizar a estratégia para os níveis regionais e locais, de forma a envolver e mobilizar os actores locais e regionais para os seus objectivos.

O re-lançamento da Estratégia de Lisboa em Março de 2005, através da proposta, por parte da Comissão Europeia, e da confirmação, por parte do Conselho da União Europeia, da Nova Parceria para o Crescimento e o Emprego, representa a convicção de que a Europa precisa de renovar a sua base competitiva, melhorar o seu potencial de crescimento e a sua produtividade e reforçar a coesão social, colocando a ênfase no conhecimento, na inovação e na optimização do capital humano²² e que, para tal, deve mobilizar todos os recursos – incluindo política de coesão – para as três dimensões da estratégia (económica, social e ambiental). A tradução desta convicção em novas iniciativas de política de desenvolvimento de forma assertiva reflecte-se na incorporação da inovação como elemento central dos Programas Nacionais para o Crescimento e o Emprego 2005-2008 e como prioridade principal para a política de coesão em 2007-2013.

A sub-região do Baixo Vouga acolhe e pretende incorporar activamente na sua estratégia de desenvolvimento as novas preocupações e orientações da Política Regional e de Coesão, procurando articular as suas dinâmicas regionais com a agenda dessa mesma estratégia através

²² "Europe must renew the basis of its competitiveness, increase its growth potential and its productivity and strengthen social cohesion, placing the main emphasis on knowledge, innovation and the optimisation of human capital" (Presidency conclusions, European Council, March 2005).

da utilização racional dos fundos comunitários com o objectivo de promover a inovação como base da competitividade e do crescimento regionais e forma de criar mais e melhores empregos. Tal desafio implica compreender que as mudanças em relação ao período de programação anterior levantam três desafios – mas também abrem oportunidades – à região:

- Primeiro, existe uma nova agenda política que irá influenciar a afectação de recursos comunitários no próximo período de programação. O desafio para a região consiste em compreender que oportunidades essa agenda abre e como poderá a região tirar o melhor partido dela e assim contribuir para a prossecução dos seus objectivos;
- Segundo, existe também uma nova abordagem à afectação de recursos comunitários que aponta para uma crescente exigência, em termos de impacto crítico, de resultados mensuráveis e escrutináveis. O desafio para a região consiste em desenvolver a escala e a massa crítica necessárias para que os programas tenham um impacto no território significativo e mensurável;
- Finalmente, existe também uma tendência de descentralização da concepção da estratégia e respectivos instrumentos para os níveis regionais e locais que, no entanto, é referenciada pelas prioridades da Política Regional. Ou seja, pretende-se fomentar o “agenciamento” das políticas locais e regionais para os objectivos da Estratégia de Lisboa. O desafio para a região consiste em aproveitar o incentivo – os recursos comunitários – para abraçar uma nova agenda política de desenvolvimento.

2.2 - A “Nova” Agenda da Estratégia de Lisboa

Os objectivos da Estratégia de Lisboa e os da Política de Coesão têm vindo a sobrepor-se de forma crescente, pois ambas promovem uma agenda de crescimento, emprego e competitividade. Esta relação deverá ser reforçada futuramente e reflecte, por um lado, a convicção de que a política de coesão é o instrumento principal que a União Europeia dispõe para aumentar o investimento promotor do desenvolvimento territorial e, por outro lado, o desejo da Comissão de ver o orçamento da União Europeia a contribuir de forma mais efectiva para a concretização da estratégia.

O Conselho da União Europeia em Março de 2005 reiterou a preocupação da Comissão Europeia relativamente à necessidade de renovar a Estratégia de Lisboa e definiu três grandes temas para o relançamento da estratégia: o conhecimento e a inovação como motores de crescimento; a União Europeia como uma área atractiva para investir e trabalhar; o crescimento e o emprego para a coesão social²³. Em conformidade com as orientações integradas para o

²³ Presidency conclusions, European Council, March 2005.

crescimento e o emprego da Agenda de Lisboa renovada, os programas apoiados pela política de coesão devem procurar centrar os recursos nas três prioridades seguintes²⁴:

- Reforçar a atractividade dos Estados-Membros, das regiões e das cidades, melhorando a acessibilidade, assegurando serviços de qualidade e nível adequados e preservando o ambiente;
- Incentivar a inovação, o espírito empresarial e o crescimento da economia baseada no conhecimento, promovendo as capacidades de investigação e inovação, incluindo as novas tecnologias da informação e da comunicação; bem como
- Criar mais e melhor emprego, atraindo mais pessoas para o mercado de trabalho ou para a actividade empresarial, melhorando a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e aumentando os investimentos no capital humano.

Estas três prioridades representam uma 'nova' agenda para a política de coesão e apontam para o facto de existirem áreas de actuação bem definidas que irão beneficiar privilegiadamente da afectação de recursos no período de programação 2007-2013: economia e sistemas de inovação, lugares e vivências, qualificação dos recursos humanos, clima e energias renováveis, cooperação territorial, governação e TIC e; (sobretudo em regiões menos desenvolvidas) as infra-estruturas.

A. Economia e Sistemas de Inovação

Sendo convicção da União Europeia que grande parte das qualidades da Europa que os seus cidadãos apreciam e pretendem garantir – como sejam os sistemas de segurança social, a coesão social ou a preocupação com o ambiente – dependem de uma resposta eficaz aos desafios globais, a economia tem assumido um papel de crescente relevo no contexto das agendas europeias e nacionais. Desafios globais como o envelhecimento da população, a concorrência global e a polarização social só podem ser vencidos através de uma economia dinâmica capaz de criar mais e melhores empregos.

A análise dos factores que irão sustentar o crescimento económico no futuro revela que a inovação irá assumir um papel cada vez mais relevante, sendo que a inovação já é responsável por mais de 50% da variação dos níveis regionais de PIB (Hubner, 2007a). Ao passo que um terço das regiões Objectivo 1 da União Europeia é considerado pela Comissão como 'desertos tecnológicos' (European Commission, 2001), as 12 'ilhas de inovação'²⁵, baseadas em redor das

²⁴ COM(2006) 386 de 13.7.2006.

²⁵ As 12 'ilhas de inovação' são: Grande Londres (UK), Amesterdão/Roterdão (NL), Frankfurt, Estugarda, Munique, a região do Ruhr (DE), Ile de France (FR), Lyon/Grenoble (FR), Turim e Milão (IT).

maiores cidades europeias, desfrutam de ciclos virtuosos de crescimento económico e geração de emprego.

Deste modo, o tema chave para a política regional nos próximos anos será promover o crescimento baseado na inovação nas regiões menos desenvolvidas da Europa, sendo que as estimativas preliminares da Comissão apontam para o triplicar do investimento em inovação no período de programação 2007-2013 em relação ao período anterior²⁶. Existe, portanto, uma transição efectiva de uma política de coesão baseada no 'assistencialismo' às regiões mais pobres para uma política regional que pretende promover o investimento no desenvolvimento dos recursos endógenos – nomeadamente a capacidade inovadora e a transferência de conhecimento, o empreendedorismo, a qualidade dos recursos humanos e a competitividade regional na economia global – de forma a aumentar o potencial de crescimento de longo prazo das regiões menos desenvolvidas.

A inovação é, portanto, o motor de desenvolvimento económico no contexto da economia global e o Baixo Vouga assume que o investimento na capacidade inovadora é essencial para a competitividade regional e para a criação de oportunidades de desenvolvimento e de empregos sustentáveis. O Baixo Vouga deve procurar consolidar-se como uma região de inovação, dinamizando e desenvolvendo os seus recursos locais – instituições de investigação, empresas e empreendedores, recursos humanos e instituições públicas e/ou de apoio às empresas –, consolidando o seu sistema de inovação através de estratégias de eficiência colectiva, de forma a posicionar-se para aproveitar as novas oportunidades globais e promover a sua afirmação na economia global.

B. Lugares e vivências

Na perspectiva da União Europeia, outro factor que irá influenciar a competitividade Europeia na economia global relaciona-se com a capacidade dos seus territórios de atrair (ou reter) investimento produtivo qualificador e recursos humanos qualificados e talentosos. Para além de diversas iniciativas principalmente no âmbito dos mercados internos, o reforço da atractividade territorial conta com o apoio da política de coesão em duas grandes áreas: infra-estruturas (esta área será discutida posteriormente) e a qualidade e singularidade dos locais. Em relação à qualidade e singularidade dos locais, existem duas perspectivas diferentes, dependendo se estes são urbanos ou rurais.

²⁶ 'Therefore, the key issue for European regional policy in the years to come will be to foster innovation based development outside core regions (...). In terms of amount of investment our preliminary estimates show that innovation expenditure under the new regional policy will triple compared to the 2000-2006 period, up to 55 billion euro' (Hubner, 2007a).

Em relação aos espaços urbanos, considera-se que as cidades são pontos nodais de crescimento nas suas regiões e têm, portanto, impacto no desenvolvimento regional equilibrado e devem contribuir para a competitividade e sucesso da Europa (Finland Ministry of the Interior, 2006), em linha com os objectivos da Agenda de Lisboa de mais crescimento e de mais e melhores empregos. Pretende-se, portanto, o desenvolvimento das cidades europeias como espaços de desenvolvimento sustentável, procurando o equilíbrio social dentro e entre as cidades, assegurando a diversidade cultural, elevando os níveis de qualidade do desenho urbano, da arquitectura e do ambiente (German EU Presidency 2007) e desenvolvendo a atractividade das cidades em termos de transportes, serviços, ambiente e cultura (Commission of the European Communities, 2006).

Neste contexto, a promoção de ambientes urbanos atractivos, que proporcionem vivências e experiências culturais únicas, que tenham qualidade ambiental e que garantam mobilidade e acesso a empregos e serviços a todos, é uma área de política pública chave. As oportunidades de trabalho, educativas e de participar em experiências culturais enriquecedoras são maiores em cidades, o que contribui para atrair talento de forma cumulativa, o que, por sua vez, atrai empresas que usam o capital humano como principal matéria-prima. As actividades culturais e as indústrias criativas, para além de representarem actividades económicas de valor acrescentado *per se*, devem ser estimuladas e organizadas como componente qualificadora do ambiente urbano.

Em relação aos espaços rurais ou de baixa densidade, a convergência com os objectivos da Estratégia de Lisboa também é clara: estes espaços também devem contribuir para – e beneficiar de – mais crescimento e mais e melhor emprego. O mundo rural proporciona oportunidades reais relacionadas com o potencial de crescimento em novos sectores, a oferta de amenidades em meio rural e o turismo, o seu atractivo como local para viver e trabalhar e o seu papel de reserva de recursos naturais e de paisagens de grande valor²⁷. O facto de estes espaços, maioritariamente, ainda proporcionarem qualidade ambiental, combinada com práticas tradicionais sustentáveis, permite perspectivar oportunidades de crescimento e de geração de emprego, através do turismo e da oferta de amenidades em meio rural, em especial quando ligados às actividades e produtos tradicionais de carácter singular. A valorização científica e empresarial destes recursos e saberes endógenos pode apoiar a integração dos espaços rurais na economia do conhecimento. Por outro lado, a emergência das TIC e as novas formas de trabalho e de prestação de serviços a ela associadas, permitem também perspectivar oportunidades de integração das economias rurais na economia do conhecimento.

Também no âmbito da Presidência Portuguesa União Europeia, foi apresentado e lançado o Primeiro Programa de Acção para a Implementação da Agenda Territorial da União Europeia,

²⁷ JO L 291 de 21.10.2006, p. 12.

que assume e reforça a dimensão territorial e urbana da Agenda de Lisboa e pretende avaliar a forma como a Agenda Territorial Europeia está a ser considerada na implementação dos Programas Operacionais.

A qualificação urbana e a valorização do património e da vivência cultural devem, portanto, ser também prioridades para o Baixo Vouga. Estas devem ser abordadas segundo a perspectiva de que a qualidade e a singularidade regional são potenciadores da competitividade territorial na atracção de investimento produtivo e de recursos humanos qualificados e factores de projecção da imagem internacional da região, ao mesmo tempo que representam oportunidades de criação de empresas e de emprego.

C. Qualificação dos Recursos Humanos

Sendo o emprego um dos pontos focais da Estratégia de Lisboa, a qualificação dos recursos humanos tem também vindo a assumir um papel mais relevante no contexto da política de coesão. A qualificação dos recursos humanos tem sido considerada maioritariamente segundo duas perspectivas: por um lado, recursos humanos mais qualificados contribuem para a competitividade das empresas e da economia como um todo; por outro lado, recursos humanos mais qualificados apresentam maior adaptabilidade e empregabilidade, evitando situações de desemprego prolongado e de exclusão social em caso de processos prolongados de reestruturação económica.

Segundo as “Orientações Estratégicas Comunitárias em matéria de Coesão” (OEC), a aposta na qualificação dos recursos humanos passará sobretudo por investimentos na melhoria dos sistemas de educação e formação. Em relação aos sistemas de educação, a política de coesão deve visar fornecer percursos educativos flexíveis e novas opções desde o ensino pré-primário e primário, combater o abandono escolar precoce e aumentar as taxas de conclusão do ensino secundário completo e melhorar o acesso à escolaridade pré-obrigatória e obrigatória, assim como apoiar a modernização do sistema de ensino superior e o desenvolvimento do potencial humano no domínio da investigação e da inovação, quer através de estudos de pós-graduação, de acções de formação destinadas aos investigadores, quer atraindo um maior número de jovens para os estudos científicos e técnicos. Em relação à formação, a política de coesão visa sobretudo apoiar a aprendizagem ao longo da vida, privilegiando a adaptação contínua dos recursos humanos às competências necessárias à economia baseada no conhecimento. Competências e atitudes como o domínio de línguas estrangeiras – principalmente o Inglês – e de ferramentas informáticas, capacidade empreendedora, organização, limpeza e gosto pela qualidade e visão do mundo serão imprescindíveis na Economia do Conhecimento.

A adaptabilidade e a empregabilidade dos recursos humanos tem sido promovida devido, em grande parte, à constatação de que as pressões crescentes resultantes da globalização, incluindo as crises comerciais repentinas e inesperadas, bem como a renovação tecnológica constante, obrigam a Europa a reforçar a sua capacidade de prever, desencadear e absorver as transformações económicas e sociais²⁸. Neste contexto, recursos humanos qualificados e flexíveis estarão mais preparados para reagirem de forma positiva a processos de reestruturação económica e serão mais capazes de reentrar no mercado de trabalho em caso de perda de emprego. Também aqui, a aprendizagem ao longo da vida assumirá um papel determinante.

Também a qualificação dos recursos humanos deve ser uma prioridade para o Baixo Vouga, promovendo a adaptação contínua dos recursos humanos às necessidades das empresas da região, desenvolvendo o potencial humano no domínio da investigação e da inovação e promovendo atitudes pró-activas perante a melhoria contínua e a aprendizagem ao longo da vida. A nível da educação básica, é crucial combater o abandono escolar e promover o sucesso escolar, recorrendo nomeadamente à criação de novas dimensões formativas – ligados à cultura e ao empreendedorismo, por exemplo – que preparem as crianças para um mundo em rápida mudança.

D. Clima e Energias Renováveis

As alterações climáticas estão entre os maiores desafios ambientais, social e económicos que a humanidade enfrenta e acção urgente é necessária para as manter a um nível controlável e prevenir danos físicos económicos sérios. Existe evidência de que muitas regiões na Europa irão ser crescentemente confrontadas com o impacto assimétrico das alterações climáticas, sendo que o impacto combinado das alterações levantará problemas sérios para o turismo, a agricultura e a qualidade de vida dessas regiões (Hubner, 2007a). Paralelamente, o consumo de energia tem crescido de forma dramática (assim como os problemas de poluição associados) devido ao crescimento acelerado. Embora normalmente o debate gire em torno da acção global, estes desafios podem e devem ser enfrentados também a nível local, como se verifica no País de Gales, onde em 2006 todos os municípios assinaram um acordo de compromisso para combater as alterações climáticas através de acção local e, desde então, estão a desenvolver um programa de acção conjunto.

A Comissão Europeia sublinha que o contributo dos investimentos ambientais para a economia pode assumir três formas: promover a sustentabilidade, a longo prazo, do crescimento

²⁸ COM(2006) 386 de 13.7.2006.

económico, diminuir os custos ambientais externos para a economia (por exemplo, custos com a saúde, custos da despoluição ou recuperação dos danos) e estimular a inovação e a criação de emprego²⁹. Nesta perspectiva, a sub-região do Baixo Vouga não poderá dissociar-se desta agenda, assumindo nomeadamente o apoio ao desenvolvimento e à utilização de tecnologias renováveis e alternativas (eólica, solar, biomassa) e promovendo uma gestão energética eficiente.

E. Cooperação Territorial

A cooperação territorial foi outra das áreas que saiu reforçada no âmbito da 'nova' política de coesão. Os desafios que as regiões Europeias enfrentam requerem diversas capacidades cujo desenvolvimento pode beneficiar do intercâmbio de conhecimento, experiências e competências entre regiões. Tem também o potencial de acrescentar valor às acções de política pública, mediante o estabelecimento de parcerias entre regiões que assegurem o acesso a informação relacionada com casos exemplares e boas práticas. A cooperação territorial entre regiões da União Europeia em matéria de política de coesão deve complementar intervenções nas áreas de política referidas, pretendendo-se que uma cooperação mais estreita entre as regiões da União Europeia contribua para acelerar o desenvolvimento equilibrado e sustentável e para alcançar um maior crescimento³⁰.

No contexto da política regional Europeia, o Baixo Vouga pretende estimular a cooperação inter-regional, privilegiando a Estratégia de Lisboa renovada: reforçando a inovação, as PME e o espírito empresarial, a e valorização protecção do ambiente e a prevenção dos riscos. Além disso, serão incentivados o intercâmbio de experiências e de melhores práticas no que respeita ao desenvolvimento das zonas urbanas, à modernização dos serviços do sector público (como a utilização das TIC pelos sectores da saúde e da administração pública) e à execução dos programas de cooperação, bem como à realização de estudos e à recolha de dados.

F. Governação e TIC

A sociedade da informação é, provavelmente, o tema mais transversal da Estratégia de Lisboa, sendo largamente reconhecido, a nível político e técnico, o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no aumento da produtividade laboral e da competitividade empresarial, na abertura de novos mercados e novas oportunidades de cooperação às empresas, na aceleração dos processos de inovação, no desenvolvimento de novas formas de aprendizagem e de tele-trabalho e, no fundo, na integração pessoal, colectiva ou institucional na economia do conhecimento, além de constituírem, por si próprias, produtos e serviços com

²⁹ COM(2006) 386 de 13.7.2006.

³⁰ COM(2006) 386 de 13.7.2006.

grande potencial inovador. No entanto, o uso das TIC na governação e no relacionamento da administração pública com a comunidade, o eGoverno, é, possivelmente, a área na qual as TIC apresentam maior potencial para estimular o crescimento.

O lançamento da iniciativa Europeia 'i2010 – Uma Sociedade da Informação Europeia para o Crescimento e o Emprego'³¹ é o reconhecimento desse potencial, sendo o apoio à inclusão digital, a melhoria da qualidade, da relação custo/benefício e da acessibilidade dos serviços públicos e a melhoria da qualidade de vida através das TIC um dos três pilares da iniciativa. A razão prende-se com o facto de que os 'serviços públicos representam uma parte importante da economia europeia. Os contratos públicos, por exemplo, representam 16% do PIB. Um dos principais desafios é melhorar a qualidade desses serviços e torná-los mais acessíveis e mais rentáveis'³². Paralelamente, a prestação de serviços públicos e de serviços de saúde em linha, o comércio electrónico, a aprendizagem em linha podem contribuir positivamente para a qualidade de vida, nomeadamente em áreas remotas, de fraca densidade populacional e nas regiões ultraperiféricas.

No entanto, o potencial de estímulo do crescimento em questão está dependente, por um lado, da procura desses serviços – a capacidade de usar ferramentas TIC – e da oferta dos serviços – implicando tanto o desenvolvimento da acessibilidade como o desenvolvimento de conteúdos. Importa, portanto, assegurar a adopção das TIC pelas empresas e pelos agregados familiares e promover o desenvolvimento através de um apoio equilibrado da oferta e da procura de produtos e serviços públicos e privados neste sector e de maiores investimentos em capital humano e, paralelamente, assegurar a disponibilidade de infra-estruturas relacionadas com as TIC.

A sub-região do Baixo Vouga já demonstrou em ocasiões anteriores ter as capacidades técnicas e institucionais para experimentar soluções inovadoras de prestação de serviços públicos em linha, bem como no que concerne a relação da administração local com as empresas, as escolas e a comunidade. Pretende-se construir sobre o capital de conhecimento já adquirido e assim acentuar o nível de impacto social e económico e de cidadania, de que as TIC poderão ser portadoras.

G. Infra-estruturas

Uma das condições prévias para o crescimento e o emprego é assegurar que as empresas sejam servidas de infra-estruturas (por exemplo, transportes, ambiente e energia). A existência de infra-estruturas modernas e seguras constitui um factor importante para os resultados de

³¹ COM(2005) 229 final de 1.6.2005.

³² COM(2005) 229 final de 1.6.2005.

muitas empresas, influenciando a capacidade de atracção económica e social das regiões e das cidades³³. Embora se pretenda, a nível de política de coesão, promover uma transição evolutiva na afectação de recursos dos projectos de carácter físico ou tangível para programas de resultados mais intangíveis (como a inovação e o desenvolvimento sustentável), os investimentos em infra-estruturas básicas ainda serão relativamente expressivos, sobretudo em regiões de convergência. O que será realmente diferente é o tipo de infra-estrutura e a abordagem ao seu desenvolvimento.

Em relação ao tipo de infra-estrutura, interessa investir em infra-estruturas que promovam a competitividade do território, contribuam para a qualidade de vida e garantam a sustentabilidade ambiental: infra-estruturas de conhecimento, infra-estruturas digitais e infra-estruturas de apoio à actividade empresarial que contribuam para a capacidade de inovação e para a competitividade empresarial; infra-estruturas de transportes eficientes, flexíveis, seguras e não-poluentes, que garantam a mobilidade sustentável, a intermodalidade e a conectividade local, regional, nacional e/ou internacional; infra-estruturas de educação e formação nos casos em que sejam necessárias para a execução de reformas e/ou em que possam contribuir significativamente para melhorar a qualidade e a eficácia do sistema de educação e formação; infra-estruturas de saúde e de apoio às populações mais desfavorecidas ou dependentes que contribuam para o aumento do número de anos de trabalho em condições de boa saúde; infra-estruturas culturais, desportivas e de apoio ao turismo que contribuam para a apazibilidade e atractividade do território; infra-estruturas de saneamento, de abastecimento de água, de tratamento de resíduos, etc., que contribuam para reduzir passivos ambientais e promover a sustentabilidade ambiental.

Em relação à abordagem ao seu desenvolvimento, e considerando o tipo de infra-estruturas em causa, parece claro que existe a necessidade (e a obrigatoriedade) de promover redes de forma a criar massa crítica e escala. Muitas das infra-estruturas referidas têm uma abrangência que ultrapassa o município ou a região, sendo obrigatório que o seu desenvolvimento seja perspectivado em conjunto com actores extra-região. Por outro lado, o seu desenvolvimento deve ser considerado na óptica de programas mais abrangentes (e.g. um centro cultural como parte de um programa cultural), apontando para a necessidade de criar redes com parceiros exteriores à administração pública.

³³ COM(2006) 386 de 13.7.2006.

2.3 - A “Nova” Abordagem na Afecção de Recursos

A reforma da Política de Coesão e o seu alinhamento com os objectivos da Estratégia de Lisboa resultou também em alterações significativas nas regras de afectação de recursos em relação ao período de programação precedente. A reforma adoptada pelo Conselho em Outubro de 2006, através das “Orientações Estratégicas Comunitárias em matéria de Coesão” (OEC)³⁴ manteve os princípios fundamentais da política de coesão — programação, parceria, co-financiamento e avaliação —, mas introduziu um conjunto de alterações susceptíveis de melhorar a eficácia da política. Estas alterações visam:

- Encorajar uma abordagem mais estratégica à programação, concentrando os recursos da política de coesão nos objectivos da política de coesão aos objectivos da Estratégia de Lisboa;
- Promover uma maior descentralização das responsabilidades, deslocando-as para as parcerias no terreno nos Estados-Membros, nas regiões e nas localidades (a ser discutido posteriormente);
- Melhorar o desempenho e a qualidade dos programas co-financiados através de parcerias mais fortes e mais transparentes e de mecanismos de monitorização mais claros e rigorosos; e
- Simplificar o sistema de gestão, introduzindo mais transparência, diferenciação e proporcionalidade e assegurando, ao mesmo tempo, uma boa gestão financeira.

Os pontos a realçar na nova abordagem à afectação de recursos são dois: a concentração de recursos nos objectivos da Estratégia de Lisboa e a melhoria do desempenho e a qualidade dos programas, nomeadamente através do reforço dos mecanismos de monitorização e avaliação. A concentração de recursos tem vindo a ser promovida pela Comissão Europeia desde o período de programação anterior e o seu reforço e alinhamento com a Estratégia de Lisboa pretende evitar a atomização dos recursos por múltiplos programas desarticulados e sem integração entre si.

O incentivo à melhoria do desempenho e qualidade dos programas também tem vindo a ser reforçada, estando a sua origem em 1999 pela adopção de dois mecanismos de natureza contrária: um mecanismo de incentivo positivo que premeia os projectos que têm um desempenho particularmente bom; e um mecanismo de incentivo negativo que constitui uma regra de ‘descompromisso’ financeiro que permite à Comissão retirar a parte dos recursos não investidos até ao final do terceiro ano (para o caso de Portugal) a seguir ao compromisso inicial. Estes mecanismos obrigam as autoridades de gestão e os seus parceiros a desenhar os

³⁴ JO L 291 de 21.10.2006, p. 12.

programas de forma célere, mas a usar os recursos de forma inteligente e selectiva, pois o investimento será auditado. Neste período de programação, a crescente exigência de resultado mensuráveis que serão escrutinados implica que o Baixo Vouga deve procurar concentrar os recursos em programas que garantam a escala e a massa crítica necessária para terem um impacto significativo e mensurável.

2.4 - Mobilização dos Actores Regionais e Locais

Como já foi referido, a política de coesão tem vindo a adoptar uma nova postura perante o território, decorrente do reconhecimento de que houve, por parte dos diferentes parceiros – nomeadamente a nível regional e local –, falta de identificação com a Estratégia de Lisboa e falta de compromisso e investimento para fazer avançar os objectivos da estratégia. Deste modo, considerou-se que seria necessário descentralizar a estratégia para os níveis regionais e locais, de forma a envolver e mobilizar os actores locais e regionais para os seus objectivos. A importância da dimensão territorial da política de coesão foi assumida pelo Conselho da União na sua decisão de 6 de Outubro de 2006 relativamente às orientações estratégicas comunitárias em matéria de coesão:

“A dimensão territorial da política de coesão é capital e todas as zonas da Comunidade deviam poder contribuir para o crescimento e o emprego. As orientações estratégicas deviam ter em conta as necessidades de investimento tanto nas zonas urbanas como rurais, em função dos respectivos papéis no desenvolvimento regional e tendo em vista a promoção do desenvolvimento equilibrado, de comunidades sustentáveis e da inclusão social”³⁵.

A Comissão Europeia responsável pela Política Regional também reconhece a importância dos actores locais e regionais na melhoria da eficiência da política de coesão:

“(…) alterar a responsabilidade da implementação do investimento público das autoridades nacionais para as autoridades locais e regionais (...) parece ser uma consequência muito significativa da nossa política, que não é apenas importante em termos de maior legitimidade no processo de tomada de decisão ao aproximá-lo do cidadão e tornando a política da UE mais visível, mas também em termos de eficiência económica. As autoridades regionais e locais sabem melhor o que se passa na sua região e o seu envolvimento nas decisões e políticas económicas chave maximiza o crescimento económico.”³⁶.

³⁵ JO L 291 de 21.10.2006, p. 12.

³⁶ *“For my part, I would like to underline the policy role in shifting responsibility for the implementation of public investment from national to regional and local authorities. This seems to be a very significant consequence of our policy, which is not only important in terms of greater legitimacy in the decision making process bringing closer to the citizen and make EU policy more visible, but also in terms of economic efficiency. Regional and local authorities simply*

Noutro momento, e em relação à promoção da inovação, a mesma Comissária reforçou a importância dos níveis regionais e locais:

“O racional que liga eficiência económica com subsidiariedade e descentralização, através do envolvimento dos actores regionais e locais no desenho e implementação de estratégias de desenvolvimento, será, portanto, reforçado.”³⁷.

Esta nova postura perante o território da política de coesão traduz-se na promoção de uma maior descentralização das responsabilidades da política de coesão, deslocando-as para as parcerias no terreno nos Estados-Membros, nas regiões e nas localidades e na crescente liberdade para definir instrumentos adaptados aos circunstancialismos locais e regionais. Existe, portanto, a promoção de uma maior autonomia para os municípios e para os seus parceiros. Mais do que uma imposição, a Estratégia de Lisboa corresponde então à emergência de novas dinâmicas territoriais que os municípios do Baixo Vouga pretendem apoiar e protagonizar, construindo e animando parcerias com os diversos agentes regionais, como sejam as empresas, as associações empresariais, a Universidade de Aveiro e outras entidades da sociedade civil, designadamente as ligadas às dimensões cultural, social e ambiental.

2.5 - Perspectivar o Pós-2013

Ao desenvolver um Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Vouga para o período de programação 2007-2013 interessa a região perspectivar e antecipar os desafios que irá enfrentar após 2013. O Quarto Relatório sobre a Coesão Económica e Social (Comissão Europeia, 2007) levanta algumas questões para debate no que concerne os próximos momentos de modernização da política regional no processo constante de adaptação aos desafios globais, sendo algumas importantes para a região. Estas questões relacionam-se com tendências globais que tenderão a intensificar-se e que irão afectar significativamente a região. Será, portanto, importante que o Baixo Vouga comece a antecipá-las.

As alterações demográficas irão gradualmente limitar as possibilidades de crescimento futuro do emprego. À medida que a tendência de envelhecimento da população acelerar será cada vez mais importante aumentar o número de pessoas que trabalham na região. Para tal, é necessário não só incentivar aqueles que actualmente não trabalham a fazê-lo, mas também

know better what is going on in their region and their involvement in key economic decisions and policies maximises economic growth.” (Hubner, 2007b, p. 4)

³⁷ *“(…)The rationale linking economic efficiency with subsidiarity and decentralisation, with the involvement of local and regional actors in the design and implementation of development strategies, will, therefore, be reinforced” (Hubner, 2007a, p.6).*

permitir-lhes — em especial, às mulheres — conciliar o emprego com outras responsabilidades, designadamente cuidar dos filhos. Além disso, implica assegurar a existência de postos de trabalho suficientes para atrair imigrantes qualificados.

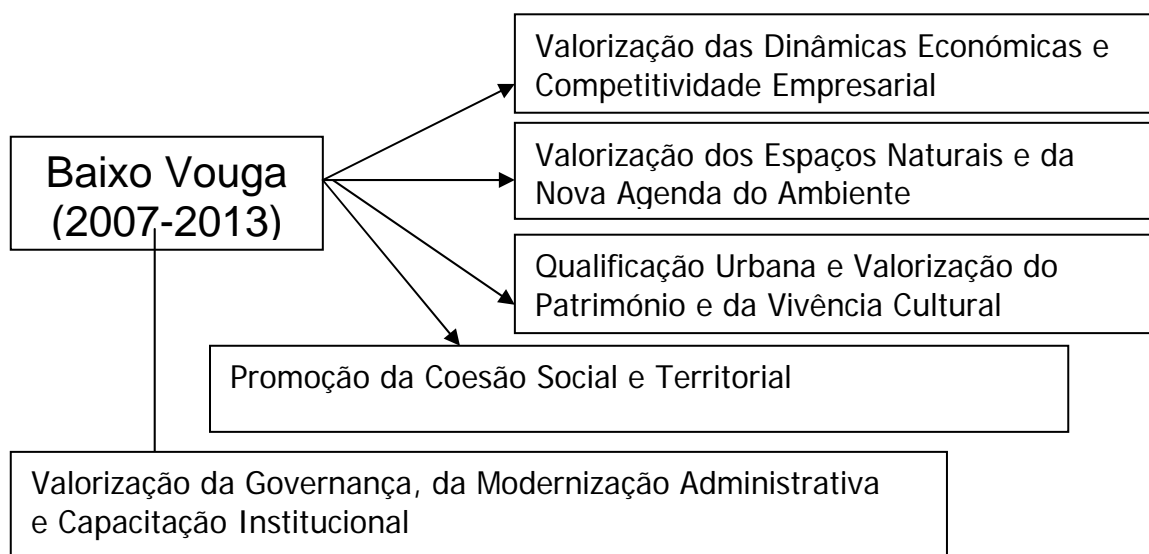
Perspectivar o futuro significa reconhecer as incertezas associadas às fontes de energia tradicionais, existindo a necessidade urgente de desenvolver acções globais para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e combater o aquecimento global, mas também antecipar e agir pró-activamente sobre os possíveis efeitos das alterações climáticas em termos do aumento dos riscos de fenómenos extremos. Antecipar mudanças na base da actividade económica, promover a eficiência energética e o desenvolvimento de métodos de produção e novos materiais que exijam menos energia e preparar-se para beneficiar da transição para tecnologias renováveis e alternativas são alguns dos desafios que o Baixo Vouga pretende assumir numa perspectiva de curto mas também de médio e longo prazo.

A reestruturação da economia regional e a sua integração na economia do conhecimento dependerá significativamente das competências dos seus cidadãos e dos seus recursos humanos. Ao mesmo tempo que a inovação e o conhecimento forem assumindo um papel mais central nas actividades produtivas regionais, as exigências de novas competências irão aumentar. Perspectivar quais as competências que serão cruciais para a região no futuro, promover a sua aquisição por parte dos recursos humanos presentes e futuros e promover a aprendizagem ao longo da vida e o uso de serviços públicos em linha pelos cidadãos são alguns dos desafios para a região.

3 Plano de investimentos para a subvenção global do Baixo Vouga

3.1 – As orientações (4+1)

O Programa Territorial de Desenvolvimento da sub-região valoriza o investimento em quatro apostas fundamentais, que se apresentam de seguida de forma esquemática:



Estas apostas reflectem claramente as principais características da região mas também um quadro de objectivos prioritários assumido. Por um lado, a aposta na vertente económica reflecte a larga tradição empreendedora da sua população e a qualidade das suas instituições científicas, condições de enorme potencial para fazer face aos novos desafios da Sociedade do Conhecimento. Esta perspectiva não significa uma aposta exclusiva nas novas empresas de forte base tecnológica. Pelo contrário, significa o comprometimento de articular conhecimento científico com sectores tradicionais da economia, nele incluindo o sector primário ao qual se reconhece excelentes condições de sustentação e de inovação na região, complementando com perspectivas empresariais que explorem positivamente as condições de globalização que pautam a economia contemporânea.

Por outro lado, a aposta no Ambiente procura traduzir o reconhecimento da importância, não só da conciliação de um património natural ímpar, de que se destaca a Ria de Aveiro, com a elevada pressão populacional da região, como também da sua valorização cultural e científica, a que naturalmente se associará a valorização económica pelo enorme potencial de atractividade que encerra. Mas a aposta no Ambiente assume também e inequivocamente a “nova agenda”, onde pontificam os desafios da eficiência energética e das alterações climáticas. A conjugação

de políticas públicas determinadas, de dinâmicas empresariais e de empreendedorismo, e de mobilização de saberes científicos e tecnológicos, abre perspectivas de desenvolvimento cuja valorização constitui, assumidamente, um objectivo fundamental para a região.

Já a aposta na vivência urbana e cultural reflecte a elevada qualidade do património construído e uma significativa diversidade e “densidade” cultural existente na região. A sua integração em rede e articulação com outras áreas temáticas poderá constituir um factor de considerável potencial para projectar a região no espaço global. Contudo, esta integração em rede representa um passo fundamental para compensar a fragmentação territorial e institucional que decorre de um sistema urbano disperso e de uma tradição histórica de dinâmicas individualizadas. Sendo certo que facilmente se constata hoje iniciativas que vão claramente no sentido de ultrapassar a fragmentação há pouco referida, não é menos certo que uma atitude coerente e persistente de apoio a essas e outras iniciativas em muito beneficiará a oferta e a produção cultural na região. A aposta na valorização cultural reflecte também o reconhecimento dos novos contributos da cultura para as dinâmicas de desenvolvimento, não apenas no foro económico mas também de qualificação da cidadania.

O objectivo de promoção da coesão social e territorial corresponde a uma afirmação de valores da comunidade regional e radica no reconhecimento de que a nova economia pode propiciar dinâmicas de exclusão que importa reconhecer, prevenir e contrariar. Esta preocupação é particularmente relevante num contexto não apenas regional mas também nacional de níveis desfavoráveis de formação educativa entre uma parte significativa da população. O objectivo da promoção da coesão reflecte também o reconhecimento da importância que as dinâmicas demográficas assumem na configuração das necessidades e expectativas da sociedade do futuro. A vertente territorial da coesão significa o comprometimento em valorizar os múltiplos recursos dispersos pelo território e o seu potencial contributo para a qualificação das oportunidades de desenvolvimento na região como um todo. Ou seja, significa reconhecer, acarinhar e potenciar as múltiplas interdependências da comunidade regional.

Por fim, a valorização da governação e da modernização administrativa constitui uma aposta transversal às outras áreas, na qual se procura, não só promover uma melhoria da relação entre a Administração Pública e os cidadãos e diminuir os custos de contexto, mas também promover institucionalmente a região do Baixo Vouga e cooperar com outras regiões à escala global. Esta orientação engloba também o reconhecimento da necessidade de responder às exigências de conjugação de perspectivas e de acção entre os agentes regionais. A construção de um entendimento comum sobre os principais desafios que se colocam à região, e sobre áreas prioritárias de intervenção, proporcionará uma plataforma muito favorável para conjugar acções concretas e assim constituir massa crítica indispensável à eficácia e à sustentabilidade das iniciativas de desenvolvimento que se venham a promover na região.

A secção seguinte (Das Orientações à Visão Estratégica) procura explicar a visão estratégica que está por detrás de cada aposta, avançando-se com um conjunto de linhas de acção. A secção 3.2 (Das Orientações às Áreas de Intervenção) procura por sua vez traduzir as apostas estratégicas em áreas de intervenção enquadradas de acordo com o Programa Operacional da Região Centro.

Trata-se de uma aposta no reforço do complemento entre projectos, na criação de sinergias de projectos e sinergias entre estratégias de investimento dos agentes regionais, criando um fio condutor sustentando as opções formuladas. Pretende-se que a estratégia definida seja um aglomerado de estratégias de investimento articuladas em opções em diferentes níveis.

3.2 – Das orientações à visão estratégica

3.2.1 - Baixo Vouga: Uma Comunidade e uma Região que valoriza o conhecimento e a Inovação.

A sub-região do Baixo Vouga tem uma tradição histórica de empreendedorismo e de ligação ao exterior, desenvolveu nas últimas décadas um forte dinamismo na área da investigação científica e tecnológica. Deverá conjugar estes dois potenciais de forma a mobilizar a capacidade empresarial da região para os novos desafios da Sociedade do Conhecimento e da competitividade baseada na inovação.

A visão do Baixo Vouga como região de inovação pode ser sintetizada em cinco linhas de acção fundamentais:

1. Qualificar o tecido produtivo existente

- ✓ O que é necessário?
 - Reforçar a competitividade das empresas sustentada na inovação
- ✓ Capacidades a desenvolver
 - I&D dedicado às necessidades do tecido produtivo para:
 - Resolver problemas quotidianos
 - Descobrir soluções tecnológicas que permitam às empresas dar saltos qualitativos
 - Formação de quadros qualificados especialmente preparados para as necessidades do tecido produtivo
 - Sistema de apoio à actividade empresarial que baixe os custos de contexto e promova a internacionalização das empresas

- ✓ Linhas de acção
 - Criação de uma rede de parques empresariais qualificados, que cubram o território o mais homogeneamente possível e correspondam às necessidades dos principais sectores de actividade
 - Dinamização de iniciativas e de estruturas de ligação entre o SC&T e as empresas (a rede de parques empresariais terá um papel fundamental neste processo)
 - Promoção de *clusters*: habitat/materiais, mar, floresta, energias alternativas, telecomunicações, etc.
 - Formação de recursos humanos desenhada à medida das necessidades do tecido produtivo
 - Incubação desenhada para a renovação dos sectores dominantes na região: apoio a iniciativas empresariais de jovens investigadores, promoção de parcerias entre as empresas existentes e jovens investigadores (sinergia entre a cultura empresarial da região e a capacidade científica gerada pelas universidades)

2. *Dinamizar actividades com elevado potencial tecnológico*

- ✓ O que é necessário?
 - Dinamizar sectores que conjuguem um elevado potencial de crescimento da procura com forte intensidade tecnológica
- ✓ Capacidades a desenvolver
 - I&D intensivo em conhecimento científico de vanguarda que permita o desenvolvimento de serviços e produtos que estejam na fronteira tecnológica internacional
 - Massa crítica de cientistas e técnicos qualificados que sustentem o desenvolvimento de actividades intensivas em tecnologia
 - Condições de atractividade para empresas de referência à escala global
- ✓ Linhas de acção
 - Criação de um parque tecnológico sustentado em laboratórios e centros de investigação públicos e privados com capacidade para
 - Desenvolver programas de I&D de longo prazo que conduzam a inovações radicais
 - Prestar serviços de apoio a empresas com elevados requisitos de qualidade e competência tecnológica
 - Promoção de *clusters* em actividades com elevado potencial tecnológico e para os quais a região tem vantagens competitivas: telecomunicações, tecnologias de materiais, etc.
 - Atração de empresas âncora

- Programas de formação direccionados
- Promoção de empreendedorismo de base científica
- Incubação de base tecnológica

3. Valorizar e projectar no mercado global produtos que promovam a identidade cultural da região

- ✓ O que é necessário?
 - Aumentar a eficiência produtiva e projectar para o exterior produtos associadas à identidade cultural da região: pão-de-ló, ovos-moles, azulejos, barcos artesanais e de recreio, cerâmica, sal, vinho, etc.
 - Projectar para o exterior actividades tradicionais associadas à identidade cultural da região (ex. Pesca na Ria de Aveiro)
- ✓ Capacidades a desenvolver
 - I&D que garanta o compromisso entre a inovação de processos e a introdução da melhoria tecnológica dos produtos, sem pôr em causa a preservação das suas características tradicionais
 - Sistema de certificação que garanta elevados níveis de qualidade
 - Afirmação dos produtos regionais e das actividades tradicionais no mundo
 - Interacção da oferta de produtos regionais com as actividades turísticas
 - Projectação internacional de produtos
- ✓ Linhas de acção
 - Promoção de iniciativas com vista à certificação de produtos
 - Desenvolvimento de interfaces entre o SC&T, as valências da Universidade de Aveiro nas áreas da cultura e do *design* e as empresas produtoras

4. Promover a sustentabilidade das áreas de baixa densidade

- ✓ O que é necessário?
 - Criar condições para a fixação de micro e pequenas empresas em sectores para os quais estas áreas sejam competitivas
- ✓ Capacidades a desenvolver
 - Aproveitamento de recursos endógenos e de conhecimentos tradicionais numa lógica de competitividade económica
 - Qualificação de recursos humanos e empreendedorismo
 - Sistema de apoio à actividade empresarial que compense as desvantagens das localizações periféricas e permita a obtenção de economias de escala
- ✓ Linhas de acção
 - Criação de espaços de acolhimento empresarial especialmente adaptados às micro e pequenas empresas e fornecendo, em particular
 - Infraestruturas de telecomunicações de banda larga a custos acessíveis

- Serviços baseados em TIC de utilização colectiva que
 - Promovam a inserção das empresas na economia do conhecimento
 - Permitam uma ligação rápida e eficiente das empresas com o resto do mundo
- Serviços de apoio à actividade empresarial que permitam às micro e pequenas empresas usufruir de economias de escala
- Fomento do empreendedorismo
 - Estimulo de parcerias entre empresários da região, agentes locais e investigadores de diversos domínios (tecnologias, cultura, design, etc.). Estas parcerias devem desenvolver sinergias entre a cultura empresarial da região, a iniciativa local e a capacidade científica gerada pelas universidades.

5. Desenvolvimento duma visão partilhada do futuro económico da região

- ✓ O que é necessário?
 - Desenvolver uma cultura que alie visão estratégica, empreendedorismo e capacidade de cooperação
- ✓ Capacidades a desenvolver
 - Partilha de experiências, conhecimentos e informação
 - Pensamento estratégico
 - Desenvolvimento de acções comuns
- ✓ Linhas de acção
 - Apoio ao associativismo para o desenvolvimento estratégico
 - Promoção da disseminação de informação estratégica e prospectiva

3.2.2 - Baixo Vouga: Uma Comunidade e uma Região que valoriza o conhecimento para a sustentabilidade ambiental

A sub-região do Baixo Vouga conjuga uma elevada densidade de actividades humanas com um património natural único. A sub-região deverá, não só conciliar essas actividades com a preservação da qualidade ambiental e paisagística, como também valorizar cultural e cientificamente esse património, criando assim oportunidades de valorização económica e projecção internacional.

A visão da sub-região do Baixo Vouga como região inovadora para a sustentabilidade é concretizada através de seis linhas de acção:

1. *Ria de Aveiro: protecção, fruição e valorização cultural, científica e económica*

- ✓ O que é necessário?
 - Conservar a biodiversidade e a qualidade do meio ambiente
 - Potenciar o valor paisagístico e cultural

- ✓ Capacidades a desenvolver
 - Aproveitamento das externalidades positivas das actividades tradicionais
 - Gestão centralizada da Ria
 - Integração do potencial natural e cultural com as actividades de lazer, desporto e turismo
 - Consciência do carácter antropocêntrico da Ria de Aveiro

- ✓ Linhas de acção
 - Implementação de uma gestão centralizada
 - Potenciação de actividades que contribuem para a valorização económica da Ria, como a Piscicultura, o Sal e o Turismo da Natureza, aproveitando designadamente a I&D da Universidade de Aveiro
 - Protecção, recuperação e valorização, sustentável e conhecedora, dos recursos naturais
 - Valorização, sensibilização e divulgação do património cultural móvel, imóvel, imaterial e oral pertencente à Ria, designadamente através da criação de equipamentos de exposição

2. *Orla costeira: protecção, fruição e valorização cultural, científica e económica*

- ✓ O que é necessário?
 - Proteger a orla contra a erosão atendendo aos riscos decorrentes da sua sobre-utilização e das alterações climáticas
 - Potenciar o valor paisagístico e turístico do litoral
 - Valorizar o património cultural associado às actividades costeiras e marítimas
 - Explorar de forma sustentável os recursos marítimos: energias alternativas, novas formas de piscicultura, etc.

- ✓ Capacidades a desenvolver
 - Perspectiva dinâmica e integrada em relação à costa e aos planos de ordenamento com incidência na Orla Costeira (designadamente, POOC e PDM)
 - Classificação e delimitação de zonas de risco

- ✓ Linhas de acção
 - Protecção das zonas de risco (praias, cordões dunares, arribas) através de operações integradas e complementares na costa ou também através do condicionamento da construção e do acessos à praia

- Potenciação do turismo recorrendo a intervenções qualificadoras mas sustentáveis na orla costeira, e.g. tendo em atenção a qualidade urbanística e a integração paisagística
- Preservação da memória histórica e dos valores naturais
- Potenciar a energia das ondas, designadamente na Barra de Aveiro

3. *Área de baixa montanha do interior: protecção, fruição e valorização cultural, científica e económica*

- ✓ O que é necessário?
 - Utilizar racionalmente o património florestal tendo em especial atenção a minimização dos riscos de incêndio, cheias e erosão
 - Conciliar a utilização económica dos recursos florestais com a promoção da biodiversidade
 - Aproveitar de forma integrada os recursos locais para o desenvolvimento de energias alternativas (biomassa, energia eólica, hídrica e solar)
 - Valorizar o património natural e construído e a cultura local
- ✓ Capacidades a desenvolver
 - Conciliação do turismo em ambiente natural e a sua preservação activa
 - Aproveitamento dos resíduos e subprodutos da actividade florestal
- ✓ Linhas de acção
 - Minimização dos factores desencadeadores de incêndios, cheias e erosão:
 - Combater a monocultura florestal
 - Protecção dos ecossistemas contra espécies não indígenas
 - Promover a integração da gestão florestal
 - Protecção da especificidade dos recursos locais, nomeadamente recorrendo à certificação
 - Qualificação da oferta turística, designadamente em termos de 2ª residência, turismo rural e activo ou de natureza, tirando partido dos recursos culturais e naturais locais
 - Promoção de projectos inovadores de valorização dos recursos florestais, tal como a energia da biomassa

4. *Protecção e valorização dos recursos hídricos interiores*

- ✓ O que é necessário?
 - Reduzir o impacto das actividades humanas nos recursos hídricos
 - Utilizar de forma integrada o potencial dos recursos hídricos para o desenvolvimento de actividades de lazer, desporto e turismo
 - Conservar e reabilitar as linhas de água
- ✓ Capacidades a desenvolver

- Sustentabilidade
- Aumento de eficácia no tratamento de efluentes
- Soluções inovadoras na gestão, tratamento e valorização dos efluentes
- ✓ Linhas de acção
 - Protecção das margens, limpeza e desassoreamento do leito dos rios
 - Potenciação de actividades que contribuem para a valorização económica dos recursos hídricos, como os desportos de água e o turismo de natureza

5. *Promover a eficiência energética na sub-região*

- ✓ O que é necessário?
 - Promover a eficiência na utilização de energia, racionalizando os usos e evitando desperdícios na rede de distribuição e no consumo público e privado
 - Promover a utilização de energias alternativas
- ✓ Capacidades a desenvolver
 - Políticas de apoio à sustentabilidade
 - Sensibilização da população para o problema ambiental
- ✓ Linhas de acção
 - Implementação de práticas de eficiência energética e da utilização de fontes de energias renováveis em edifícios públicos
 - Consideração da eco-eficiência em processos de reabilitação pública de edifícios
 - Apoio à investigação e desenvolvimento de projectos pioneiros de eficiência energética ou de aproveitamento de energias renováveis
 - Promoção e sensibilização para práticas de utilização sustentável dos recursos

6. *Enfrentar os novos desafios de gestão ambiental*

- ✓ O que é necessário?
 - Recuperar áreas degradadas resultantes da actividade humana
 - Áreas industriais obsoletas
 - Áreas degradadas pela exploração de matérias-primas (Barreiros, pedreiras, saibreiras...)
 - Aquíferos degradados
 - Reduzir a produção de resíduos
 - Limpar a região de acumulações de detritos sólidos de diversa escala
 - Promover a inovação na gestão de resíduos: recolha, tratamento, reciclagem e deposição
 - Incorporar as preocupações das alterações climáticas nos processos de planeamento e desenvolvimento
- ✓ Capacidades a desenvolver
 - Recolha selectiva

- Soluções inovadoras na gestão, tratamento e valorização dos resíduos
 - Monitorização
 - Reconhecimento do potencial que o uso do solo pode ter na mitigação das mudanças climáticas e sua adaptação.
 - Avaliação da coerência dos processos de planeamento e desenvolvimento em relação às políticas de combate aos gases de efeito estufa.
- ✓ Linhas de Acção
- Reabilitação de áreas degradadas pela indústria extractiva e redução ou eliminação dos focos que as originaram
 - Promoção da eficácia do tratamento e da co-geração energética nas centrais de tratamento de resíduos.
 - Avaliação do potencial de sustentabilidade no âmbito do processo de licenciamento, designadamente:
 - O potencial do local ser servido por meios para além do transporte privado
 - A capacidade da infra-estrutura actual e prevista para lidar com eventuais mudanças climáticas (esforço energético, abastecimento de água, etc.)
 - A contribuição do projecto para novas oportunidades de espaços verdes abertos.
 - O efeito na biodiversidade e na capacidade de adaptação do meio ambiente
 - Eventuais zonas de risco resultantes das mudanças climáticas

3.2.3 - Baixo Vouga: Uma Comunidade e uma Região que valoriza o conhecimento para a qualificação urbana e valorização do património e da vivência cultural

O património construído da sub-região do Baixo Vouga articula espaços edificados de elevada qualidade com elementos paisagísticos únicos. A tal acresce o potencial cultural e artístico disseminado pelo território e recentemente reforçado pela acção de diversas unidades da Universidade de Aveiro. A sub-região deverá valorizar esse potencial, integrando de forma coerente os diversos espaços urbanos e articulando os múltiplos recursos culturais. Tal permitirá projectar a cidade-região no espaço global.

A visão do Baixo Vouga como região de inovação pode ser sintetizada em cinco linhas de acção fundamentais:

1. Construir e afirmar o conceito de espaço urbano multipolar e qualificado

- ✓ O que é necessário?
 - Preservar e valorizar espaços de excelência urbana
 - Salvaguarda do edificado
 - Inovar nas soluções para a qualificação urbana
- ✓ Capacidades a desenvolver
 - Selectividade
 - Concertação dos diversos agentes imobiliários para uma política urbana de qualidade
 - Desenvolvimento de uma cidade que concilie as mais recentes inovações em termos de desenho urbano e arquitectura com a manutenção duma marca patrimonial distinta
- ✓ Linhas de acção
 - Selecção de áreas de intervenção prioritária
 - Centros de cidades
 - Centros históricos
 - Áreas com elevada qualidade paisagística
 - Áreas para projectos inovadores
 - Desenho de soluções urbanísticas de qualidade
 - Definição dos usos para os espaços públicos e edifícios seleccionados que tornam a solução sustentável

2. Promover uma agenda cultural atractiva para públicos diversificados

- ✓ O que é necessário?
 - Valorizar o património cultural como factor de dinamização e desenvolvimento, considerando os valores identitários da sub-região
- ✓ Capacidades a desenvolver
 - Combinação de operações de carácter infraestrutural com programas de divulgação e animação
 - Concertação de diversos agentes para a definição duma política cultural
 - Aproveitamento da diversidade cultural existente numa lógica de funcionamento em rede e de promoção à escala global
 - Criação de uma agenda de I&D para as áreas da cultura e do património
- ✓ Linhas de acção
 - Criação de uma rede de agentes de animação do património cultural
 - Promoção do património cultural e respectivos programas de animação
 - Organização de programas e eventos
 - Publicação de documentos que divulguem o património cultural do Baixo Vouga

- Desenvolvimento de serviços de apoio à actividade cultural
 - TIC
 - Melhoria do funcionamento dos serviços integrantes da rede
 - Ligação aos cidadãos (portal de informação, compra e venda de bilhetes, etc.)
 - *Design*
 - Investigação (história, arqueologia, literatura)
- Criação de espaços de acolhimento de estudantes, investigadores e/ou artistas que contribuam para a valorização da cultura

3. Dotar a sub-região de uma rede de serviços de qualidade

- ✓ O que é necessário?
 - Melhorar a qualidade de vida da população
 - Aumentar a capacidade da região atrair pessoas e organizações qualificadas e criativas
 - Fazer da excelência da prestação local de serviços um laboratório de ensaios para a sua prestação ao exterior
- ✓ Capacidades a desenvolver
 - Excelência na oferta de serviços de saúde, educação, lazer, comércio, TIC
 - Conciliação do objectivo de atender as necessidades da população (nomeadamente os mais desfavorecidos) com a sustentabilidade económica
 - Combinação óptima entre serviços comerciais e serviços públicos total ou parcialmente subvencionados pelo estado
- ✓ Linhas de acção
 - Definição do tipo de intervenção: autárquicas, outras entidades do sector público, iniciativa privada.
 - Criação/requalificação de espaços de acolhimento para serviços de qualidade de acordo com as necessidades da população e das actividades aí desenvolvidas
 - Melhoria das condições de saúde e educação da população
 - Garantir maior equidade no acesso aos cuidados de saúde, à educação, às actividades desportivas, ao lazer, etc.
 - Desenho duma oferta de serviços dirigida para públicos diferenciados, como por exemplo
 - Programas de formação para jovens e idosos
 - Cuidados de saúde para idosos
 - Actividades desportivas dirigidas a jovens e idosos
 - Articulação da oferta de serviços com outras actividades, como por exemplo
 - Programas de ensino & actividades culturais

- Programas de ensino & actividades desportivas

4. Assegurar condições para a mobilidade sustentável

- ✓ O que é necessário?
 - Reforçar as condições de mobilidade e acessibilidade aos diversos pólos de atracção da população
 - Assegurar o acesso da população a serviços de interesse público (saúde, educação, cultura, lazer...)
 - Promover o uso de modos de transporte ambientalmente amigáveis (vias pedonais e cicláveis)
- ✓ Capacidades a desenvolver
 - Multi-modalidade
 - Apoio à mobilidade nos espaços com menores densidades demográficas
 - Ofertas atractivas de transporte público
 - Consciência cívica e ambiental
- ✓ Linhas de acção
 - Desenvolvimento de um sistema de transportes públicos urbanos que ligue os principais pólos geradores de tráfego
 - Desenvolvimento de um sistema de transportes públicos com elevada flexibilidade que reforce a ligação entre a cidade (com os respectivos espaços de excelência urbana e os principais serviços de interesse público) e os espaços envolventes
 - Criação de percursos pedonais e ciclovias e eliminação de barreiras arquitectónicas e urbanísticas
 - Fomento do uso da bicicleta
 - Acções de sensibilização
 - Animação de percursos
 - Desenvolvimento de sistemas de incentivo à utilização de bicicletas
 - Fomento da prestação de serviços à população com recurso ao sistema ambulatório (i.e. deslocação dos serviços à população): educação (bibliomóvel), saúde, TIC...
 - Desenvolvimento de vias de comunicação que promovam uma maior acessibilidade aos principais pólos geradores e atractores de tráfego.

5. Projectar a sub-região no espaço nacional e internacional

- ✓ O que é necessário?
 - Reforçar a identidade cultural da região projectando-a para o exterior
- ✓ Capacidades a desenvolver

- Aproveitamento da diversidade cultural numa lógica de afirmação supra-regional
- Interação da oferta cultural com actividades turísticas e de investigação
- ✓ Linhas de acção
 - Criação de espaços de acolhimento de estudantes, investigadores e artistas que contribuam para o intercâmbio cultural e a atracção de criativos
 - Fomento de parcerias entre agentes locais e investigadores de diversos domínios (tecnologias, cultura, design, etc.) com vista ao desenvolvimento de sinergias entre a cultura local e a capacidade científica gerada pelas universidades.
 - Desenvolvimento de redes de cooperação entre instituições locais e internacionais nas áreas da cultura, turismo e património cultural
 - Intercâmbios de boas práticas
 - Definição de uma agenda internacional de investigação
 - Afirmação da região à escala global
 - Desenvolvimento de redes de cooperação internacional no domínio da governação e administração autárquica, tendo em vista
 - Intercâmbio de boas práticas
 - Definição da agenda de investigação em diversos domínios da administração pública
 - Afirmação da região à escala global.

3.2.4 - Baixo Vouga: Uma Comunidade e uma Região que valoriza a Coesão Social e Territorial.

Assumir este objectivo corresponde de facto a uma afirmação de valores que deverão referenciar as dinâmicas de desenvolvimento da região. Corresponde também a uma sensibilidade perante (o reconhecimento de) dinâmicas instaladas a que se torna necessário e desejável dar resposta adequada. Mas corresponde também à convicção que é possível articular os desafios da competitividade com os do desenvolvimento social. Esta convicção corresponde aliás a um dos princípios basilares da Agenda de Lisboa e da actual política Europeia de Coesão.

O objectivo de renovar a base de prosperidade económica da região está inevitavelmente associado (também) a dinâmicas empresariais que baseiam a sua sustentabilidade competitiva em factores intensivos em conhecimento. Naturalmente que este novo quadro de competitividade vai requerer recursos humanos com novas qualificações e competências. Será portanto indispensável criar condições para que os recursos humanos já existentes possam adquirir essas qualificações e competências, de modo a serem parte integrante, e factor de

apoio, às dinâmicas empresariais referidas. São iniciativas desta natureza que podem reforçar a coesão social na região, reforçando simultaneamente o potencial de crescimento regional. Eventualmente, será a nível de outros Programas Operacionais que se encontrarão instrumentos de política pública particularmente adequados a estes objectivos. Mas há um campo vastíssimo de iniciativas singulares e/ou de cooperação entre agentes regionais que está ainda por aprofundar.

Acresce que, no quadro de factores críticos de competitividade para o futuro, a capacidade criativa é consensualmente assumida como determinante. Esta é aliás uma das razões que elevam a temática da arte e cultura a um estatuto privilegiado no quadro das “novas” prioridades de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento. Neste contexto, é fundamental levar às escolas, tão cedo quanto possível, a aprendizagem da arte e da cultura. O impacto destas iniciativas, adoptadas já em muitas regiões europeias e não só, não se confina à esfera económica e assume grande relevância nomeadamente enquanto qualificadores de cidadania e sentido de pertença. Mas uma actuação neste domínio, territorialmente alargada, é também um contributo decisivo para alargar a base de grupos sociais com as competências adequadas a uma participação activa na construção da nova economia.

Não se pode ignorar contudo que a nova economia poderá provocar dinâmicas de exclusão relativamente a grupos sociais específicos. Esta situação exige uma atenção especial, quer em termos de processos formativos de integração quer em termos do conhecimento e divulgação de oportunidades que a diversidade de actividades económicas a promover poderá gerar. O título ilustrativo poderá referir-se que a manutenção de espaços ambientais qualificados, se exige por um lado um conjunto de conhecimentos científicos e técnicos para a sua valorização científica, cultural e recreativa (e também económica), abre também, por outro lado, espaço a um conjunto de tarefas menos exigentes em termos de qualificações que representam oportunidades específicas que a região necessita que sejam adequadamente valorizadas.

Uma outra dimensão a ponderar prende-se com as dinâmicas demográficas da região, que evidenciam nomeadamente um crescimento muito significativo, nos próximos 20 anos, do número de idosos residentes na região. Sublinhando a importância de preparar a comunidade para ir ao encontro das necessidades e expectativas deste grupo etário, deverá também enfatizar-se o elevado potencial de contributo para a economia e para a vivência da comunidade que este grupo etário encerra. Uma vez mais, há inúmeras experiências já em curso noutras regiões europeias e não só. A região assumirá este desafio como uma das prioridades do futuro próximo.

Finalmente uma nota relativamente à diversidade que caracteriza o território da NUTS III do Baixo Vouga. Adoptando uma vez mais a postura da actual política de coesão, que para além

da vertente redistributiva enfatiza a necessidade de capacitar as regiões menos desenvolvidas para valorizar os recursos próprios, a NUTS III do Baixo Vouga pretende assumir como prioridade a valorização da diversidade de recursos locais e/ou identitários, procurando reconhecer e potenciar as interdependências, nomeadamente através da articulação de iniciativas de desenvolvimento que poderão conseguir, numa base alargada, a massa crítica que permita alcançar limiares de viabilidade que de outra forma seria difícil, senão impossível, de atingir.

3.2.5 - Baixo Vouga: Uma Comunidade e uma Região que valoriza a qualidade da governança e a cooperação internacional.

A sub-região do Baixo Vouga já demonstrou ser capaz de se mobilizar para enfrentar os novos desafios inerentes à sociedade da informação. O papel pioneiro que os municípios desempenharam no âmbito da modernização administrativa através do programa Aveiro-Digital permitiu, não só potenciar a colaboração intermunicipal (quer ao nível da região como um todo, quer ao nível das autarquias individualmente), como também mobilizar, para além das autarquias, um conjunto de outros agentes, tanto do foro empresarial como da esfera da sociedade civil.

Importa, agora, dar seguimento e um novo alcance aos projectos desenvolvidos no âmbito deste programa, no intuito de qualificar as pessoas e as organizações, considerando as tecnologias de informação e comunicação como um instrumento facilitador e agilizador de processos – quer ao nível da governação, quer ao nível do relacionamento da administração pública com a comunidade – e não um fim em si.

Importa ainda, na mesma linha de actuação, criar novos espaços de cooperação, em torno de interpretações partilhadas sobre os principais desafios e prioridades para a região. Os parágrafos anteriores ilustram bem o potencial que encerra a qualidade da governança. O acompanhamento da estratégia e dos projectos associados à subvenção global, e de outros projectos de investimento, e a reflexão conjunta sobre os seus resultados e impactos no posicionamento da região face aos desafios globais e locais, constituirá terreno fértil para o crescimento e a qualificação de novas dinâmicas de governança e de cooperação efectiva, estruturada e alargada entre os diversos agentes regionais

Por outro lado, a modernização dos serviços do sector público e a melhoria dos processos de governança implicam e poderão beneficiar significativamente de uma cooperação mais estreita com outras regiões europeias. Este relacionamento representará assim um novo impulso de

integração dos municípios e da região em redes internacionais relevantes para as apostas estratégicas de desenvolvimento.

Por fim, a sub-região deverá também implementar acções de promoção das suas capacidades produtivas mas também dos seus recursos naturais, culturais, arquitectónicos e paisagísticos no exterior (país ou estrangeiro) com o objectivo de aceder a novos espaços de competitividade, atrair mais visitantes, valorizar as actividades que lhes estão associadas aos recursos endógenos e dar maior visibilidade à região no contexto nacional e europeu.

3.3 – Da Visão Estratégica às Oportunidades de Intervenção

Considerando os princípios orientadores e, ponderando as orientações que decorrem da Política Regional e do Programa Operacional da Região Centro, é possível sistematizar um conjunto de oportunidades de intervenção que articulam os dois quadros de referência (QREN e PROT C do Baixo Vouga), nomeadamente:

3.3.1 Valorização das Dinâmicas Económicas e Competitividade Empresarial

1. Renovação do tecido empresarial/empreendedorismo
 - o Criação de novas micro e pequenas empresas portadoras de inovação (Eixo 1)
 - o Criação de um programa intermunicipal para o desenvolvimento do empreendedorismo e inovação. (Eixo 1)

2. Criação de espaços de acolhimento empresarial
 - o Requalificação dos espaços já existentes (Eixo 1)
 - o Criação de novos espaços qualificadores (Eixo 1)
 - o Introdução de novos modelos de gestão (Eixo 1)
 - o Criação de condições ou estruturas para transferência de tecnologia e incubação de empresas (Eixo 1)

3. Estratégia de eficiência colectiva em termos de *Clusters* seleccionados
 - o Programas integrados para conjuntos específicos de actividades económicas (*clusters*), em domínios como o Mar, as Telecomunicações, o *Habitat*, o Agro-alimentar, a Cultura, Turismo e Ria, e as Energias Alternativas. (Eixo 1)

4. Apoio à ligação entre SCT e as empresas.
 - o Criação de plataformas e projectos de cooperação entre empresas e SCT (Eixo 1).

5. Redes de Ciência e Tecnologia
 - o Apoio a um portefólio diversificado de políticas de desenvolvimento científico e tecnológico com relevância para o desenvolvimento das regiões, permitindo uma articulação mais efectiva dos diferentes recursos existentes no território com as dinâmicas de investigação. (Eixo 1)

6. Valorização dos recursos endógenos e dos saberes tradicionais

- Apoio a recursos que integrem a base de suporte da economia local e que permitam a assumpção de dinâmicas empresariais mais significativas (Eixo 3)
- Apoio a actividades que complementem e superem as dependências tradicionais das economias locais, designadamente de natureza rural (Eixo 3)
- Procurar formas de articulação dos recursos e saberes tradicionais com as redes de ciência e tecnologia (Eixo 1)

7. Promoção institucional da região

- Captação de IDE (Eixo 1)
- Promoção das exportações através da inserção em redes ou circuitos internacionais de comercialização, promovendo o acesso a informação e divulgação (Eixo 1)

8. Infra-estruturas logísticas e acessibilidade regional

- Intervenções de pequena dimensão em logística (Eixo 1)
- Mobilidade e acessibilidade regional (Eixo 3)

9. Cooperação inter-regional (Eixo 5)

3.3.2 Valorização dos Espaços Naturais e da Nova Agenda para o Ambiente

1. Gestão Activa de Recursos Naturais e da Biodiversidade

- Acções de dinamização ambiental e criação de condições de fruição/visitação de áreas naturais (actividades de Turismo de Natureza, sinalética, centros de informação e interpretação, certificação de destinos naturais, etc.) (Eixo 4)
- Criação de Parques Ambientais e Eco-Museus (Eixo 4)
- Acções de requalificação e reabilitação do património natural
- Apoio à integração em redes internacionais de conservação da natureza e biodiversidade (Eixo 4)

2. Valorização e Ordenamento da Orla Costeira

- Acções de ordenamento e valorização do litoral integradas em Planos de Praia, projectos de intervenção ou de requalificação (Eixo 4)
- Acções de ordenamento das zonas costeiras e estuarinas (como por exemplo, obras de defesa, alimentação artificial de praias, protecção e recuperação de sistemas dunares e de arribas) (Eixo 4)
- Acções de promoção de meios alternativos de acesso às praias (Eixo 4)

- Intervenções visando a preservação dos valores naturais das zonas costeiras e estuarinas (Eixo 4)
3. Prevenção e Gestão de Riscos Naturais ou Tecnológicos (inventariação, informação e sensibilização) (Eixo 4)
 - Acções materiais de prevenção de riscos
 - Acções de classificação e de delimitação de zonas de risco
 - Acções direccionadas para uma intervenção sistemática de prevenção, alerta e gestão dos riscos
 4. Gestão dos Recursos Hídricos não urbanos
 - Conservação e reabilitação da rede hidrográfica (Eixo 4)
 - Prevenção da poluição (Eixo 4)
 5. Ciclo Urbano da Água
 - Conclusão das redes de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais (Eixo 4)
 6. Reciclagem e Gestão de Resíduos
 - Alargamento e/ou optimização de redes de recolha selectiva (Eixo 4)
 - Acções de optimização das unidades (Eixo 4)
 - Valorização energética de aterros (Eixo 4)
 - Intervenções de recolha de resíduos perigosos (Eixo 4)
 7. Domínio da resolução do passivo ambiental
 - Reabilitação de áreas degradadas afectas à indústria extractiva, de sítios e de solos contaminados (incluindo estudos, planos e projectos) (Eixo 4)
 8. Energias Renováveis e Eficiência Energética
 - Intervenções complementares em redes de energia, colmatando falhas de mercado, como por exemplo a rede de gás natural (Eixo 1)
 - Projectos-piloto de energias renováveis (Eixo 1)
 9. Cooperação inter-regional (Eixo 5)

3.3.3 Qualificação Urbana e Valorização do Património e da Vivência Cultural

- ⇒ Intervenções em espaços urbanos específicos – parcerias para a regeneração urbana
 - Operações integradas de requalificação e inserção urbanas (eixo 2)
 - Em zonas de excelência (centros históricos, por exemplo)
 - Em zonas críticas (áreas degradadas social e urbanisticamente)
 - De excelência (centros históricos, etc.)
 - Críticas (periferias, áreas degradadas social e fisicamente)
 - Refuncionalização de edifícios ou áreas urbanas
 - Criação de novas centralidades

- ⇒ Projecção nacional e internacional das cidades – redes para a competitividade
 - Desenvolvimento de redes (seja de âmbito sub-regional, regional, nacional ou internacional) para a programação cultural (Eixo 2)
 - Desenvolvimento de redes para a gestão de equipamentos colectivos (Eixo 2)
 - Desenvolvimento da cooperação visando estimular o conhecimento e a inovação (Eixo 2)

- ⇒ Promoção do acesso à cultura
 - Salvaguarda, valorização e animação do património cultural (Eixo 3)

- ⇒ Criação de espaços para a prática físico-desportiva
 - Equipamentos desportivos de proximidade sujeitos a factores de selectividade muito específicos (Eixo 3).

- ⇒ Promoção de Mobilidade Intra e Interurbana
 - Apoio a iniciativas no domínio de: (Eixo 2)
 - Transporte colectivo
 - Percursos pedonais e ciclovias
 - Intermodalidade
 - Barreiras físicas à mobilidade.
 - Construção de variantes a centros urbanos e redes viárias estruturantes integradas em projectos de mobilidade (Eixo 2)

- ⇒ Cooperação inter-regional (Eixo 5)

3.3.4 Valorização da governação e da modernização administrativa

1. Promoção do Governo Electrónico

- TIC (projectos de cidades digitais e conteúdos para a Internet) (Eixo 5)

2. Redução dos custos de contexto e promoção da relação da administração local com as empresas e os cidadãos

- Modernização tecnológica e processual (instrumentos de gestão e monitorização do território, das infra-estruturas e dos equipamentos colectivos) (Eixo 5);
- Criação/modernização das infra-estruturas conjuntas prestadoras de serviços públicos (ex. balcões de atendimento) (Eixo 5)
- Prestação ambulatória de serviços de interesse geral junto das populações residentes em pequenos aglomerados urbanos (centros multi-serviços) (Eixo 5)

3. Sociedade da Informação

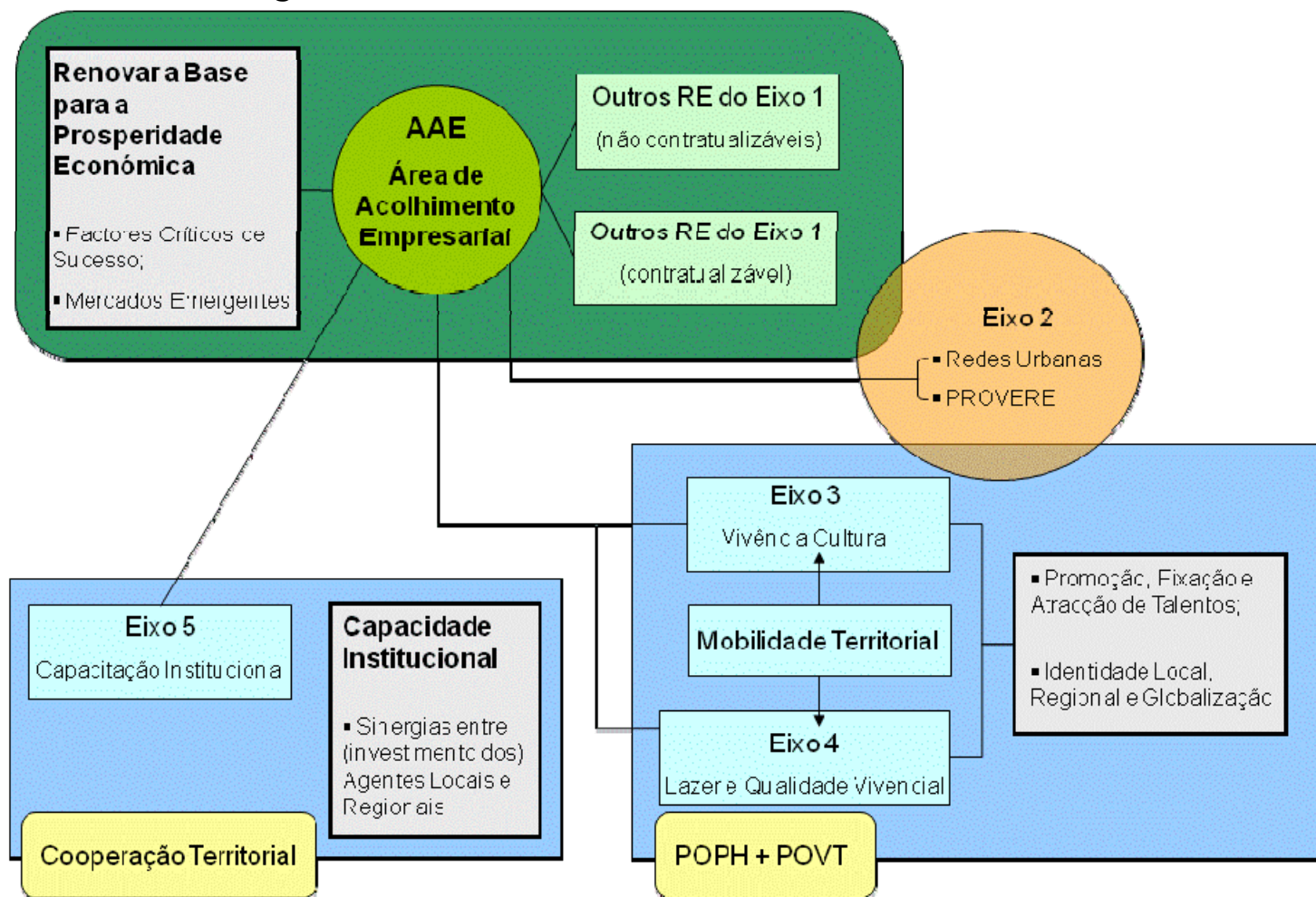
- Gestão e monitorização de actividades económicas, culturais e sociais. (Eixo 5)
- Apoiar a constituição de espaços Internet e espaços virtuais (Eixo 1)

4. Redes de cooperação internacional

- Promoção institucional da região e cooperação territorial europeia e internacional (Eixo 5).

3.4 – Das Oportunidades de Intervenção às Apostas da Contratualização

3.4.1 – A Estratégia Global



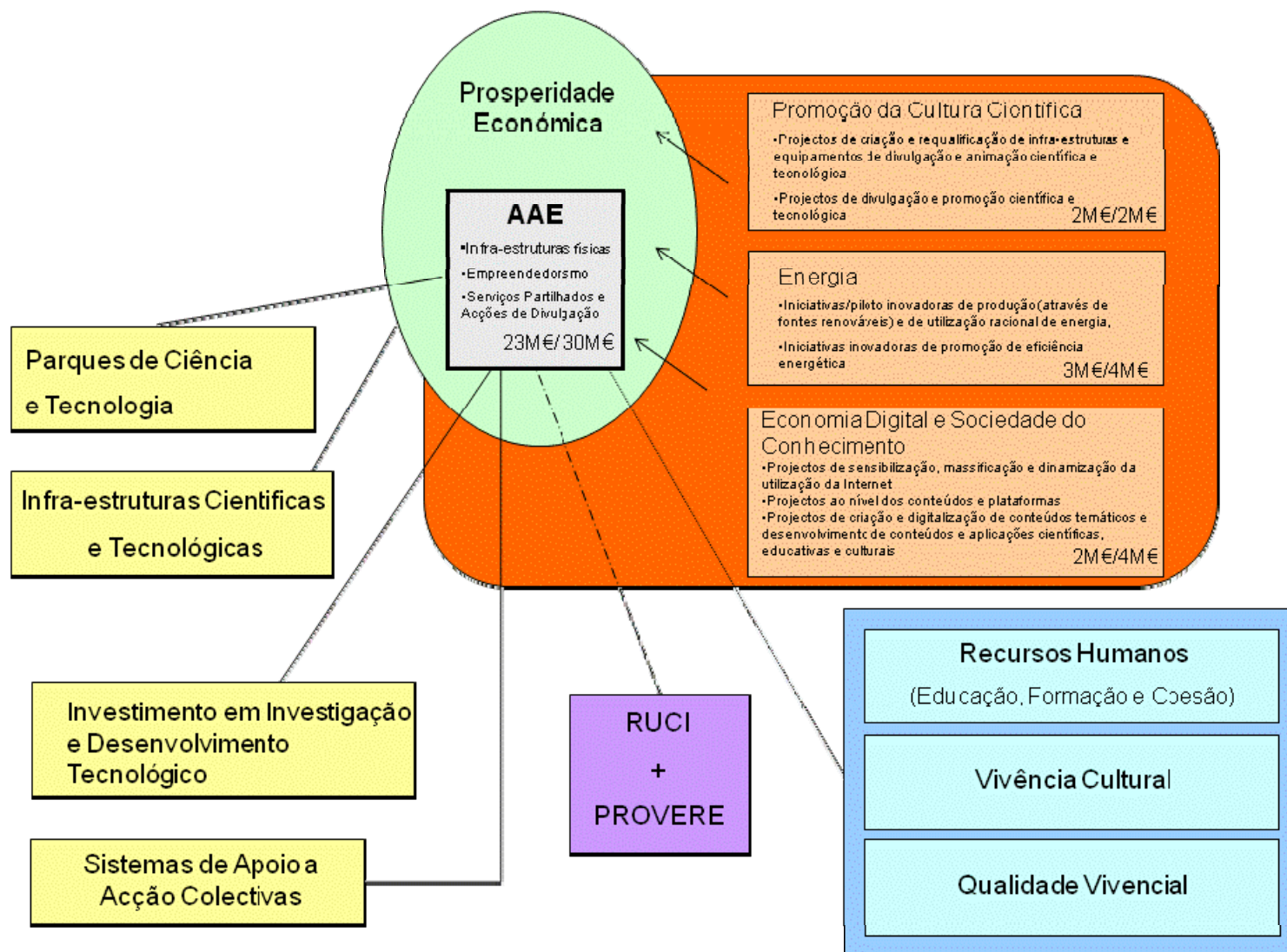
As apostas para a Contratualização resultam sobretudo da conjugação entre as orientações e as oportunidades de contratualização, por um lado, e as tipologias das operações contratualizáveis por outro. Não se pretende nesta secção voltar a apresentar justificações detalhadas das propostas de intervenção, mas sim estabelecer um conjunto de objectivos que se associam às tipologias de operações seleccionadas para a proposta de Contratualização.

Nesse sentido, as áreas de acolhimento empresarial (AAEs) na lógica de constituição de uma Zona Industrial de Nova Geração, adequadamente adaptadas às orientações do PROT Centro, constituirão no seu conjunto o projecto estruturante da contratualização para a NUTS III do Baixo Vouga.

Sendo o projecto estruturante da contratualização, estas áreas são uma peça fundamental de um objectivo mais vasto de “renovar a base de prosperidade” da região. A eficácia e a magnitude do impacto destas AAEs no desenvolvimento regional, estará necessariamente associada à capacidade de mobilizar outros investimentos complementares, no âmbito do Eixo 1 do PO Regional, não necessariamente contratualizáveis, bem assim como outros investimentos de natureza muito diversificada, a apoiar através de outros eixos do PO Regional.

Destaca-se nomeadamente o contributo indispensável das Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação e do PROVERE, bem como os investimentos no âmbito da vivência cultural, do lazer e qualidade vivencial e ainda da mobilidade regional. As acções de capacitação institucional, propiciadoras de sinergias entre os múltiplos agentes regionais, e de articulação com dinâmicas internacionais, assumem uma dimensão de suporte que importa não negligenciar. O contributo dos POs temáticos será também indispensável ao grau de sucesso e ao impacto, deste projecto estruturante.

3.4.2 – Prosperidade económica - Investimentos no Eixo 1

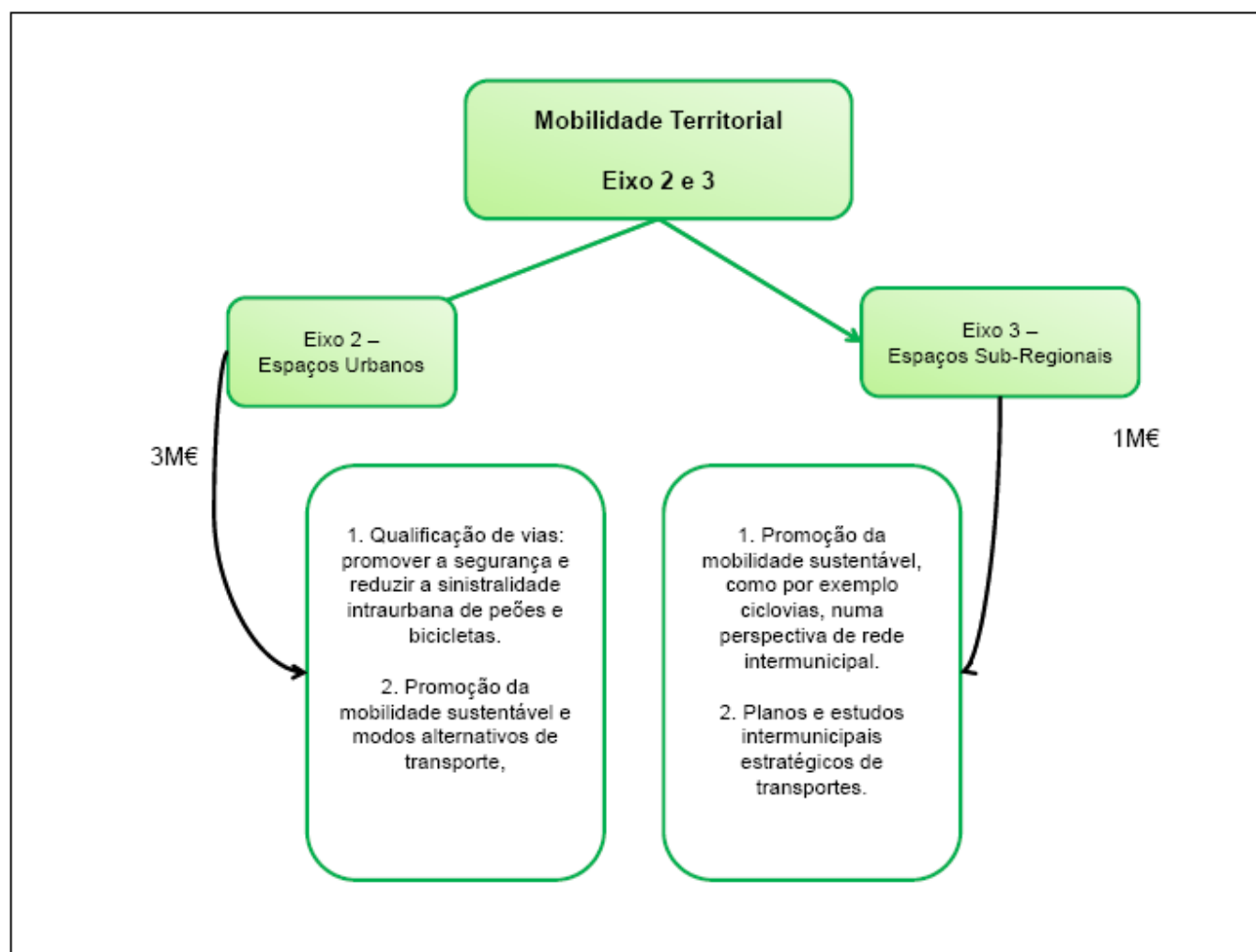


Os investimentos no Eixo 1 centrar-se-ão naturalmente na construção das AAEs, abarcando as diferentes tipologias de operação enunciadas no respectivo regulamento, designadamente ao nível das “Áreas de Acolhimento Empresarial” pretende-se a construção, reabilitação de Infra-estruturas físicas, promoção do Empreendedorismo e Serviços Partilhados e Acções de Divulgação. Ainda neste eixo, e em relação aos restantes Regulamentos Específicos contratualizáveis, releva-se a importância da aposta na eficiência energética (que se manterá noutros regulamentos específicos de outros eixos e articulará com as AAEs), correspondendo a uma aposta nos mercados emergentes do ambiente. As apostas em projectos que valorizem a cultura científica dos cidadãos e, conseqüentemente, dos recursos humanos da região, bem como a disseminação e familiarização dos cidadãos, desde a mais tenra idade, com as tecnologias de informação, nomeadamente em contexto de promoção cultural e científica, são contributos indispensáveis para a renovação sustentada da base de prosperidade regional.

Ao nível da temática da “Energia” foram identificados iniciativas-piloto inovadoras de produção (através de fontes renováveis) e iniciativas inovadoras de promoção de eficiência energética, correspondendo ao reconhecimento da relevância dos mercados emergentes do ambiente para os quais a sub-região do Baixo Vouga está particularmente bem posicionada face às suas dinâmicas empresariais e de investigação científica e tecnológica.

No âmbito da Economia Digital e Sociedade do Conhecimento, foram identificados vários projectos que incidem nas áreas da sensibilização, massificação e dinamização da utilização da Internet, projectos ao nível dos conteúdos e plataformas, projectos de criação e digitalização de conteúdos temáticos e desenvolvimento de conteúdos e aplicações científicas.

3.4.3 – Mobilidade Urbana e Sustentável – Investimentos no Eixo 2 e 3.

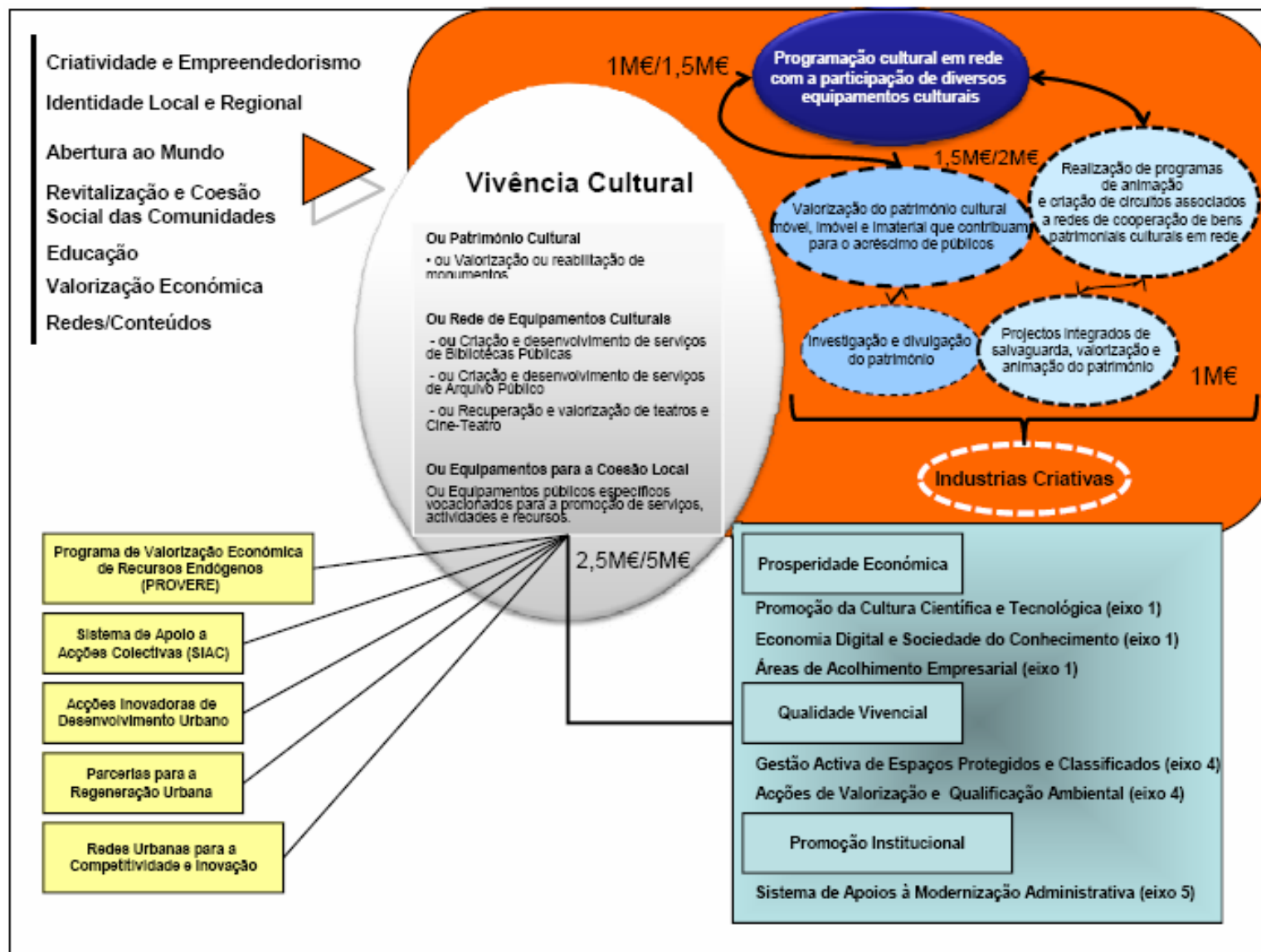


A aposta na mobilidade sustentável assume particular importância na estratégia regional do Baixo Vouga, encontrando-se os investimentos repartidos pelos eixos 2 e 3. Pretendendo-se promover a mobilidade sustentável e a criação de condições aprazíveis de vivência quotidiana.

A estratégia principal assenta na promoção de modos alternativos ao transporte individual. Valoriza-se, assim, no eixo 2, a criação de redes de vias cicláveis (urbano/ciclovias & lazer/ecopistas), redes pedonais (percursos urbanos & percursos pedestres de lazer), com especial atenção à acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, numa dupla lógica: de redução do conflito peão/ciclista/automóvel e promoção de modos de transporte ambientalmente amigáveis.

Ao nível do eixo 3, a aposta recai na promoção de modos alternativos de transporte, designadamente na consolidação da rede regional de ciclovias. A contratualização proporciona uma excelente oportunidade para a realização de um estudo para a mobilidade regional, que explore de forma sistemática e integrada múltiplas ideias e perspectivas que neste âmbito têm sido avançadas mas que nunca foram objecto de avaliação global, ao nível dos impactos e da viabilidade sócio-económica.

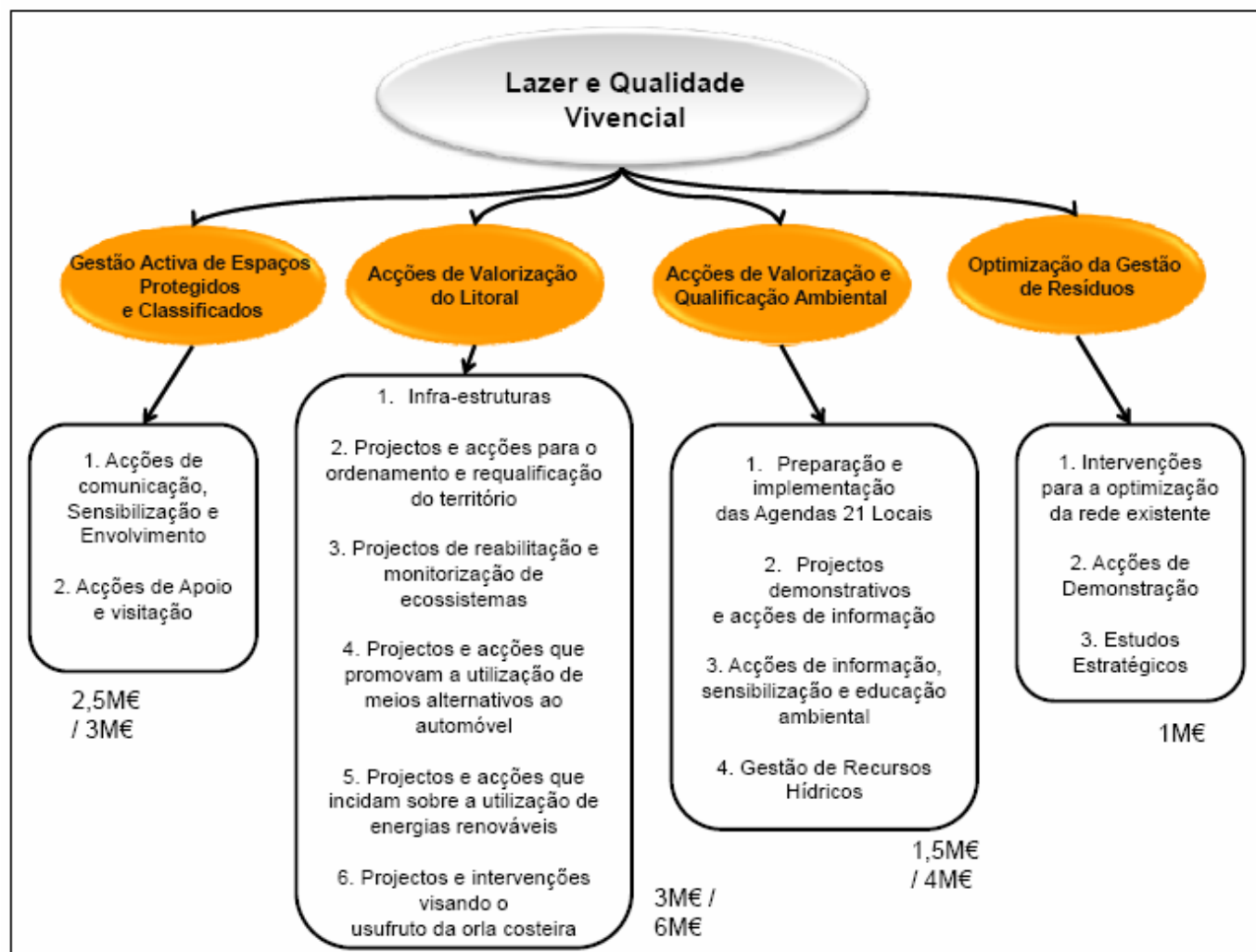
3.4.4 – Vivência Cultural – Investimentos no Eixo 3.



A aposta estratégica deste eixo de intervenção centra-se na alteração da visão da Política Cultural. Com esta nova abordagem pretende-se:

- Incentivar a programação em rede, de forma a colmatar as limitações existentes, criar massa crítica e satisfazer públicos diversificados;
- Aprofundar o conhecimento sobre as singularidades e reunir as informações já disponíveis de forma a fazê-las sobressair e perspectivar a valorização sócio-cultural e económica dessas singularidades;
- Aposta em projectos integrados mobilizadores de novos públicos e que transmitam novos valores da cultura;
- Reconhecer a necessidade de complementar a rede de equipamentos
- Interpretar novo contributo da cultura no desenvolvimento que vai para além do entretenimento, fomentando o sentido de pertença, qualificando o conceito de cidadania, desenvolvendo competências de criatividade e empreendedorismo e criando condições para a atracção e fixação de talentos.

3.4.5 – Lazer e Qualidade Vivencial - Investimentos no Eixo 4.



A aposta na área do Lazer e Qualidade Vivencial resulta da conjugação dos seguintes objectivos:

- Preocupação da fruição dos espaços naturais articulada com a valorização cultural e científica.
- Valorização dos espaços naturais (Ria e outras águas interiores)
- Nova agenda do ambiente, como forma de valorização de resíduos para o lançamento da base de um plano de acção para as questões das mudanças climáticas.
- Articular as dinâmicas anteriores com as tecnologias de informação e comunicação, o empreendedorismo e as AAEs.

Assim, a aposta no Ambiente procura tirar partido, não só da conciliação de um património natural ímpar, de onde se destaca a Ria de Aveiro, como da elevada pressão populacional da região.

A sua valorização cultural e científica, passa não só pela Valorização dos Espaços Naturais, como pela Gestão Activa de Recursos Naturais e da Biodiversidade e pela criação de Parques Ambientais e Eco-Museus, na óptica da Nova Agenda do Ambiente.

Ainda no contexto desta nova óptica, deverão ser promovidas acções de dinamização ambiental, criação de condições de fruição/visitação de áreas naturais, actividades de turismo de natureza, sinalética, centros de informação e interpretação, certificação de destinos naturais, criação de parques ambientais, de eco-museus, e também acções de requalificação e reabilitação do património natural.

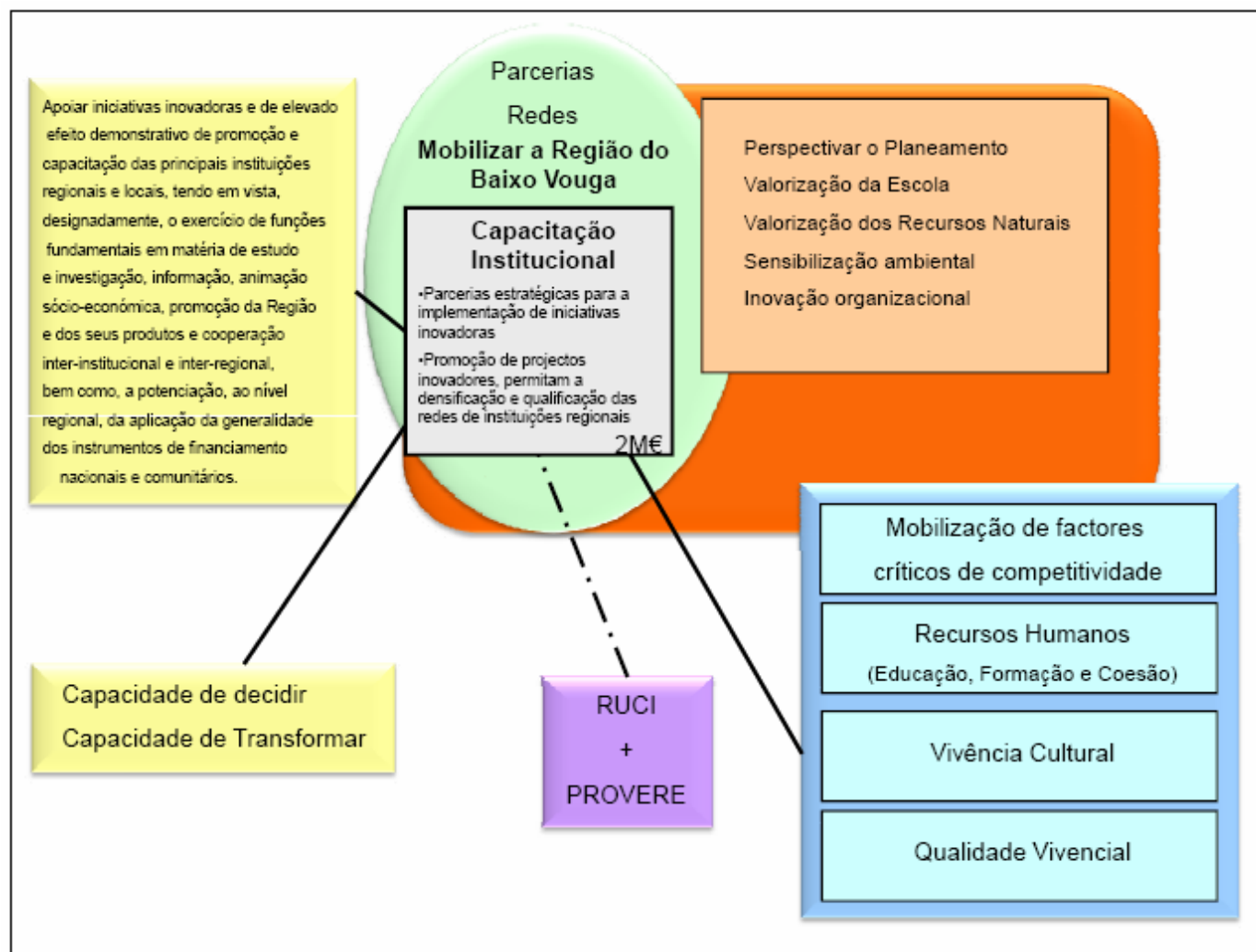
A qualificação do património ambiental, muito assente na "Ria de Aveiro", é uma aposta que passa pela necessidade da sua valorização, perspectivada numa óptica alargada e integrada, ao nível da fruição, da cultura e da investigação científica interligada com a valorização económica (pela dinamização do turismo), devidamente enquadrada pelas definições do Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro (UNIR@Ria).

Deverá no entanto considerar-se que, a valorização económica da Ria passa não só pela criação de espaços/zonas de fruição da Ria, ao nível de "navegabilidade", como por exemplo os cais de acostagem, mas também pelo aumento da mobilidade ciclável e pela recuperação dos espaços culturais.

Consequentemente, esta nova oferta exige novos e qualificados serviços de apoio, os quais poderão ser desenvolvidos por empresas de animação, possivelmente apoiadas pelas empresas incubadas

Ao nível dos resíduos, deverão realizar-se acções inovadoras para promover a valorização económica dos mesmos, procurando converter em oportunidades de negócio, em colaboração com as capacidades da Universidade de Aveiro, por exemplo.

3.4.6 – Capacitação Institucional - Investimentos no Eixo 5.



Os projectos apresentados nesta área da Promoção da Capacitação Institucional deverão incidir em parcerias estratégicas, como forma de promover as sinergias na acção dos diversos agentes regionais, que só serão eficazes se forem precedidos por um entendimento conjunto dos desafios e oportunidades de desenvolvimento.

Considera-se que se trata de uma aposta estratégica que permita uma aprendizagem para o futuro, permitindo a articulação entre escolas e dinâmicas empresariais, de debate de várias temáticas, especialmente aqueles que podem adquirir importância no futuro, como: alterações climáticas, identidade e globalização, desafios demográficos, cidadania e competitividade e coesão.

Este exercício também constituirá um apoio fundamental para acompanhar sobre os resultados da contratualização e perspectivar novas bases de política regional mais eficazes. Por último, permitirá identificar oportunidades que surjam deste exercício de cooperação.

3.5 - Das Apostas da Contratualização ao Quadro Financeiro

3.5.1 – Síntese do Quadro Financeiro

Tendo por base o programa idealizado para a subvenção global do Baixo Vouga, os municípios identificaram um conjunto de projectos que consideram reunir condições de viabilidade institucional, técnica e material no prazo temporal do QREN.

Com base nos projectos identificados, ponderando a programação financeira do Programa Operacional Regional do Centro, perspectivando o contributo que a região do Baixo Vouga dará para os próprios objectivos do Programa Operacional e, ponderando ainda as limitações financeiras globais do próprio Programa Operacional, propõe-se que se tenha em consideração os seguintes valores de referência, para as áreas estratégicas identificadas:

Proposta de afectação de verbas numa estimativa de 76M€.

EIXO 1 - COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO (Quatro Regulamentos Específicos)	40 M€
Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	30 M€
Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	2 M€
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento - EDSC	4 M€
Energia	4 M€
EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES E DOS SISTEMAS URBANOS (Um Regulamento Específico)	5 M€
Mobilidade Territorial	5 M€
EIXO 3 – CONSOLIDAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS SUB-REGIONAIS – (Quatro Regulamentos Específicos)	12M€
Património Cultural	3 M€
Rede de Equipamentos Culturais	5,5 M€
Equipamentos para a Coesão Local	1,5 M€
Mobilidade Territorial	2 M€
EIXO 4 - PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL – (Quatro Regulamentos Específicos)	17 M€
Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	4 M€
Acções de Valorização do Litoral	6 M€
Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	6 M€
Optimização da Gestão de Resíduos	1 M€
EIXO 5 – GOVERNAÇÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL – (Um Regulamento Específico)	2 M€
Promoção e Capacitação Institucional	2 M€
TOTAL	76 M€

3.5.2 – Proposta de plano de investimentos por eixos

1. Eixo 1 – Montante previsto 40M€

1.1. Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial – montante 30M€

a- Tipologia de Operações a contratualizar

A - Áreas de Acolhimento Empresarial:

a) Infra-estruturas físicas - projectos de infra-estruturas físicas de criação, expansão, qualificação e reconversão de AAE, inseridos numa óptica de coerência, racionalidade e complementaridade no seio da rede regional e supra-municipal de AAE.

b) Empreendedorismo - Projectos estruturados de promoção de novas empresas, promovidas pelas entidades gestoras de AAE ou por redes institucionais que integrem, entre outros parceiros, as referidas entidades gestoras, excluindo o co-financiamento directo de projectos empresariais

c) Serviços Partilhados e Acções de Divulgação:

Projectos que visem o reforço da capacidade de gestão e serviços partilhados no âmbito da AAE visando a capacitação e o reforço do potencial humano e a disponibilização de uma oferta de serviços otimizados às entidade utilizadoras deste tipo de infra-estruturas

Projectos de melhoria da capacidade de gestão das entidades gestoras de AAE, incluindo acções de benchmarking internacional e a participação em redes, associações e consórcios internacionais; incluem-se ainda nesta tipologia programas de divulgação da AAE junto de potenciais utilizadores

b- Promotores de Projectos

Pretende-se estabelecer um conjunto de projectos em rede, serão promotores desses projectos todos os Municípios do Baixo Vouga designadamente os Municípios de Águeda, Albergaria-a - Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga, e Vagos.

c- Calendarização

Está prevista a seguinte calendarização do investimento proposto:

2007 - 2010	2011- 2013	2007-2013
16,5M€	13,5M€	30M€

**1.2. Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento -
montante 2M€**

a- Tipologia de Operações a contratualizar

Projectos de divulgação e promoção científica e tecnológica (incluindo a vertente ambiental) e produção de recursos e conteúdos para esse efeito (por via da criação de contextos adequados de colaboração entre instituições científicas, empresas, autarquias, escolas e outras instituições da sociedade civil).

b- Promotores de Projectos

Pretende-se estabelecer um projecto em rede no qual participarão todos os municípios associados. Manifestaram interesse na apresentação de projectos de índole complementar os Municípios de Anadia, Ílhavo, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga.

c- Calendarização

Está prevista a seguinte calendarização do investimento proposto:

2007 - 2010	2011- 2013	2007-2013
1,1M€	0,9M€	2M€

1.3. Economia Digital e Sociedade do Conhecimento - EDSC - montante 4M€

a- Tipologia de Operações a contratualizar

- a) Projectos de sensibilização, massificação e dinamização da utilização da Internet em Banda Larga em espaços de acesso públicos que reúnam as condições para o efeito;
- b) Projectos de promoção da literacia digital, em particular os projectos baseados em relações de proximidade com grupos info-excluídos.
- c) Projectos de expansão da rede de espaços Internet
- d) Projectos de apoio à dinamização de novos serviços de carácter comunitário.
- e) Projectos de criação e digitalização de conteúdos temáticos e desenvolvimento de conteúdos e aplicações científicas, educativas e culturais.
- f) Projectos de criação e desenvolvimento de conteúdos e aplicações dirigidas a cidadãos com necessidades especiais;

b- Promotores de Projectos

Pretende-se estabelecer um projecto em rede, no qual participarão todos os municípios associados. Manifestaram interesse em apresentar projectos de índole complementar os Municípios de Águeda, Anadia, Estarreja, Vagos.

c- Calendarização

Está prevista a seguinte calendarização do investimento proposto:

2007 - 2010	2011- 2013	2007-2013
2,8 M€	1,2 M€€	4 M€

1.4 Energia - montante 4M€

a- Tipologia de Operações a contratualizar

Iniciativas/piloto inovadoras de produção (através de fontes renováveis) e de utilização racional de energia, envolvendo, nomeadamente, o apoio ao desenvolvimento de programas de acção e projectos piloto de:

- Utilização racional de energia e da eficiência energético-ambiental em equipamentos colectivos sociais existentes, bem como em edifícios de habitação social existentes,

através da utilização da água quente solar para a produção de águas quentes sanitárias;

- Valorização do potencial energético local e regional, que visem a promoção das energias renováveis e da eficiência energética, incluindo, por exemplo, a concepção e implementação de experiências-piloto de produção de energias renováveis com carácter demonstrador
- Estruturação e dinamização de uma rede de centros de recursos partilhados ao nível intermunicipal no domínio da análise da utilização racional de energia e, em particular, do desempenho energético de edifícios;
- Definição e dinamização de Planos de Informação e Comunicação, para a promoção e valorização sustentável e utilização racional de energia ao nível das NUTS II, envolvendo, nomeadamente, a organização de seminários, actos públicos, acções de sensibilização pontual técnica específica e elaboração de guias práticos

b- Promotores de Projectos

Pretende-se estabelecer um projecto em rede, no qual participarão todos os municípios associados. Manifestaram interesse em apresentar projectos de índole complementar os Municípios de Águeda, Anadia, Aveiro, Estarreja.

c- Calendarização

Está prevista a seguinte calendarização do investimento proposto:

2007 - 2010	2011- 2013	2007-2013
2,8M€	1,2M€€	4M€

2. Eixo 2 – Montante previsto 5M€

2.1. – Mobilidade Territorial – montante 5M€

a- Tipologia de Operações a contratualizar

- Promoção da mobilidade sustentável e de modos alternativos de transporte,
- Intervenções que visam promover a segurança e reduzir a sinistralidade rodoviária intra urbana.

b- Promotores de Projectos

Manifestaram interesse em apresentar projectos os Municípios de Águeda, Anadia, Estarreja, Ílhavo, Oliveira do Bairro e Ovar.

c- Calendarização

Está prevista a seguinte calendarização do investimento proposto:

2007 - 2010	2011- 2013	2007-2013
2,65M€	2,35M€	5M€

3. Eixo 3 – Montante previsto 12 M€

3.1. Património Cultural – Montante – 3M€

a- Tipologia de Operações

Projectos integrados de salvaguarda, valorização e animação do património.

b- Promotores de Projectos

Manifestaram interesse em apresentar projectos os Municípios de Aveiro, Estarreja, Ílhavo e Ovar

c- Calendarização

Está prevista a seguinte calendarização do investimento proposto:

2007 - 2010	2011- 2013	2007-2013
1,65 M€	1,35 M€	3M€

3.2. –Rede de Equipamentos Culturais – Montante 5,5 M€

a- Tipologia de Operações

1. Criação, ampliação, instalação e desenvolvimento de serviços de Bibliotecas Públicas a integrar na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas;
2. Recuperação e valorização de teatros e cine teatros;

b- Promotores de Projectos

Pretende-se estabelecer um projecto em rede, sendo que a própria associação de municípios considerará projectos nos quais participarão todos os municípios associados (nomeadamente de programação cultural em rede). Manifestaram interesse em apresentar projectos de índole complementar os Municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Oliveira do Bairro e Vagos.

c- Calendarização

Está prevista a seguinte calendarização do investimento proposto:

2007 - 2010	2011- 2013	2007-2013
3,025M€	2,475 M€	5,5M€

3.3. Equipamentos para a Coesão Local – montante 1,5 M€

a- Tipologia de Operações

Equipamentos públicos específicos vocacionados para a promoção de serviços, actividades e recursos, sobretudo quando concorram para requalificar e animar o património construído ou integrem intervenções de regeneração urbana

b- Promotores de Projectos

Manifestaram interesse em apresentar projectos os Municípios de Anadia, Ílhavo e Vagos

c- Calendarização

Está prevista a seguinte calendarização do investimento proposto:

2007 - 2010	2011- 2013	2007-2013
1M€	0,5M€	1,5M€

3.4. –Mobilidade Territorial (eixo 3) – Montante 2 M€

a- Tipologia de Operações

Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais, redes e sistemas nacionais, regionais e locais de mobilidade, nomeadamente:

- Promoção da mobilidade sustentável, de modos alternativos de transporte e de soluções inovadoras de transporte colectivo (p. ex: ciclovias, estruturas de prestação de serviços de transporte público;
- Planos e estudos intermunicipais estratégicos de transporte, designadamente os planos intermunicipais de mobilidade, que fomentem a articulação entre os diferentes modos de transporte, a racionalização do sistema e a minimização dos custos de investimento e de exploração.

b- Promotores de Projectos

Pretende-se estabelecer um projecto em rede, no qual participarão todos os municípios associados. Manifestaram interesse em apresentar projectos de índole complementar os Municípios de Águeda, Aveiro e Estarreja

c- Calendarização

Está prevista a seguinte calendarização do investimento proposto:

2007 - 2010	2011- 2013	2007-2013
1,10M€	0,90M€	2M€

4. Eixo 4– Montante Previsto 17 M€

4.1. Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados – Montante 4 M€

a- Tipologias de operações

Neste âmbito são apoiadas as operações que, genericamente, estejam incluídas nas seguintes tipologias:

- 1- Acções de apoio à visitação:
 - a. Caminhos, trilhos e rotas temáticas;
 - b. Sinalização e painéis, informativos e interpretativos;
 - c. Observatórios;
 - d. Infra-estruturas de informação e interpretação;
 - e. Suportes de comunicação e divulgação;
 - f. Centros de serviço ao visitante;
 - g. Natur-museus, relativos a temas magnos da conservação da natureza em Portugal;
 - h. Centros de interpretação e informação;
 - i. Equipamentos de suporte a actividades de relação com a natureza.

b- Promotores de Projectos

Pretende-se estabelecer um projecto em rede. Manifestaram interesse em apresentar projectos complementares os municípios de Aveiro, Ílhavo, Murtosa e Ovar.

c- Calendarização

Está prevista a seguinte calendarização do investimento proposto:

2007 - 2010	2011- 2013	2007-2013
2,15M€	1,85M€	4M€

4.2. Protecção e Valorização do Litoral – Montante 6 M€

a- Tipologias de operações

a) Projectos e acções visando o ordenamento e requalificação da ocupação territorial das zonas costeiras, lagunares e estuarinas; nomeadamente requalificação de frentes ribeirinhas, e valorização de espaços degradados; ordenamento e valorização de núcleos de pesca artesanal e de pontos de atracagem de embarcações; ordenamento e balizamento da navegação; apoio a actividades compatíveis com a sensibilidade dos ecossistemas costeiros e lagunares; remoção de obstáculos que prejudiquem o enquadramento paisagístico e a visualização da paisagem;

b) Projectos e acções de reabilitação e monitorização de ecossistemas costeiros e de áreas ambientalmente degradadas, incluindo recuperação dunar; recarga de praias, desassoreamentos de canais, estabilização, desmonte e saneamento de arribas, balizamento e sinalização de áreas de risco, remoção de estruturas em áreas de risco em arribas, dunas, canais e linhas de água e zonas lagunares, bem como valorização e reforço de motas e margens de águas dominiais e descontaminação de zonas lagunares contaminadas e recuperação das degradadas;

b- Promotores de Projectos

Pretende-se estabelecer um projecto em rede, no qual participarão todos os municípios associados. Manifestaram interesse em apresentar projectos complementares os municípios de Ílhavo e Murtosa

c- Calendarização

Está prevista a seguinte calendarização do investimento proposto:

2007 - 2010	2011- 2013	2007-2013
3,3M€	2,7M€	6M€

4.3. Acções de Valorização e Qualificação Ambiental – Montante 6 M€

a- Tipologias de operações

- a) Preparação e implementação das Agendas 21 Locais;
- b) Requalificação ambiental e reabilitação do património natural
- c) Gestão de Recursos Hídricos – Águas Interiores:
 - o Conservação e reabilitação da rede hidrográfica, incluindo limpeza e desassoreamento de linhas de água, zonas ribeirinhas e das zonas húmidas;
 - o Acções de valorização de zonas fluviais e recuperação do património associado;

b- Promotores de Projectos

Pretende-se estabelecer um projecto em rede, no qual participarão todos os municípios associados. Manifestaram interesse em apresentar projectos complementares os municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga.

c- Calendarização

Está prevista a seguinte calendarização do investimento proposto:

2007 - 2010	2011- 2013	2007-2013
3,2M€	2,8M€	6M€

4.4. –Optimização da Gestão de Resíduos – Montante 1 M€

a- Tipologias de operações

1. Intervenções que visem otimizar as redes existentes de recolha selectiva, designadamente, as que permitam diversificar modos de recolha e fluxos de resíduos recolhidos selectivamente, melhorar a gestão de resíduos perigosos presentes no fluxo de resíduos sólidos urbanos, bem como instalar sistemas de informação associados às redes de recolha;

2. Acções de demonstração visando melhorar as práticas de gestão, impulsionar o mercado de resíduos, promover a redução da produção de resíduos sólidos urbanos e a separação de resíduos na origem;
3. Estudos estratégicos e campanhas de sensibilização, de âmbito regional ou local, gerais ou específicas, orientadas para vários segmentos de público (doméstico, escolas, comércio, associações empresariais, etc.), visando melhorar o comportamento ambiental dos cidadãos e das empresas, divulgando informação sobre a sociedade da reciclagem e os novos padrões de consumo.

b- Promotores de Projectos

Pretende-se estabelecer um projecto em rede, no qual participarão todos os municípios associados.

c- Calendarização

Está prevista a seguinte calendarização do investimento proposto:

2007 - 2010	2011- 2013	2007-2013
0,4M€	0,6M€	1M€

5. Eixo 5 – Montante Previsto – 2 M€

5.1. Promoção e Capacitação Institucional – montante 2 M€

a- Tipologia de operações

As operações que visem a preparação de parcerias estratégicas para a implementação de iniciativas inovadoras para o desenvolvimento territorial e a promoção de projectos inovadores com elevado efeito demonstrativo, que, simultaneamente, permitam a densificação e qualificação das redes de instituições regionais de apoio ao desenvolvimento em exercício de funções.

Essas iniciativas poderão incidir em domínios, tais como:

- a. Prospectiva e planeamento;

- b. Informação de apoio ao desenvolvimento;
- c. Dinamização turística;
- d. Desenvolvimento local;
- e. Promoção dos produtos regionais ou de fileiras produtivas;
- f. Valorização do património, cultura e artesanato;
- g. Acções de promoção e valorização da escola e das qualificações escolares como motores de desenvolvimento regional;
- h. Acções de dinamização dos interfaces entre a escola e agentes locais, nomeadamente empresas, instituições gestoras de equipamentos culturais e de lazer; cooperação e promoção externa;
- i. Valorização dos recursos naturais e sensibilização ambiental;
- j. Promoção e produção de conteúdos regionais e apoio à inovação organizacional.

b- Promotores de Projectos

Pretende-se estabelecer um projecto em rede, no qual participarão todos os municípios associados. Manifestaram interesse em apresentar projectos complementares os municípios de Aveiro e Ovar.

c- Calendarização

Está prevista a seguinte calendarização do investimento proposto:

2007 - 2010	2011- 2013	2007-2013
1,1M€	0,9M€	2M€

3.6 - Articulação com outros Programas de Financiamento

3.6.1 Prosperidade Económica

Para além dos regulamentos enunciados, a aposta na “Prosperidade Económica” é reforçada com o recurso a outros programas operacionais.

Neste sentido, o Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC) é um programa-chave enquanto complemento às medidas previstas no âmbito do projecto estruturante.

Em primeiro lugar, o sistema de incentivos ao investimento das empresas - instrumento para a dinamização da competitividade e produtividade das empresas nas AAEs e de concretização de potenciais novas empresas, que se traduz em termos de incentivos a I&D privada, à inovação e à qualificação de PME.

No mesmo quadro, os referidos incentivos às empresas que se localizem na AAE poderão ser potenciados se complementados com estratégias colectivas para o desenvolvimento dos factores críticos de sucesso, como o *upgrading* da especialização e dos modelos empresariais, nomeadamente de incentivo à inovação, as redes de cooperação, a internacionalização e a diminuição dos custos de contexto.

Finalmente, as estratégias de eficiência colectiva permitem favorecer lógicas de aglomeração territorial ou sectorial, geradoras de cooperação e funcionamento em rede entre empresas e com os centros de conhecimento.

O Programa Operacional Potencial Humano (POPH) constitui, sem dúvida, uma componente indispensável para o desenvolvimento de uma área de acolhimento empresarial “de nova geração”. Assume particular relevância para o quadro de apostas estratégicas do PTD o apoio a empreendedores (eixo 5, tipologia 5.1), o financiamento de estágios profissionais na administração local (eixo 5, tipologia 5.2) e a formação de quadros empresariais (de realçar o programa de formação-acção para PME, e a formação para a Inovação, do eixo 3).

O mesmo se poderá afirmar relativamente ao Programa Operacional Valorização do Território (POVT), em especial as Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano, cujos temas “Construção Sustentável” e “Criatividade e Empreendedorismo na Valorização dos Recursos Territoriais” constituem formas de implementar a estratégia veiculada no PTD.

A estratégia enunciada também será complementada através do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) (que abrange Vagos e Sever do Vouga e algumas freguesias nos concelhos de Águeda e Albergaria). Algumas áreas apoiadas referem-se à inovação, à orientação da produção para o mercado, à reestruturação empresarial e à promoção da competitividade das empresas da área florestal. O Programa Operacional de Pesca também será utilizado em especial pelos municípios de Ílhavo e Ovar, como elemento de apoio à modernização do sector e à diversidade sócio-económico das comunidades mais dependentes da Pesca.

Haverá deliberadamente a preocupação de inserção em redes europeias, designadamente os Programas de Cooperação Territorial Europeia, no sentido de partilhar objectivos e/ou questões estratégicas, bem como alargar o leque de potenciais parceiros. Sendo certo que na Cooperação Transfronteiriça o Baixo Vouga não é elegível, há domínios importantes que poderão ser explorados no âmbito do SUDOE (Programa de Cooperação Transnacional Sudoeste Europeu), do Espaço Atlântico (Programa de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico) e do INTERREG IV-C, entre outros. Em relação à aposta na prosperidade económica, esses domínios poderão consistir nos seguintes:

- i) O “INTERREG IVC” – “Promoção da Inovação e Economia do Conhecimento”
- ii) O “SUDOE” – “Promoção da Inovação e Constituição de Redes Estáveis de Cooperação em Matéria Tecnológica”, cujo enfoque é particularmente premente na criação de redes de desenvolvimento de projectos internacionais de I&D e de Inovação.
- iii) O “Programa Interregional Espaço Atlântico” – “Empreendedorismo e Inovação”, apoiando também as actividades económicas relacionadas com o mar.

A aposta na Eficiência Energética encontra igual paralelo, e de uma forma transversal, nos Programas Interregionais, nomeadamente em termos de soluções inovadoras de eficiência energética nos campos da gestão da água, da construção e da utilização doméstica. O investimento poderá, inclusive, recorrer a financiamento para além dos fundos estruturais, destacando-se o programa Intelligent Energy Europe, mais propriamente o sub-programa SAVE, direccionado para a eficiência energética na construção.

3.6.2 Mobilidade Sustentável

A aposta na Mobilidade Sustentável assenta igualmente na participação nos programas interregionais. No que se refere ao INTERREG IV-C, são apoiadas iniciativas destinadas à promoção do uso de modos de transporte não motorizados e colectivos, em conjunto com planos de gestão da mobilidade. No Programa Espaço Atlântico um dos objectivos é a promoção da interoperabilidade, que se traduz no apoio a estudos, parcerias e redes de

investigação, de âmbito transnacional, para o desenvolvimento de sistemas multimodais, para a melhoria de acessibilidade nas diferentes formas de mobilidade sustentável e na melhoria do serviço de transporte colectivo.

3.6.3 Vivência Cultural

A aposta numa nova visão para a política cultural regional será complementada e reforçada com outros programas operacionais.

Nas freguesias rurais do Baixo Vouga, o PRODER poderá apoiar acções que contribuam para o reforço da identidade e da atractividade do território. Essas acções compreendem, por um lado, a recuperação e beneficiação do património rural de interesse colectivo (com a excepção do património classificado), e a refuncionalização de edifícios de traça tradicional para actividades associadas à preservação e valorização da cultura local. Por outro lado, apoia acções de preservação e recuperação de práticas e tradições culturais (gastronomia, espólios documentais, artes e ofícios, música, etc.)

A nova política cultural será também reforçada pelos Programas Interregionais.

O INTERREG IV-C e o “Espaço Atlântico” apoiam iniciativas que aproveitam, enquanto factor de desenvolvimento, a especificidade e o potencial endógeno local e regional, nomeadamente através da promoção de um turismo sustentável. O município da Murtosa está actualmente envolvido na candidatura do projecto “Cidades Criativas” ao INTERREG IV-C, juntamente com a Universidade de Aveiro e outras dezassete entidades de nove países europeus diferentes.

No caso do SUDOE, a protecção, recuperação, valorização e animação do património cultural, bem como de outras actividades culturais, surgem como qualificadoras de um desenvolvimento urbano sustentável, podendo integrar nomeadamente, estratégias de revitalização de espaços urbanos. Por sua vez, o papel da Cultura como agente de integração e coesão social é explorado no âmbito do programa URBACT II.

3.6.4 Lazer e Qualidade Vivencial

Também neste capítulo, constituem os Programas Interregionais parte da estratégia e desenvolver neste eixo, com o objectivo de desenvolver projectos de cooperação e troca de experiências e políticas em áreas ambientalmente sensíveis, como a Rede Natura 2000 e as zonas litorais.

De realçar o Programa Interregional “Espaço Atlântico” cujo objectivo prende-se com a protecção e valorização de espaços naturais, recursos hídricos e zonas costeiras, nomeadamente através da troca de experiência sobre estratégias de conservação, o desenvolvimento de soluções-modelo e teste de novos métodos, e o desenvolvimento de novas técnicas de planeamento para a prevenção e mitigação dos efeitos das alterações climáticas. Também o INTERREG IV-C contempla preocupações com a prevenção de riscos naturais, a gestão da água, os resíduos e a preservação da biodiversidade e do património cultural, que constituem sem dúvida uma oportunidade de estabelecimento de parcerias.

3.7 - Articulação com as Orientações Estratégicas do PROT-C

O Programa Regional de Ordenamento do Território da Região Centro – PROT-C - encontra-se em elaboração. Por tal facto, não é possível efectuar uma análise completa de enquadramento deste Programa Territorial de Desenvolvimento - PTD - para a Sub-Região do Baixo Vouga. No entanto, os documentos preliminares já produzidos, divulgados e discutidos em sessões de trabalho, com os diferentes interlocutores, permitem evidenciar, desde já, uma grande coerência do Programa Territorial de Desenvolvimento para a Sub-Região do Baixo Vouga com os conceitos e, com as matrizes de políticas públicas, designadamente de nova geração, e ainda com os projectos físicos, projectos imateriais e medidas de política, até agora apresentados e consensualmente aceites como enformadores do PROT-C.

Desde logo, destaca-se o tema das políticas de inovação e competitividade em que é proposta a qualificação e reconversão do sistema produtivo para uma estrutura em rede. Este princípio orientador está claramente vertido na proposta de contratualização para a NUTS III do Baixo Vouga. Em primeiro lugar, propõe-se uma rede do conhecimento e tecnologia: Parques de Conhecimento e Tecnologia (PCT's) e de Centros de Apoio Tecnológico (CAT's). Em segundo lugar, uma rede de intra-estruturas qualificadas: Áreas de Localização Empresarial Certificadas (ALEC's) e de Zonas Empresariais dedicadas às Micro e Pequenas Empresas (ZEMPE's).

Os PCT - Parques de Conhecimento e Tecnologia – são estruturas desenvolvidas a partir das Universidades e terão como vocação principal a I&D, o apoio ao empreendedorismo de base tecnológica e o apoio ao desenvolvimento de actividades transversais às indústrias criativas, designadamente arte, cultura, design, e entretenimento.

Os CAT - Centros de Apoio Tecnológico - são estruturas desenvolvidas a partir dos Institutos Politécnicos para funcionar em rede e de forma complementar aos PCT. Estes centros terão como principal missão, identificar necessidades empresariais e apresentar soluções técnicas.

Especial referência à Universidade de Aveiro, sediada na Sub-Região do Baixo Vouga que, desde a sua fundação em 1973, sempre privilegiou a relação com o tecido produtivo da região e, também, com outras entidades nacionais e internacionais, com as quais coopera em diversos projectos e programas e às quais presta importantes serviços, sendo por isso um espaço de investigação onde se desenvolvem produtos e soluções inovadoras que contribuem para o avanço da ciência e tecnologia.

A Universidade de Aveiro tem devidamente integradas Escolas Superiores de Ensino Politécnico nas áreas tecnológicas e da saúde. Além disso, foi pioneira a nível nacional, no desenvolvimento de formação pós-secundário, especialmente, na promoção da criação, creditação e funcionamento de Cursos de Especialização Tecnológica (CETs), fruto de um exercício de identificação de necessidades formativas que envolveram um leque variado de empresas e suas associações, Câmaras Municipais e demais parceiros locais do sistema de ensino e formação. Este facto, permite ao UA ser um parceiro quer para os PCT - Parques de Conhecimento e Tecnologia, quer para os CAT - Centros de Apoio Tecnológico. Assim, A UA apresenta-se como uma mais-valia para a sub-região do Baixo Vouga e, uma garantia acrescida para o desenvolvimento sustentado que se pretende muito para além de 2013.

No sector da Energia, o PROT-C considera relevante, e este PTD também, a criação e implementação de um programa interdisciplinar de avaliação e de melhoria da eficiência energética nos edifícios públicos, de modo a promover a criação de competências técnicas, de códigos de boas práticas e a servir como exemplo para o sector privado e habitacional.

No quadro de referência ambiental e nos domínios da poluição do ar, das alterações climáticas e dos recursos hídricos existem concordâncias gerais sobre as acções de Sensibilização/Formação/Investigação em todos os domínios e áreas, e também concordâncias absolutas nas necessidades de estudos e acções na mobilidade, nos transportes escolares e na construção de ciclovias.

Os riscos, especialmente associados à dinâmica costeira, e a sua mitigação, são preocupações proactivas, traduzidas em medidas e projectos concretos, quer do PROT-C quer deste PTD.

No sistema urbano da sub-região do Baixo Vouga, organizado a partir do centro regional de Aveiro e dos centros estruturantes de Ílhavo, Águeda, Ovar e com uma estrutura múltipla de centros urbanos complementares, reconhecidamente especial e inovador, no contexto regional e nacional, deverá ser articulada a produção e a oferta de serviços na área do conhecimento (ensino superior, estruturas de base tecnológica e de investigação), e desenvolver serviços avançados de apoio à actividade empresarial; deve ser garantida uma oferta completa – desde a central à de proximidade, da generalista à especializada - de equipamentos e serviços de educação, saúde, cultura, lazer e apoio social. É nesse sentido que apontam os projectos deste PTD referentes a esse domínio.

Em relação ao tema cultural, o PROT-C evidencia preocupação com a recuperação do património cultural, arqueológico e construído, incentiva o empreendedorismo na promoção e divulgação dos valores patrimoniais e a inserção de técnicos especializados nesta matéria. A proposta do PTD integra estas orientações, indo no entanto um pouco mais longe, ao reconhecer e procurar o explorar o papel que as dinâmicas culturais podem desempenhar,

nomeadamente, na coesão social, na revitalização urbana e rural, na abertura da região ao mundo e na formação dos cidadãos.

O PROT-C destaca nos seus documentos preliminares um capítulo para a sub-unidade territorial Ria de Aveiro, onde aborda a sua especificidade propondo, entre outras, a qualificação das frentes de água (oceânicas e ribeirinhas) no âmbito da qualidade urbanística e da qualidade de vida dos cidadãos, bem como a qualificação urbanística dos aglomerados ribeirinhos, mediante o ordenamento e estruturação dos espaços públicos das frentes ribeirinhas; acções de informação/formação para as comunidades locais ajustadas aos valores naturais locais, desenvolvendo uma relação sócio-identitária que proporcione o envolvimento das populações na conservação da natureza e biodiversidade; criação de infra-estruturas de apoio à educação/formação ambiental (centros interpretativos da Natureza, eco-museus, centros de monitorização e informação ambiental), e de itinerários temáticos naturais e culturais, trilhos e percursos pedestres interpretativos à escala municipal e intermunicipal; a promoção do Turismo de Natureza em detrimento do turismo de massas, orientando o investimento turístico para iniciativas subordinadas às temáticas da conservação da natureza, valorização paisagística e recuperação patrimonial.

4 – Disposições de Implementação

4.1 – Estrutura de Gestão

A gestão da Subvenção Global da sub-região NUTS III do Baixo Vouga é cometida à Grande Área Metropolitana de Aveiro (que será adaptada à nova associação de municípios que vai derivar da aplicação do novo regime jurídico), a qual integra os municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

A gestão da Subvenção Global respeitará as disposições do Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, e do Regulamento Nacional do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo de Coesão, aprovado em 4 de Outubro de 2007 pela Comissão Ministerial do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

A Associação de Municípios dotar-se-á dos meios técnicos e humanos necessários para garantir uma gestão rigorosa dos recursos postos à sua disposição no âmbito e para os fins contratados na Subvenção Global, criando para o efeito uma estrutura de gestão independente. Com esta estrutura pretende-se atingir um elevado nível de eficiência e qualidade na gestão, no acompanhamento e na comunicação dos resultados do programa. Acresce que, havendo uma agenda de política pública diferente, o processo de avaliação no sentido de acumulação de novos conhecimentos é tido como um desafio essencial.

A Estrutura de Gestão será constituída por:

- a) Um Gestor
- b) Uma Equipa Técnica
- c) Uma Comissão Consultiva

De forma a garantir uma gestão profissional, a Associação de Municípios designará um gestor que será responsável e/ou desempenhará as seguintes funções nucleares:

- i. Recepção das candidaturas, promoção da sua análise e decisão de aprovação;
- ii. Verificação da despesa e pagamentos aos beneficiários e acompanhamento físico e financeiro da execução dos projectos;
- iii. Comunicação aos beneficiários da decisão que recaiu sobre as suas candidaturas.

No desempenho das suas funções, o gestor será apoiado tecnicamente por uma pequena estrutura (Equipa Técnica), proposta pelo mesmo e nomeada pelo Conselho de Administração da Associação de Municípios. O gestor ficará, ainda, responsável pelo desempenho de todas as

funções contratuais ligadas à gestão e acompanhamento da Subvenção Global, passando, igualmente, a ter ligações directas com o Gestor do Programa Operacional para todos os efeitos ligados à gestão e para o processo de confirmação das aprovações.

No apoio às funções do gestor, será constituída uma Comissão Consultiva, formada por personalidades da região, designadamente autarcas, empresários e investigadores. As actividades a desenvolver por esta comissão centrar-se-ão no apoio à qualificação dos projectos e iniciativas a desenvolver com base nos fundos comunitários, nomeadamente:

- i. Apreciar as propostas de projectos numa fase prévia à sua análise por parte do gestor da Subvenção Global;
- ii. Apoiar a concepção de propostas, sempre que tal seja requerido pelos promotores;
- iii. Indicar/sugerir áreas temáticas de intervenção que possam complementar e valorizar os projectos apresentados;
- iv. Contribuir para o acompanhamento e a valorização social e institucional da aplicação dos fundos estruturais da região.

No que respeita ao processo de acompanhamento e avaliação dos projectos, e dada a complexidade e a diversidade dos desafios que se colocam aos processos de desenvolvimento da sociedade (em geral) e da região (em particular), este deverá proceder-se de acordo com dois registos analíticos complementares:

- a) Por um lado, através da análise periódica dos resultados e impactes alcançados para a obtenção dos objectivos específicos propostos;
- b) Por outro, através da realização anual de seminários/encontros que constituirão momentos de divulgação, reflexão e debate sobre a execução da Subvenção Global.

Sublinhe-se que estas formas de interacção com a comunidade constituem um momento fundamental, pela importância que esta assume na qualificação e sustentabilidade dos percursos de desenvolvimento na sociedade contemporânea. Serão, pois, oportunidades ideais para as entidades responsáveis pelos diversos programas e projectos terem uma atenção especial na divulgação das suas actividades, dos recursos que lhe são afectos, das expectativas que as justificam e na apresentação pública de resultados alcançados.

A organização, promoção e realização destes seminários/encontros deverá ser apoiada pela Comissão Consultiva.

Importa, por fim, referir que a gestão da Subvenção Global será suportada por um sistema de informação que satisfaça as condições que lhe sejam fixadas pela autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Centro.

4.2 – Selecção e aprovação dos projectos

Os projectos são apresentados pelos promotores/entidades beneficiárias à Associação de Municípios através de um formulário de candidatura *on-line* disponível no site da Associação de Municípios. Tal formulário permitirá juntar em anexo todas as informações complementares necessárias à análise e apreciação da candidatura, sem prejuízo de algumas peças do projecto de candidatura poderem vir a ser entregues em suporte papel.

As candidaturas são entregues em contínuo, pelo que não são definidos prazos pré-estabelecidos para a sua apresentação, o que possibilitará acelerar a execução dos projectos de forma a permitir atingir os objectivos quantificados na Subvenção Global.

A Equipa Técnica verificará as condições de acesso do projecto e do promotor e, em consonância com os critérios de selecção previstos em cada área de intervenção, emitirá parecer fundamentado propondo ao gestor uma decisão de aprovação ou não aprovação dos projectos para co-financiamento.

A decisão de financiamento é formalizada através de um termo de aceitação a celebrar entre o beneficiário e o gestor da Subvenção Global em nome da Associação de Municípios, do qual constarão:

1. A designação da operação que é objecto de financiamento;
2. Os objectivos e os indicadores de realização e resultado, quando aplicável, a alcançarem pela operação;
3. O custo total da operação, o montante da comparticipação e a respectiva taxa;
4. A identificação da conta bancária específica do beneficiário para pagamentos do FEDER;
5. As responsabilidades formalmente assumidas pelas partes contratantes no cumprimento das normas e disposições nacionais e comunitárias aplicáveis;
6. Os prazos de pagamento ao beneficiário;
7. O conteúdo e a periodicidade dos relatórios de execução e operação, a apresentar pelo beneficiário ao gestor da Subvenção Global;
8. A obrigação de o beneficiário garantir a criação de um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação;
9. A obrigação de o beneficiário respeitar integralmente as normas de contratação pública aplicáveis e evidenciar claramente a articulação entre a despesa declarada e o processo de contratação pública respectivo;
10. A especificação das consequências de eventuais incumprimentos, incluindo a rescisão;

11. As disposições para recuperar os montantes indevidamente pagos, incluindo a aplicação de juros de mora e de juros compensatórios;
12. Os procedimentos a observar na alteração da operação.

Para os projectos geradores de receitas deverão constar também do termo de aceitação:

1. A obrigação de o beneficiário informar a autoridade de gestão das receitas líquidas geradas ao longo de 5 anos após a conclusão da operação, no caso de não ser possível estimar com antecedência as respectivas receitas;
2. A obrigação de o beneficiário informar a autoridade de gestão quando as receitas líquidas determinadas para efeito do cálculo de comparticipação sofrerem alteração consubstancial;
3. A obrigação de o beneficiário restituir montantes que venham a ser devolvidos ao orçamento geral da EU na sequência da identificação de receitas que não tenham sido devidamente consideradas no âmbito de pagamentos efectuados à operação.

4.3 – Pagamentos

Na sequência da comunicação e aprovação do apoio do FEDER à operação em causa (e do estabelecimento do contrato de financiamento, quando for caso disso), o promotor pode apresentar ao gestor da Subvenção Global pedidos de pagamento, em formulário próprio, disponibilizado electronicamente. O pedido de pagamento será sempre acompanhado de cópias autenticadas dos documentos de despesas respectivos (despesa realizada e paga pelo beneficiário).

Em alternativa, e sempre que haja legislação específica que o permita, o pedido de pagamento pode ser acompanhado das respectivas facturas (devendo os documentos relativos ao pagamento da despesa serem remetidos nos prazos que tal legislação indique).

Em ambos os modelos, os beneficiários deverão assegurar que os originais dos documentos de despesa relativos à operação são objecto de aposição de um carimbo com menção ao PO, eixo prioritário, código do projecto, número de lançamento na contabilidade geral, a taxa de imputação e rubrica de investimento.

Os reembolsos efectuados à operação e para o beneficiário da mesma, serão feitos pelo gestor da Subvenção Global para uma conta específica, aberta pela entidade proponente da operação.

Os reembolsos das despesas efectuadas serão realizados até ao limite de 95% do total do co-financiamento do FEDER, devendo os restantes 5% ser desbloqueados aquando da apresentação, ao Gestor da Subvenção Global, do relatório final de encerramento da operação (e depois de verificação da conclusão física e financeira da operação).

Com vista a permitir o pagamento das participações financeiras do FEDER, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR) efectua transferências directas para a AMRIA/gestão da Subvenção Global, em regime de adiantamento ou de reembolso, mediante ordem de pagamento a emitir pela autoridade de gestão do PO Regional do Centro.

O circuito financeiro entre o IFDR e a Associação de Municípios é definido em protocolo a estabelecer entre estas partes e as autoridades de gestão.

O prazo máximo de pagamento ao beneficiário será de 60 dias a partir da apresentação de cada pedido de pagamento, devidamente instruído; este prazo poderá no entanto ser alargado caso não haja liquidez na conta da Subvenção Global.

Os juros gerados pelas transferências da Comissão Europeia a título de adiantamento, desde a entrada na conta titulada pelo Associação de Municípios /gestão da Subvenção Global até à saída para os beneficiários dos apoios serão canalizados para a Subvenção Global como parte da participação pública nacional, e serão declarados à Comissão Europeia aquando do encerramento do Programa.

As regras de utilização dos juros acumulados durante o período de programação, serão definidas no acordo assinado entre a autoridade de gestão e o organismo intermédio responsável pela subvenção global. Deverão ser comunicadas à autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Centro eventuais situações de suspensão de pagamentos e respectivas anulações acompanhadas da devida fundamentação.

4.4 – Controlo e recuperação de verbas indevidas

O gestor da Subvenção Global comunicará à autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Centro todas as informações relevantes em relação às dívidas a este programa relacionadas com projectos integrantes da subvenção global.

A constituição da dívida e respectiva fundamentação deverá ser comunicada pelo gestor da Subvenção Global ao beneficiário, com conhecimento à autoridade de gestão do Programa

Operacional Regional do Centro e ao IFDR, independentemente do processo de recuperação adoptado.

Aquando se justificar a recuperação de montantes indevidamente pagos ou não justificados, a respectiva restituição será efectuada através da compensação com créditos já apurados ou passíveis de apuramento a curto prazo, relativos à mesma operação, salvaguardando o disposto no n.º 3 do artigo 98.º do Regulamento n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho.

Na impossibilidade de ser efectuada a compensação referida anteriormente, o gestor da Subvenção Global notificará o beneficiário sobre o montante a restituir, o respectivo prazo e a fundamentação da decisão. Desta notificação será informado tanto a autoridade de gestão do Programa Operacional como o IFDR.

Os montantes que sejam objecto de restituição ao orçamento geral da UE, em resultado das receitas não tidas em conta para efeitos do cálculo da comparticipação comunitária ou não deduzidas nas despesas, serão recuperados pelo IFDR junto do Gestor da SG que para o efeito deverá recuperá-los junto dos beneficiários responsáveis pelas respectivas operações.

4.5 – Relatórios de execução

O gestor de Subvenção Global deverá elaborar um relatório de execução sobre o progresso físico e financeiro das operações apoiadas, em conformidade com o modelo geral aprovado para os programas operacionais do FEDER. Esse relatório deverá ser remetido anualmente à autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Centro, em data a definir.

O relatório anual de execução deverá necessariamente evidenciar os progressos registados na prossecução dos objectivos quantificados para a Subvenção Global, nos indicadores de acompanhamento das diversas áreas de intervenção e na evolução da execução financeira. Toda a informação deverá necessariamente ser ventilada por área de intervenção e por eixo do Programa Operacional.

5 – Regulamentação e Tipologias de Operações das Áreas de Intervenção

Os regulamentos respeitantes às áreas de intervenção anteriormente referidas são discriminados de seguida:

EIXO 1 - COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO (Quatro Regulamentos Específicos)
Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento Economia Digital e Sociedade do Conhecimento - EDSC Energia
EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES E DOS SISTEMAS URBANOS (Um Regulamento Específico)
Mobilidade Territorial
EIXO 3 – CONSOLIDAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS SUB-REGIONAIS – (Três Regulamentos Específicos)
Património Cultural Rede de Equipamentos Culturais Equipamentos para a Coesão Local Mobilidade Territorial
EIXO 4 - PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL – (Quatro Regulamentos Específicos)
Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados Acções de Valorização do Litoral Acções de Valorização e Qualificação Ambiental Optimização da Gestão de Resíduos
EIXO 5 – GOVERNAÇÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL – (Um Regulamento Específico)
Promoção e Capacitação Institucional

5.1 –Regulamento Subvenção – Eixo 1. -Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística

1.Objectivos

Os objectivos das tipologias a contratualizar enquadram-se nos objectivos do regulamento específico, que são:

- a) Criação, requalificação e reconversão de áreas de acolhimento empresarial, elevando a sua qualidade e qualificação, racionalizando e dando coerência à rede regional e local deste tipo de espaços,
- b) Apoio à gestão destas plataformas, nomeadamente no que respeita à oferta de serviços partilhados e, ainda, a promoção do empreendedorismo local.

2. Tipologia de Operações

As operações elegíveis no âmbito da corrente medida consistem em intervenções nas Áreas de Acolhimento Empresarial .

Áreas de Acolhimento Empresarial:

- Infra-estruturas físicas
- Empreendedorismo
- Serviços Partilhados e Acções de Divulgação

3.Categorias de beneficiários

- a) Municípios
- b) Sociedades gestoras de capitais maioritariamente públicos, vocacionadas para actividades de criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial

4.Condições de Acesso dos Projectos

As operações, para além de obedecerem às condições previstas no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem respeitar as seguintes condições gerais de admissibilidade e de aceitabilidade:

- a) Enquadrar-se nas Áreas de Intervenção e Tipologias de Operações referidas anteriormente;
- b) Enquadrar-se, quando aplicável, nas orientações e prioridades definidas no Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT), e em planos sectoriais e de ordenamento do território;
- c) Serem apresentados nos termos, condições e prazos fixados pela Autoridade de Gestão;

- d) Cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura;
- e) Não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro programa nacional ou comunitário
- f) Respeitar os procedimentos legalmente exigidos em termos de contratação pública
- g) Dispor, quando aplicável, de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado;
- h) O beneficiário deverá, quando aplicável, demonstrar capacidade para assegurar a continuidade futura da realização das acções e previstas nas operações do nos termos legais e respectivo parecer sectorial

5. Condições de acesso dos beneficiários

Os beneficiários, além de preencherem as condições gerais estabelecidas no artigo 10º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem demonstrar ainda, para efeitos de admissão e aceitação da candidatura, que o objecto, as competências e a natureza das suas actividades são coerentes com os objectivos da operação.

6. Taxas de co-financiamento FEDER

O tipo de co-financiamento FEDER reveste a forma de ajuda não reembolsável, numa taxa máxima de 70% das despesas elegíveis.

7. Critérios e modo de selecção

A selecção dos projectos é feita pelo gestor do organismo intermédio de gestão, mediante os seguintes critérios:

- a) Qualidade intrínseca da Operação
- b) Contributo para a criação e instalação de empresas na região
- c) Contributo para a política de coesão regional e ordenamento do território.

8. Indicadores de realização e resultado

Indicadores de Realização	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Incentivo ao empreendedorismo – N° empresas criadas/ n° empresas apoiadas (%)	-	10%	20%
N° de programas de divulgação junto de potenciais utilizadores		11	22

Nº de AAEs apoiadas	-	11	11
---------------------	---	----	----

Indicadores de Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Empresas envolvidas em redes, associações ou consórcios internacionais		40	110
Nº de áreas de localização empresarial com ligações ao sistema de ciência e tecnologia regional		7	11
Investimento em empresas criadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	25%	30%	40%
Emprego criado em sectores intensivos em conhecimento e média-alta tecnologia	19,5%	20%	30%
Investimento em novas infra-estruturas/ Total do investimento na rede infraestrutural qualificada (%)	-	5%	15%

5.2 – Regulamento Subvenção – Eixo 1. - Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento

1. Objectivos

Os objectivos das tipologias a contratualizar enquadram-se nos objectivos do regulamento específico, que passam pela promoção da cultura científica e tecnológica e a disseminação e difusão do conhecimento.

2. Tipologia de Operações

Projectos de divulgação e promoção científica e tecnológica (incluindo a vertente ambiental) e produção de recursos e conteúdos para esse efeito (por via da criação de contextos adequados de colaboração entre instituições científicas, empresas, autarquias, escolas e outras instituições da sociedade civil).

3. Categorias de beneficiários

Podem ser beneficiários os Municípios.

4. Condições de Acesso dos Projectos

As operações, para além de obedecerem às condições previstas no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem respeitar as seguintes condições gerais de admissibilidade e de aceitabilidade:

- a) Enquadrar-se nas Áreas de Intervenção e Tipologias de Operações previstas
- b) Enquadrar-se, quando aplicável, nas orientações e prioridades definidas nos planos de ordenamento do território, designadamente no Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT), e em planos sectoriais;
- c) Serem apresentadas nos termos, condições e prazos fixados pela Autoridade de Gestão;
- d) Cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura
- e) Dispor de parecer conclusivo do organismo competente do Ministério da Ciência e Tecnologia relativamente ao enquadramento da candidatura nos objectivos da política pública da respectiva área sectorial;
- f) Não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro Programa Operacional;

- g) Dispor, quando aplicável, de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais e respectivo parecer sectorial;
- h) No caso de operações de carácter imaterial, o promotor deverá, quando aplicável, demonstrar capacidade para assegurar a continuidade futura da realização das acções;

5. Condições de acesso dos beneficiários

As entidades, além de preencherem as condições gerais estabelecidas no artigo 10.º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem demonstrar ainda, para efeitos de admissão e aceitação da candidatura, que o objecto, as competências e a natureza das suas actividades são coerentes com os objectivos da operação e deste Regulamento.

6. Taxas de co-financiamento FEDER

O tipo de co-financiamento FEDER reveste a forma de ajuda não reembolsável, numa taxa máxima de 60% das despesas elegíveis.

7. Critérios e modo de selecção

A selecção dos projectos é feita pelo gestor do organismo intermédio de gestão, mediante os seguintes critérios:

- a) Avaliação do Programa Acção
- b) Avaliação do (s) Beneficiário (s)
- c) Impacto regional Programa de Acção

8. Indicadores de realização e resultado

Indicadores de Realização	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Nº projectos de criação e requalificação de infra-estruturas e equipamentos de divulgação e animação científica e tecnológica apoiados		4	4
Nº acções de divulgação e promoção científica e tecnológica apoiados		6	11

Indicadores de Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Acréscimo do N° Escolas envolvidas em acções de divulgação e promoção científica e tecnológica		10%	30%
Acréscimo de alunos envolvidos em acções de divulgação e promoção científica e tecnológica (%)		10%	30%

5.3 – Regulamento Subvenção – Eixo 1 - Economia Digital e Sociedade do Conhecimento - EDSC

1.Objectivos

Os objectivos das tipologias a contratualizar enquadram-se nos objectivos do regulamento específico, nomeadamente, criar condições para a generalização do acesso à INTERNET e para a produção de conteúdos on-line de forma a permitir a prossecução dos objectivos definidos no âmbito das políticas públicas nacionais para as áreas da Sociedade da Informação e do Conhecimento contribuindo para a competitividade e afirmação das regiões portuguesas.

2.Tipologia de Operações

- a) Projectos de sensibilização, massificação e dinamização da utilização da Internet em Banda Larga em espaços de acesso públicos que reúnam as condições para o efeito;
- b) Projectos de promoção da literacia digital, em particular os projectos baseados em relações de proximidade com grupos info-excluídos.
- c) Projectos de expansão da rede de espaços Internet
- d) Projectos de apoio à dinamização de novos serviços de carácter comunitário.
- e) Projectos de criação e digitalização de conteúdos temáticos e desenvolvimento de conteúdos e aplicações científicas, educativas e culturais.
- f) Projectos de criação e desenvolvimento de conteúdos e aplicações dirigidas a cidadãos com necessidades especiais;

3.Categoria do Beneficiário

- a) Entidades da Administração Pública Local do Continente
- b) Empresas públicas municipais, inter-municipais e metropolitanas e Serviços Municipalizados;
- c) As sociedades, agências ou consórcios de desenvolvimento nacional, regional e local com capitais maioritariamente públicos;

4.Condições de Acesso dos Projectos

As operações, devem obedecer às condições previstas nos artigos 10º e 11º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.

5. Condições de acesso dos beneficiários

As entidades, além de preencherem as condições gerais estabelecidas no artigo 10.º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem demonstrar ainda, para efeitos de admissão e aceitação da candidatura, que o objecto, as competências e a natureza das suas actividades são coerentes com os objectivos da operação e deste Regulamento.

6. Taxas de co-financiamento FEDER

O tipo de co-financiamento FEDER reveste a forma de ajuda não reembolsável, numa taxa máxima de 60% das despesas elegíveis.

7. Critérios e modo de selecção

A selecção dos projectos é feita pelo gestor do organismo intermédio de gestão, mediante os seguintes critérios:

- a) Contributo para a prossecução dos objectivos definidos nos Programas Operacionais Regionais;
- b) Contribuir para a prossecução dos objectivos definidos no âmbito das políticas públicas nacionais para as áreas da Sociedade da Informação e do Conhecimento Impacto regional Programa de Acção
- c) Contributo para a inovação nos processos de ensino e aprendizagem
- d) Qualidade e carácter inovador do projecto

8. Indicadores de realização e resultado

Indicadores de Realização	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Nº projectos apoiados no âmbito da Sociedade da Informação	-	11	11

Indicadores de Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
População com acesso à banda larga (acrécimo %)	-	35%	50%

5.4 – Regulamento Subvenção – Eixo 1 - Energia

1.Objectivos

Os objectivos das tipologias a contratualizar enquadram-se nos objectivos do regulamento específico, a saber:

- a) A criação de um quadro energético regional inovador, pautado por critérios e práticas estruturantes de eficiência energética, de uso generalizado de energias renováveis, de conversão ou utilização descentralizada e de intensificação da penetração de vectores energéticos de menor impacto ambiental no quadro do cumprimento das metas da União Europeia para 2020;

- b) A promoção de uma estratégia coerente e consistente de gestão da procura energética por parte das actividades, de estímulo às operações que se orientem para a prossecução dos objectivos últimos de eficiência energética, de valorização das energias endógenas e de redução das emissões de gases de efeito de estufa

2.Tipologia de Operações

Iniciativas/piloto inovadoras de produção (através de fontes renováveis) e de utilização racional de energia, envolvendo, nomeadamente, o apoio ao desenvolvimento de programas de acção e projectos piloto de:

- De utilização racional de energia e da eficiência energético-ambiental em equipamentos colectivos sociais existentes, bem como em edifícios de habitação social existentes, através da utilização da água quente solar para a produção de águas quentes sanitárias;
- Valorização do potencial energético local e regional, que visem a promoção das energias renováveis e da eficiência energética, incluindo, por exemplo, a concepção e implementação de experiências-piloto de produção de energias renováveis com carácter demonstrador
- Estruturação e dinamização de uma rede de centros de recursos partilhados ao nível intermunicipal no domínio da análise da utilização racional de energia e, em particular, do desempenho energético de edifícios;
- Definição e dinamização de Planos de Informação e Comunicação, para a promoção e valorização sustentável e utilização racional de energia ao nível das NUTS II, envolvendo, nomeadamente, a organização de seminários, actos públicos, acções de sensibilização pontual técnica específica e elaboração de guias práticos

3. Categoria do Beneficiário

- a) Municípios
- b) Empresas públicas municipais, intermunicipais e metropolitanas e serviços municipalizados

4. Condições de Acesso dos Projectos

1. As operações, para além de obedecerem às condições previstas no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem respeitar as seguintes condições gerais de admissibilidade e de aceitabilidade:

- Enquadrar-se nas Áreas de Intervenção e Tipologias de Operações previstas;
- Enquadrar-se, quando aplicável, nas orientações e prioridades definidas no Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT), e em planos sectoriais e de ordenamento do território;
- Serem apresentados nos termos, condições e prazos fixados pela Autoridade de Gestão;
- Cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura;
- Não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro programa nacional ou comunitário;
- Respeitar os procedimentos legalmente exigidos em termos de contratação pública;
- Disponer, quando aplicável, de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais e respectivo parecer sectorial;
- No caso de operações de carácter imaterial, o beneficiário deverá, quando aplicável, demonstrar capacidade para assegurar a continuidade futura da realização das acções.

5. Condições de acesso dos beneficiários

As entidades, além de preencherem as condições gerais estabelecidas no artigo 10.º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem demonstrar ainda, para efeitos de admissão e aceitação da candidatura, que o objecto, as competências e a natureza das suas actividades são coerentes com os objectivos da operação e deste Regulamento.

6. Taxas de co-financiamento FEDER

O tipo de co-financiamento FEDER reveste a forma de ajuda não reembolsável, numa taxa máxima de 70% das despesas elegíveis.

7. Critérios e modo de selecção

A selecção dos projectos é feita pelo gestor do organismo intermédio de gestão, mediante os seguintes critérios:

- a) Qualidade do projecto
- b) Contributo do projecto para a estratégia de desenvolvimento regional/nacional
- c) Contributo de cada projecto para os objectos nacionais e comunitários de redução das emissões de CO₂, de aumento da penetração das energias renováveis e da diminuição da intensidade energética do PIB.

8. Indicadores de realização e resultado

Indicadores de Realização	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Nº de projectos que contribuem para a eficiência energética	-	11	11
Nº projectos-piloto de energias renováveis apoiados	-	2	4

Indicadores de Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Poupança energética decorrente de projectos de energia renováveis ou de eficiência energética (redução em %)	-	45%	45%

5.5 – Regulamento Subvenção – Eixo 2 - Mobilidade Territorial

1.Objectivos

1.O domínio de intervenção Mobilidade Territorial abrange as operações relativas a acessibilidades e transportes nacionais, regionais, locais e urbanos que concorram para melhorar a circulação de pessoas e de mercadorias, promover a coesão territorial, qualificar e integrar os espaços regionais, reforçar a competitividade empresarial e a articulação urbana.

2. Os objectivos das tipologias a contratualizar enquadram-se nos objectivos do regulamento específicos, designadamente:

- a) Melhorar a mobilidade, as acessibilidades e os transportes regionais, sobretudo às áreas mais periféricas, aos centros urbanos e a outros locais estratégicos regionais.
- b) Melhorar a mobilidade urbana e o descongestionamento das cidades e das suas periferias.
- c) Melhorar a conectividade interna e externa e aumentar a qualificação, ordenamento e coesão do território.
- d) Promover a articulação entre diferentes redes e apoiar o desenvolvimento de modos e meios de transporte mais sustentáveis, tanto em áreas urbanas como rurais.

2.Tipologia de Operações

- Promoção da mobilidade sustentável e de modos alternativos de transporte,
- Intervenções que visam promover a segurança e reduzir a sinistralidade rodoviária intra-urbana

3.Categoria do Beneficiário

Câmaras Municipais, Empresas municipais e intermunicipais, públicas ou com capitais maioritariamente públicos;

4.Condições de Acesso dos Projectos

1. As operações, para além de obedecerem às condições previstas no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem respeitar as seguintes condições gerais de admissibilidade e de aceitabilidade:

- a) Demonstrar grau de maturidade adequado;
- b) Não se encontrarem concluídas fisicamente e financeiramente, à data de apresentação da candidatura;

- c) Nenhuma das componentes da operação ter obtido financiamento através de outro Programa Comunitário;
- d) Demonstrarem a relevância estratégica e o enquadramento nos objectivos, nomeadamente do QREN, dos documentos de orientação estratégica aplicáveis e do respectivo Programa Operacional;
- e) Fundamentarem a necessidade e a oportunidade da sua realização;
- f) Evidenciarem uma optimização dos investimentos na perspectiva do interesse público e dos benefícios esperados.

5. Condições de acesso dos beneficiários

As entidades, além de preencherem as condições gerais estabelecidas no artigo 10.º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem demonstrar ainda, para efeitos de admissão e aceitação da candidatura, que o objecto, as competências e a natureza das suas actividades são coerentes com os objectivos da operação e deste Regulamento.

6. Taxas de co-financiamento FEDER

O tipo de co-financiamento FEDER reveste a forma de ajuda não reembolsável, numa taxa máxima de 70% das despesas elegíveis.

7. Critérios e modo de selecção

A selecção dos projectos é feita pelo gestor do organismo intermédio de gestão, mediante os seguintes critérios:

- a) Contribuam para melhorias das ligações intra-regionais ou supramunicipais,
- b) Contribuam para o reforço da conectividade e dos fechos de malha
- c) Proporcionem melhores condições de acesso aos centros urbanos
- d) Privilegiem o acesso a centros turísticos e outros locais de relevância regional e/ou contribuam para a valorização da paisagem natural
- e) Contribuam para o reforço da intermodalidade
- f) Contribuam para reduzir a sinistralidade rodoviária
- g) Demonstrem ganhos ambientais, contribuam para a redução da dependência energética do exterior e contribuam para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável
- h) Promovam soluções de mobilidade e de transporte de carácter inovador
- i) Contribuam para a qualificação da mobilidade em meio urbano
- j) Contribuam para a estratégia e objectivos definidos

8. Indicadores de realização de resultados

Indicadores de Realização	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Vias cicláveis construídas*	-	10	20
* Km de vias			

Indicadores de Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Acréscimo da utilização de transportes alternativos aos poluentes (população que utiliza transportes não poluentes / população total) (%)	-	10%	15%
Acréscimo das deslocações casa/trabalho em transporte não poluente (%)	-	1%	2%
Acréscimo da utilização das vias pedonais e cicláveis (população que utiliza as vias pelo menos 1 hora e 3x por semana / população total) (%)	-	5%	10%

5.6 – Regulamento Subvenção – Eixo 3. - Património Cultural

1. Objectivos

Os objectivos das tipologias a contratualizar enquadram-se nos objectivos do regulamento específico. Designadamente visam a melhoria das condições de salvaguarda, valorização e de animação do património cultural (imóvel, móvel, imaterial e oral) numa perspectiva de transmissão para o futuro dos bens culturais, de forma a manter a sua existência e assegurar a sua fruição com respeito pela sua identidade específica, nela considerando os valores de originalidade aliados aos da respectiva integridade patrimonial.

2. Tipologia de Operações

Projectos integrados de salvaguarda, valorização e animação do património;

3.Categoria do Beneficiário

- a) Municípios;
- b) Outras entidades públicas ou equiparadas, que tenham como objecto principal o desenvolvimento de actividades culturais;

4.Condições de Acesso dos Projectos

1. As operações, para além de obedecerem às condições previstas no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem respeitar as seguintes condições gerais de admissibilidade e de aceitabilidade:

- a) Enquadrar-se nas tipologias de operações previstas;
- b) Enquadrar-se nas orientações e prioridades definidas no Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT);
- c) Dispor de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovados;
- d) Cumprir as normas técnicas inerentes às tipologias de operações, bem como dispor de parecer favorável emitido por organismo competente do Ministério da Cultura;
- e) Dispor de plano de actividades para o período posterior à conclusão da operação;
- f) Apresentar sustentabilidade técnica, económica e financeira;
- g) Não se encontrar concluído à data de apresentação da candidatura;
- h) Dispor de indicadores de acompanhamento, realização e resultados;
- i) No caso de projectos integrados dispor de um plano integrado da operação que enquadre e justifique as diferentes acções a realizar;
- j) Para o caso das operações de carácter imaterial, dispor por acção de memória descritiva pormenorizada e orçamento detalhado. O promotor deve demonstrar capacidade para assegurar a continuidade futura das acções;
- k) Para as acções compostas por estudos e projectos, só podem ser aceites operações de carácter mais abrangente e realizadas por entidades externas ao beneficiário da operação.

5.Condições de acesso dos beneficiários

As entidades, além de preencherem as condições gerais estabelecidas no artigo 10.º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem demonstrar ainda, para efeitos de admissão e aceitação da candidatura, que o objecto, as competências e a natureza das suas actividades são coerentes com os objectivos da operação e deste Regulamento.

6. Taxa de co-financiamento

1. O tipo de co-financiamento FEDER reveste a forma de ajuda não reembolsável.
2. O financiamento a conceder é calculado através da aplicação de uma taxa base de 55%, acrescida de uma majoração de 10 pontos percentuais a atribuir aos projectos integrados de salvaguarda, valorização e animação do património.

7. Critérios e método de selecção

1 - A selecção dos projectos é feita pelo gestor do organismo intermédio de gestão, mediante os seguintes critérios:

- a) Valia patrimonial do imóvel alvo de intervenção.
- b) Prioridade da operação para a política nacional do património.
- c) Impacte da operação no desenvolvimento regional.
- d) Valia específica da operação apresentada.

2 – Apenas serão aprovados os projectos que tiverem uma avaliação positiva; não sendo esse o caso, haverá um processo interactivo entre o promotor e o gestor, com o objectivo de melhorar a intervenção e adequá-la aos critérios de selecção.

8. Indicadores de realização e resultado

Indicadores de Realização	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Nº de projectos de animação e criação de circuitos associados a redes de cooperação de bens patrimoniais culturais	-	3	5
Nº de projectos integrados de salvaguarda, animação e fruição de património cultural.	-	5	11

Indicadores de Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Acréscimo de espectadores em museus, galerias de arte e espectáculos ao vivo	-	10%	15%
Nº entidades envolvidas em parcerias de projectos culturais	-	30	50

5.7 – Regulamento Subvenção – Eixo 3. - Rede de Equipamentos Culturais

1.Objectivos

Os objectivos das tipologias a contratualizar enquadram-se nos objectivos do regulamento específico, designadamente, contribuir para melhorar o acesso público à fruição das actividades culturais e à participação das artes do espectáculo, das artes visuais e do património móvel no processo de construção e aprofundamento da cidadania.

2.Tipologia de Operações

1. Criação, ampliação, instalação e desenvolvimento de serviços de Bibliotecas Públicas a integrar na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas;
2. Recuperação e valorização de teatros e cine teatros;

3.Categoria do Beneficiário

- a) Municípios;
- b) Outras entidades públicas ou equiparadas, nomeadamente empresas públicas ou municipais, detidas pelo Estado ou pelas autarquias, que tenham como objecto principal o desenvolvimento de actividades culturais;

4.Condições de Acesso dos Projectos

1. As operações, para além de obedecerem às condições previstas no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem respeitar as seguintes condições gerais de admissibilidade e de aceitabilidade:
 - a) Enquadrar-se nas tipologias de operações previstas;
 - b) Enquadra-se nas orientações e prioridades definidas no Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT);
 - c) Dispor de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovados, quando aplicável;
 - d) Identificar as medições e orçamento, afectos a cada uma funções, no caso de se tratar de uma operação concebida para mais do que uma função cultural;
 - e) Dispor de plano de actividades para o período de três anos posterior à conclusão da operação;

- f) Apresentar sustentabilidade técnica, económica e financeira;
- g) Não se encontrar concluído à data de apresentação da candidatura;
- h) Dispor de indicadores de acompanhamento, realização e resultados.

5. Condições de acesso dos beneficiários

As entidades, além de preencherem as condições gerais estabelecidas no artigo 10.º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem demonstrar ainda, para efeitos de admissão e aceitação da candidatura, que o objecto, as competências e a natureza das suas actividades são coerentes com os objectivos da operação e deste Regulamento.

6. Taxas de co-financiamento FEDER

O tipo de co-financiamento FEDER reveste a forma de ajuda não reembolsável, numa taxa máxima de 40% das despesas elegíveis, no caso da requalificação de teatros e cine-teatros, e 50% das despesas elegíveis no caso de criação de bibliotecas.

7. Critérios e modo de selecção

A selecção dos projectos é feita pelo gestor do organismo intermédio de gestão, mediante os seguintes critérios:

- a) Valia Patrimonial,
- b) Prioridade para a política nacional do património
- c) Valia específica da operação
- d) Impacto da operação no desenvolvimento regional

8. Indicadores de realização de resultados

Indicadores de Realização	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Nº de equipamentos culturais inseridos em redes de programação ou animação cultural	-	11	11
Nº de projectos culturais desenvolvidos em rede	-	2	7
Nº de intervenções de reabilitação, animação e valorização de monumentos	-	3	6

Indicadores de Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Acréscimo do nº de visitantes escolares (menores de 18 anos) nos equipamentos apoiados	-	15%	20%
Acréscimo do nº de visitantes com 65 ou mais anos nos equipamentos apoiados	-	15%	20%
Acréscimo do nº de visitantes nos equipamentos apoiados	-	10%	15%

5.8 – Regulamento Subvenção – Eixo 3. - Equipamentos para a Coesão Local

1. Objectivos

Os objectivos das tipologias a contratualizar enquadram-se nos objectivos do regulamento específico. Os domínios de intervenção deste regulamento abrangem operações que reforcem o acesso a equipamentos e serviços colectivos que concorram para a coesão territorial, particularmente os desportivos e os sociais, concebidas de modo integrado e em concertação intermunicipal, visando a melhoria da qualidade de vida das populações, a inclusão social e o equilíbrio das redes locais de equipamentos

2. Tipologia de Operações

Equipamentos públicos específicos vocacionados para a promoção de serviços, actividades e recursos, sobretudo quando concorram para requalificar e animar o património construído ou integrem intervenções de regeneração urbana

3. Categoria do Beneficiário

Municípios

4. Condições de Acesso dos Projectos

1. As operações, para além de obedecerem às condições previstas no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem respeitar as seguintes condições gerais de admissibilidade e de aceitabilidade:

- a) Enquadrarem-se nas orientações estratégicas e objectivos específicos do respectivo Programa Operacional Regional;
- b) Disporem de projecto técnico aprovado, à data de apresentação da candidatura
- c) Não se encontrarem concluídas física e financeiramente à data de apresentação da candidatura;
- d) Não terem obtido financiamento nem serem candidata através de outro programa comunitário para qualquer componente da operação;
- e) A sua programação financeira não exceder um período de três anos;

5. Condições de acesso dos beneficiários

As entidades, além de preencherem as condições gerais estabelecidas no artigo 10.º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem demonstrar ainda, para efeitos de

admissão e aceitação da candidatura, que o objecto, as competências e a natureza das suas actividades são coerentes com os objectivos da operação e deste Regulamento.

6. Taxas de co-financiamento FEDER

O tipo de co-financiamento FEDER reveste a forma de ajuda não reembolsável, numa taxa máxima de 70% das despesas elegíveis.

7. Critérios e modo de selecção

A selecção dos projectos é feita pelo gestor do organismo intermédio de gestão, mediante os seguintes critérios:

- a) Contributo para o cumprimento dos objectivos e metas previstos no Programa Operacional;
- b) Inserção em municípios com níveis de cobertura mais reduzidos;
- c) Âmbito supra-concelhio e existência de parcerias que garantam a sustentabilidade do projecto;
- d) Adequação do equipamento à pertinência das necessidades locais (identificadas pelas plataformas supra-concelhias das redes sociais, no caso dos sociais);
- e) Adopção das melhores tecnologias e boas práticas, nomeadamente, em termos de eficiência energética e utilização sustentável dos recursos naturais

8. Indicadores de realização e resultado

Indicadores de Realização	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Nº de equipamentos construídos	-	2	3

Indicadores de Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Acréscimo % de população beneficiária dos equipamentos construídos	-	5%	10%

5.9 – Regulamento Subvenção – Eixo 3. - Mobilidade Territorial

1.Objectivos

1.O domínio de intervenção Mobilidade Territorial abrange as operações relativas a acessibilidades e transportes nacionais, regionais, locais e urbanos que concorram para melhorar a circulação de pessoas e de mercadorias, promover a coesão territorial, qualificar e integrar os espaços regionais, reforçar a competitividade empresarial e a articulação urbana.

2. Os objectivos das tipologias a contratualizar enquadram-se nos objectivos do regulamento específico, como sejam:

- a) Melhorar a mobilidade, as acessibilidades e os transportes regionais, sobretudo às áreas mais periféricas, aos centros urbanos e a outros locais estratégicos regionais.
- b) Melhorar a mobilidade urbana e o descongestionamento das cidades e das suas periferias.
- c) Melhorar a conectividade interna e externa e aumentar a qualificação, ordenamento e coesão do território.
- d) Promover a articulação entre diferentes redes e apoiar o desenvolvimento de modos e meios de transporte mais sustentáveis, tanto em áreas urbanas como rurais.

2.Tipologia de Operações

Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub regionais, redes e sistemas nacionais, regionais e locais de mobilidade, nomeadamente:

- Promoção da mobilidade sustentável, de modos alternativos de transporte e de soluções inovadoras de transporte colectivo (p. ex: ciclovias, estruturas de prestação de serviços de transporte público
- Planos e estudos intermunicipais estratégicos de transporte, designadamente os planos intermunicipais de mobilidade, que fomentem a articulação entre os diferentes modos de transporte, a racionalização do sistema e a minimização dos custos de investimento e de exploração.

3.Categoria do Beneficiário

Câmaras Municipais, Empresas municipais e intermunicipais, públicas ou com capitais maioritariamente públicos;

4.Condições de Acesso dos Projectos

1. As operações, para além de obedecerem às condições previstas no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem respeitar as seguintes condições gerais de admissibilidade e de aceitabilidade:

- a) Demonstrar grau de maturidade adequado;
- b) Não se encontrarem concluídas fisicamente e financeiramente, à data de apresentação da candidatura;
- c) Nenhuma das componentes da operação ter obtido financiamento através de outro Programa Comunitário;
- d) Demonstrarem a relevância estratégica e o enquadramento nos objectivos, nomeadamente do QREN, dos documentos de orientação estratégica aplicáveis e do respectivo Programa Operacional;
- e) Fundamentarem a necessidade e a oportunidade da sua realização;
- f) Evidenciarem uma optimização dos investimentos na perspectiva do interesse público e dos benefícios esperados.

5. Condições de acesso dos beneficiários

As entidades, além de preencherem as condições gerais estabelecidas no artigo 10.º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem demonstrar ainda, para efeitos de admissão e aceitação da candidatura, que o objecto, as competências e a natureza das suas actividades são coerentes com os objectivos da operação e deste Regulamento.

6. Taxas de co-financiamento FEDER

O tipo de co-financiamento FEDER reveste a forma de ajuda não reembolsável, numa taxa máxima de 70% das despesas elegíveis.

7. Critérios e modo de selecção

A selecção dos projectos é feita pelo gestor do organismo intermédio de gestão, mediante os seguintes critérios:

- a) Contribuam para melhorias das ligações intra-regionais ou supramunicipais,
- b) Contribuam para o reforço da conectividade e dos fechos de malha
- c) Proporcionem melhores condições de acesso aos centros urbanos
- d) Privilegiem a centros turísticos e outros locais de relevância regional e/ou contribuam para a valorização da paisagem natural
- e) Contribuam para o reforço da intermodalidade
- f) Contribuam para reduzir a sinistralidade rodoviária

- g) Demonstrem ganhos ambientais, contribuam para a redução da dependência energética do exterior e contribuam para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável
- h) Promovam soluções de mobilidade e de transporte de carácter inovador
- i) Contribuam para a qualificação da mobilidade em meio urbano
- j) Contribuam para a estratégia e objectivos definidos

8. Indicadores de realização e resultado

Indicadores de Realização	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Nº de Estudos Intermunicipais de Transporte	-	1	1
Vias cicláveis construídas* * Km de vias	-	10	20
Nº acções de promoção da mobilidade sustentável e de modos alternativos de transporte apoiados	-	4	11

5.10 – Regulamento Subvenção – Eixo 4. - Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados

1. Objectivos

Os objectivos das tipologias a contratualizar enquadram-se nos objectivos do regulamento específico. Neste âmbito, são:

- a) Promover a conservação e valorização do património natural visando a manutenção da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais, através do apoio a investimentos que valorizem o território a partir da gestão directa de espécies e habitats.
- b) Consolidar o reconhecimento do valor do património natural, nomeadamente através do apoio e promoção da visitação de espaços naturais, numa lógica de garantia do equilíbrio socio-económico e discriminação positiva das comunidades integradas nas áreas classificadas, em particular inseridas na Rede Nacional de Áreas Protegidas.

2. Tipologias de operações

Neste âmbito são apoiadas as operações que, genericamente, estejam incluídos nas seguintes tipologias:

Acções de apoio à visitação:

- a. Caminhos, trilhos e rotas temáticas;
- b. Sinalização e painéis, informativos e interpretativos;
- c. Observatórios;
- d. Infra-estruturas de informação e interpretação;
- e. Suportes de comunicação e divulgação;
- f. Centros de serviço ao visitante;
- g. Natur-museus, relativos a temas magnos da conservação da natureza em Portugal;
- h. Centros de interpretação e informação;
- i. Equipamentos de suporte a actividades de relação com a natureza.

3. Categoria de beneficiários

Municípios.

4. Condições de Acesso dos Projectos

1. As operações, para efeitos de admissão e de aceitação, devem obedecer às condições gerais referidas no artigo 11º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.

2. Para além das condições gerais referidas no ponto 1, as operações terão de cumprir as seguintes condições específicas de acesso:

- a) Estar em conformidade com os objectivos e disposições previstos nos planos estratégicos, nomeadamente na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, no Plano Sectorial da Rede Natura 2000, nos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas e/ou no “Programa de visitação e comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas”, quando aplicável;
- b) Cumprir as disposições legais, nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de ambiente e igualdade de oportunidades;
- c) Dispor de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais, quando aplicável;
- d) Não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro Programa Comunitário.

5. Condições de acesso dos promotores

1. Os beneficiários, para efeitos de admissão e aceitação da candidatura, devem satisfazer os requisitos gerais referidas no artigo 10º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.

2. Para além dos requisitos gerais referidas no ponto 1, os beneficiários devem reunir, à data da candidatura, a capacidade financeira para a realização dos projectos que se propõem concretizar, traduzida na inscrição de verbas adequadas em Orçamento e Plano de Actividades.

6. Taxa de co-financiamento FEDER

1. A taxa máxima de co-financiamento FEDER para as operações apoiadas é de 75% das despesas elegíveis;

2. A contrapartida nacional é assegurada através de comparticipação financeira suportada pelo(s) beneficiário(s).

7. Critérios de apoios a atribuir

1 - A selecção dos projectos é feita pelo gestor do organismo intermédio de gestão, mediante os seguintes critérios:

- a) Grau de envolvimento dos parceiros e populações locais
- b) Os custos face às metas propostas
- c) Contributo para os objectivos dos planos estratégicos aplicáveis

d) Qualidade técnica do programa a apoiar

2 – Apenas são aprovados os projectos que tiverem uma avaliação positiva; não sendo esse o caso, haverá um processo interactivo entre o promotor e o gestor, com o objectivo de melhorar a intervenção e adequá-la aos critérios de selecção.

8. Indicadores de realização e resultado

Indicadores de Realização	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Nº intervenções de requalificação e valorização ambiental apoiadas	–	2	4
Nº de acções de sensibilização, comunicação e educação ambiental promovidas em espaços protegidos		5	11
Vias cicláveis construídas* * Km de vias	–	5	10
Nº centros de informação, interpretação e educação a melhorar/realizar nas áreas protegidas	–	2	4

Indicadores de Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
% Áreas sensíveis reabilitadas e valorizadas	-	25%	30%
Acréscimo em % de habitats protegidos	-	5%	10%

5.11 – Regulamento Subvenção – Eixo 4. - Protecção e Valorização do Litoral

1. Objectivos

Os objectivos das tipologias a contratualizar enquadram-se nos objectivos do regulamento específico. Neste regulamento, os objectivos são:

- a) Valorização do litoral como recurso natural singular e único na sua diversidade;
- b) Criação de condições que permitam o usufruto do Litoral através de actividades compatíveis e adequadas à sua dinâmica e fragilidade, numa óptica de utilização e gestão sustentável.

2. Tipologias de operações

a) Projectos e acções visando o ordenamento e requalificação da ocupação territorial das zonas costeiras, lagunares e estuarinas; nomeadamente requalificação de frentes ribeirinhas, e valorização de espaços degradados; ordenamento e valorização de núcleos de pesca artesanal e de pontos de atracagem de embarcações; ordenamento e balizamento da navegação; apoio a actividades compatíveis com a sensibilidade dos ecossistemas costeiros e lagunares; remoção de obstáculos que prejudiquem o enquadramento paisagístico e a visualização da paisagem;

b) Projectos e acções de reabilitação e monitorização de ecossistemas costeiros e de áreas ambientalmente degradadas, incluindo recuperação dunar; recarga de praias, desassoreamentos de canais, estabilização, desmonte e saneamento de arribas, balizamento e sinalização de áreas de risco, remoção de estruturas em áreas de risco em arribas, dunas, canais e linhas de água e zonas lagunares, bem como valorização e reforço de motas e margens de águas dominiais e descontaminação de zonas lagunares contaminadas e recuperação das degradadas;

3. Tipologia de beneficiários

Municípios.

4. Condições de Acesso dos Projectos

1. As operações, para efeitos de admissão e de aceitação, devem obedecer às condições gerais referidas no artigo 11º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.

2. Para além das condições gerais referidas no ponto 1, as operações terão de cumprir as seguintes condições específicas de acesso:

- a) Integração na presente tipologia de intervenção;
- b) Existência de uma estratégia de intervenção global de natureza integrada de requalificação, valorização e gestão da zona costeira e estuarina que inclua o conjunto das acções candidatas a co-financiamento, respectivo cronograma de execução, estimativa de investimento, programação financeira plurianual e identificação das entidades executoras;
- c) Justificação do enquadramento das acções candidatas a co-financiamento nos documentos de referência estratégica e operacional, nomeadamente, na Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, nos planos de ordenamento da orla costeira ou nos planos de ordenamento de estuários, ou outros planos que se tornem necessários à implementação destes, como sejam os planos de praia, os planos de intervenção os planos que resultem da concretização das unidades operativas de planeamento e gestão previstas em planos especiais e projectos de requalificação, ou em termos mais genéricos planos ou programas que, comprovadamente, prossigam os objectivos de valorização e requalificação de áreas litorais;
- d) Exposição do modelo de financiamento da gestão (no período de exploração) das infra-estruturas físicas previstas na candidatura;
- e) Justificação da necessidade de realização do investimento para as acções de natureza imaterial;
- f) Cumprimento das disposições legais, nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de ordenamento do território, ambiente e igualdade de oportunidades;
- g) Existência de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais, quando aplicável;
- h) Ter início físico num prazo máximo de um ano após a aprovação.

5. Condições de acesso dos beneficiários

1. Os beneficiários, para efeitos de admissão e aceitação da candidatura, devem satisfazer os requisitos gerais referidos no artigo 10º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.
2. Para além dos requisitos gerais referidas no ponto 1, os beneficiários devem reunir, à data da candidatura, a capacidade financeira para a realização dos projectos que se propõem concretizar, traduzida na inscrição de verbas adequadas em Orçamento e Plano de Actividades.

6. Taxa de co-financiamento FEDER

1. O tipo de co-financiamento FEDER reveste a forma de ajuda não reembolsável, numa taxa máxima de 75% das despesas elegíveis.

2. A contrapartida nacional é assegurada através de comparticipação financeira suportada pelo beneficiário.

7. Critérios de apoios a atribuir

1. A selecção dos projectos é feita pelo gestor do organismo intermédio de gestão, mediante os seguintes critérios:

- a) Contributo da operação para a valorização do Litoral como recurso natural singular e único na sua diversidade;
- b) Contributo da operação para a criação de condições de fruição do Litoral;
- c) Estado de conservação da área litoral a ser alvo da intervenção.

2. Apenas são aprovados os projectos que tiverem uma avaliação positiva; não sendo esse o caso, haverá um processo interactivo entre o promotor e o gestor, com o objectivo de melhorar a intervenção e adequá-la aos critérios de selecção.

8. Indicadores de realização e resultado

Indicadores de Realização	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Nº projectos de protecção e/ ou valorização do litoral apoiados	-	2	3

Indicadores de Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
% Área litoral requalificada	-	5%	10%

5.12 – Regulamento Subvenção – Eixo 4. - Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

1. Objectivos

Os objectivos das tipologias a contratualizar enquadram-se nos objectivos do regulamento específico. Neste regulamento, os objectivos são:

- a) Contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável;
- b) Contribuir para o cumprimento dos normativos ambientais;
- c) Desenvolvimento de sistemas e infra-estruturas que permitam uma monitorização permanente do ambiente
- d) Promoção de novas actividades associadas aos valores ambientais e à sua implementação, estimulando novas soluções e boas práticas ambientais.

2. Tipologias de operações

- a) Preparação e implementação das Agendas 21 Locais;
- b) Requalificação ambiental e reabilitação do património natural
- c) Gestão de Recursos Hídricos – Águas Interiores:
 - o Conservação e reabilitação da rede hidrográfica, incluindo limpeza e desassoreamento de linhas de água, zonas ribeirinhas e das zonas húmidas;
 - o Acções de valorização de zonas fluviais e recuperação do património associado;

3. Categoria de beneficiários

Municípios

4. Condições de acesso dos projectos

1. As operações, para efeitos de admissão e de aceitação, devem obedecer as condições gerais referidas no artigo 11º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.

2. Para além das condições gerais referidas no ponto 1, as operações terão de cumprir as seguintes condições específicas de acesso:

- a) Integrar-se na presente intervenção;
- b) Exposição do modelo de financiamento da gestão (no período de exploração) das infra-estruturas físicas previstas na candidatura;
- c) Justificação da necessidade de realização do investimento para as acções de natureza imaterial;

- d) Cumprir as disposições legais, nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de ambiente e igualdade de oportunidades;
- e) Dispor de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais, quando aplicável;

5. Condições de acesso dos beneficiários

1. Os beneficiários, para efeitos de admissão e aceitação da candidatura, devem satisfazer os requisitos gerais referidos no artigo 10º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.
2. Para além dos requisitos gerais referidas no ponto 1, os beneficiários devem reunir, à data da candidatura, os seguintes requisitos específicos:
 - a) A sua área geográfica de intervenção ser compatível com a área sujeita a Contratualização.
 - b) Possuírem capacidade financeira para a realização dos projectos que se propõem concretizar, traduzida na inscrição de verbas adequadas em Orçamento e Plano de Actividades.

6. Taxa de co-financiamento FEDER

1. A taxa máxima de co-financiamento FEDER para as operações apoiadas é de 75% das despesas elegíveis;
2. A contrapartida nacional é assegurada através de comparticipação financeira suportada pelo beneficiário.

7. Critérios e método de selecção

- 1 - A selecção dos projectos é feita pelo gestor do organismo intermédio de gestão, mediante os seguintes critérios:
 - a) Contributo da operação para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável;
 - b) Contributo da operação para o cumprimento dos normativos ambientais;
 - c) Grau de relevância estratégica e de enquadramento nos objectivos do Programa Operacional Centro;
 - d) Relação custo/benefício da operação na perspectiva do interesse público

2 – Apenas são aprovados os projectos que tiverem uma avaliação positiva; não sendo esse o caso, haverá um processo interactivo entre o promotor e o gestor, com o objectivo de melhorar a intervenção e adequá-la aos critérios de selecção.

8. Indicadores de realização e resultado

Indicadores de Realização	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Nº de acções de sensibilização, informação e educação ambiental	-	5	11
Nº de projectos apoiados (em linhas de água)	-	2	4

Indicadores de Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Km de linhas de água reabilitados	-	7	12

5.13 – Regulamento Subvenção – Eixo 4. - Optimização da Gestão de Resíduos

1. Objectivos

Os objectivos das tipologias a contratualizar enquadram-se nos objectivos do regulamento específico, nomeadamente:

- a) Optimizar as redes existentes de recolha selectiva multimaterial e de triagem;
- b) Promover a prevenção da produção de resíduos, a correcta gestão dos resíduos perigosos presentes no fluxo urbano, reduzindo a sua quantidade e gerindo a sua perigosidade;
- c) Melhorar o comportamento ambiental dos cidadãos, sensibilizando-os para os novos padrões de consumo, a redução da produção, a reutilização e a reciclagem de resíduos.

2. Tipologias de operações

1. Intervenções que visem otimizar as redes existentes de recolha selectiva, designadamente, as que permitam diversificar modos de recolha e fluxos de resíduos recolhidos selectivamente, melhorar a gestão de resíduos perigosos presentes no fluxo de resíduos sólidos urbanos, bem como instalar sistemas de informação associados às redes de recolha;
2. Acções de demonstração visando melhorar as práticas de gestão, impulsionar o mercado de resíduos, promover a redução da produção de resíduos sólidos urbanos e a separação de resíduos na origem;
3. Estudos estratégicos e campanhas de sensibilização, de âmbito regional ou local, gerais ou específicas, orientadas para vários segmentos de público (doméstico, escolas, comércio, associações empresariais, etc.), visando melhorar o comportamento ambiental dos cidadãos e das empresas, divulgando informação sobre a sociedade da reciclagem e os novos padrões de consumo.

3. Categoria de beneficiários

Municípios e Serviços Municipalizados.

4. Condições de acesso dos projectos

1. As operações, para efeitos de admissão e de aceitação, devem obedecer as condições gerais referidas no artigo 11º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.
2. Para além das condições gerais referidas no ponto 1, as operações terão de cumprir as seguintes condições específicas de acesso:

- a) Integrar-se na presente intervenção;
- b) Exposição do modelo de financiamento da gestão (no período de exploração) das infra-estruturas físicas previstas na candidatura;
- c) Justificação da necessidade de realização do investimento para as acções de natureza imaterial;
- d) Cumprir as disposições legais, nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de ambiente e igualdade de oportunidades;
- e) Dispor de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais, quando aplicável;

5. Condições de acesso dos beneficiários

1. Os beneficiários, para efeitos de admissão e aceitação da candidatura, devem satisfazer os requisitos gerais referidos no artigo 10º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.
2. Para além dos requisitos gerais referidas no ponto 1, os beneficiários devem reunir, à data da candidatura, os seguintes requisitos específicos:
 - a) A sua área geográfica de intervenção ser compatível com a área sujeita a Contratualização.
 - b) Possuírem capacidade financeira para a realização dos projectos que se propõem concretizar, traduzida na inscrição de verbas adequadas em Orçamento e Plano de Actividades.

6. Taxa de co-financiamento FEDER

1. A taxa máxima de co-financiamento FEDER para as operações apoiadas é de 60% das despesas elegíveis;
2. A contrapartida nacional é assegurada através de comparticipação financeira suportada pelo beneficiário.

7. Critérios e método de selecção

- 1 - A selecção dos projectos é feita pelo gestor do organismo intermédio de gestão, mediante os seguintes critérios:
 - a. Contributo para o cumprimento dos objectivos e metas previstas no Programa Operacional, no PERSU II e nos Planos multimunicipais, intermunicipais e municipais de acção aplicáveis;

- b. Incidência em áreas deficitárias em infra-estruturas e equipamentos de gestão de resíduos sólidos urbanos;
- c. Grau de inovação e/ou de adopção das melhores tecnologias disponíveis;
- d. Número e diversidade de entidades que participam como parceiros ou beneficiários das acções candidatas a co-financiamento.

2 – Apenas são aprovados os projectos que tiverem uma avaliação positiva; não sendo esse o caso, haverá um processo interactivo entre o promotor e o gestor, com o objectivo de melhorar a intervenção e adequá-la aos critérios de selecção.

8. Indicadores de realização e resultado

Indicadores de Realização	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Nº projectos apoiados (optimização das redes existentes de recolha selectiva)		1	1
Nº projectos apoiados (estudos estratégicos e campanhas de sensibilização)		3	6

Indicadores de Resultado	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
População beneficiária de sistemas de recolha selectiva optimizados (acréscimo %)		15%	30%
População abrangida por campanhas de sensibilização para a reciclagem e reutilização (acréscimo %)		15%	30%

5.14 – Regulamento Subvenção – Eixo 5. - Promoção e Capacitação Institucional

1. Objectivos

Os objectivos das tipologias a contratualizar enquadram-se nos objectivos do regulamento específico, nomeadamente apoiar iniciativas inovadoras e de elevado efeito demonstrativo de promoção e capacitação das principais instituições regionais e locais, tendo em vista:

- a. O exercício de funções fundamentais em matéria de estudo e investigação, informação, animação sócio-económica,
- b. A promoção da Região e dos seus produtos e cooperação inter-institucional e inter-regional,
- c. A potenciação, ao nível regional, da aplicação da generalidade dos instrumentos de financiamento nacionais e comunitários.

2. Tipologia de operações

As operações que visem a preparação de parcerias estratégicas para a implementação de iniciativas inovadoras para o desenvolvimento territorial e a promoção de projectos inovadores com elevado efeito demonstrativo, que, simultaneamente, permitam a densificação e qualificação das redes de instituições regionais de apoio ao desenvolvimento em exercício de funções. Essas iniciativas poderão incidir em domínios, tais como:

- a. Prospectiva e planeamento;
- b. Informação de apoio ao desenvolvimento;
- c. Dinamização turística;
- d. Desenvolvimento local;
- e. Promoção dos produtos regionais ou de fileiras produtivas;
- f. Valorização do património, cultura e artesanato;
- g. Acções de promoção e valorização da escola e das qualificações escolares como motores de desenvolvimento regional;
- h. Acções de dinamização dos interfaces entre a escola e agentes locais, nomeadamente empresas, instituições gestoras de equipamentos culturais e de lazer; cooperação e promoção externa;
- i. Valorização dos recursos naturais e sensibilização ambiental;
- j. Promoção e produção de conteúdos regionais e apoio à inovação organizacional.

3. Tipologia de beneficiários

- a. Municípios;

- b. Empresas Públicas municipais, intermunicipais e metropolitanas e Serviços Municipalizados;

4. Condições de acesso dos projectos

As operações financiadas no âmbito do presente regulamento, para além de obedecerem às condições gerais previstas no artigo 11.º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem respeitar as seguintes condições específicas:

- a) Enquadrar-se nas Áreas de Intervenção e Tipologias de Operações previstas no nº 2 Tipologias de Operações;
- b) Enquadrar-se, quando aplicável, nas orientações e prioridades definidas no Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT), e em planos sectoriais e de ordenamento do território;
- c) Cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura;
- d) Não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro programa nacional ou comunitário;
- e) Dispor, quando aplicável, de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais e respectivo parecer sectorial.

5. Condições de acesso dos promotores

Os beneficiários referidos no artigo 5º, além de preencherem as condições gerais estabelecidas no artigo 10º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem demonstrar ainda que o objecto, as competências e a natureza das suas actividades são coerentes com os objectivos da operação candidatada.

No caso de operações de carácter imaterial, o beneficiário deverá, quando aplicável, demonstrar capacidade para assegurar a continuidade futura da realização das acções.

6. Taxas de co-financiamento do FEDER

O financiamento das despesas elegíveis assume a forma de subsídio não reembolsável, não podendo, regra geral, a taxa global de co-financiamento comunitário de cada operação exceder 70%

7. Critérios e método de selecção

A selecção dos projectos é feita pelo gestor do organismo intermédio de gestão, mediante os seguintes critérios:

1. Avaliação do Programa de Acção, Candidatura ou Pré-candidatura, valorizando, nomeadamente, quando aplicável,
 - i. Os níveis de integração e coerência da abordagem proposta face ao diagnóstico sintético efectuado;
 - ii. A coerência interna do programa de acção, candidatura ou pré-candidatura;
 - iii. A pertinência e exequibilidade das metas assumidas;
 - iv. As condições de durabilidade dos resultados após a conclusão;
 - v. A articulação com outros instrumentos de financiamento;
 - vi. A inovação e efeito demonstrativo;
 - vii. A credibilidade e razoabilidade da estrutura de custos;
 - viii. Relação custo-benefício do programa de acção, candidatura ou pré-candidatura.
2. Avaliação do(s) Beneficiário(s), valorizando, nomeadamente, quando aplicável, os níveis de:
 - i. Experiência,
 - ii. De capacidade técnica, financeira e de gestão,
 - iii. De adequação institucional do modelo de governação e de
 - iv. Constituição ou reforço de parcerias.
3. Impacto regional do Programa de Acção, Candidatura ou Pré-candidatura, valorizando, nomeadamente, quando aplicável,
 - i. Contributo para os objectivos do PO Regional, respectivos indicadores de realização e de resultado e categorização de despesas "earmarking";
 - ii. Ambito territorial;
 - iii. Contributo para a visão, prioridades estratégicas e agendas prioritárias regionais.

8. Indicadores de realização e resultado

Indicadores de Realização	Valor de referência	Meta 2010	Meta 2015
Nº de parcerias estratégicas apoiadas		2	5

6 Bibliografia

Augusto Mateus & Associados (AM&A) (2005) 'Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social (Vol. III) – Estudo temático para a preparação do QREN', Lisboa.

CCDR-C (2007a) 'Diagnóstico e Contributos para uma Visão Estratégica Territorialisada da Região Centro – Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROTCENTRO)', Coimbra.

CCDR-C (2007b) 'Programa Operacional da Região Centro para o período 2007-2013', Coimbra.

CEIDET (2005), 'Estudo de Valorização dos Resultados dos Projectos PRAI e Consolidação e Prospecção das Parcerias para Novas Iniciativas', Estudo encomendado pela CCDR-Centro, Aveiro

CEIDET (2006) 'Quadro de Referência Estratégico para a Região de Aveiro', GAMA, Aveiro

Comissão Europeia (2007), 'Regiões em crescimento, Europa em crescimento – Quarto relatório sobre a coesão económica e social', Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Commission of the European Communities (2006), 'Cohesion Policy and cities: the urban contribution to growth and jobs in the regions', COM (2006) 385 final.

CPU (2006) 'Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro', Associação de Municípios da Ria

DGOTDU (2007) 'Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território', MAOTDR, Lisboa.

European Commission (2001), 'Unity, solidarity, diversity for Europe, its people and its territory - Second report on economic and social cohesion', Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.

European Commission (2002), 'Regional Innovation Strategies under the European Regional Development Fund Innovative Actions 2000-2002', DG Regional Policy.

European Commission (2004), 'Facing the challenge - The Lisbon strategy for growth and employment', Report from the High Level Group chaired by Wim Kok, Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.

Finland Ministry of the Interior (2006), 'Cities making competitive and liveable Europe', Discussion Paper on urban development during 2006 Finland's EU Presidency.

German EU Presidency (2007), 'Leipzig Charter on Sustainable European Cities', agreed on the occasion of the Informal Ministerial Meeting on Urban development and Territorial Cohesion, Leipzig 24-25 May.

GIASE (2003), 'Educação: Retratos Territoriais', Lisboa: Ministério da Educação.

Hubner, D. (2005), 'Regional Policy and the Lisbon Agenda – Challenges and Opportunities', LSE and LSESU Polish Society Public Lecture, London, 3 February 2005.

Hubner, D. (2007a), 'Regional Economies and Globalisation', Seminar "Challenges and Issues for the Spanish Treasury in the global economy", Santander, July 9.

Hubner, D. (2007b), 'Structural Instruments: Challenges and Opportunities for the Regions', Conference "Local Initiatives and Regional Development", Sibiu 13 July 2007.

INE (1981), 'Censos 1981: XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação - Resultados Definitivos – Região Centro', Coimbra: Instituto Nacional de Estatística.

INE (1991), 'Censos 1991: XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação - Resultados Definitivos – Região Centro', Coimbra: Instituto Nacional de Estatística.

INE (2001), 'Censos 2001: XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação - Resultados Definitivos – Região Centro', Coimbra: Instituto Nacional de Estatística.

INE (2005), 'Anuário Estatístico Região Centro - 2004', Coimbra: Instituto Nacional de Estatística.

INE (2006a), 'Anuário Estatístico Região Centro - 2005', Coimbra: Instituto Nacional de Estatística.

INE (2006b), 'Estatísticas dos Resíduos Municipais – 2005', Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE (2001) 'Censos da População Portuguesa 1981, 1991 e 2001', Lisboa

INE (2006), 'Anuário Estatístico da Região Centro de 2005', Lisboa